



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

2015 – 2025



Tremembé, Prefeitura Municipal da Estância Turística de. Secretaria de Educação.

Plano Municipal de Educação de Tremembé / Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé. – Tremembé, 2015.

168p.

1. Educação 2. Avaliação 3. Formação Profissional

I. Prefeitura Municipal II. Secretaria Municipal de Educação III. Plano Municipal de Educação

Tremembé

São Paulo

2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

Marcelo Vaqueli

Prefeito Municipal

Clemente Antônio de Lima Neto

Vice-Prefeito

Cristiana Mercadante Esper Berthoud

Secretária Municipal de Educação

Maria Angelina Oliveira Leite

Coordenadora para Elaboração do PME

COMISSÕES PARA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR

Ana Paula Sant'Anna
Camila Brandão de Lima Goes
Daniela Gonçalves Ribeiro Renó
Denise Antonietti Bassini
Elaine Cristina de Souza Melo
Gabriela D. C. Barra
Joana Jesus
Juliana de Lacerda Tudan Campos
Larissa de Barros Carvalho
Patrícia Carla Prado A. da Luz
Renata Ap. Albissu Fernandes
Simone Hoffman de Almeida
Shirlene Elis Valério
Valquíria S. de Oliveira

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Daniela Gonçalves Ribeiro Renó
Fátima Goretti Carlini da Silva
José Pedro Nunes da Silva
Mary Rodrigues da Silva
Sandra Regina Araújo dos Santos

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO PÚBLICO

Maria Angelina de Oliveira Leite
Maria Claudineia Cardoso
Maria Claudineia Cardoso
Maria de Fátima Leite Santos
Renata Leite Santos

Sandra Regina Ivo Pegas Huayllas
Sílvia Monteiro

FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO

PROFISSIONAL E TÉCNICA

Elaine Rúbia Teixeira Vieira
Luana Maria Monteiro Campos
Lygia Maria Marques Frazão
Maria Lúcia Bertolino
Marise Almeida Viana Tressoldi
Victor Fernando Narezi

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E SUPERAÇÃO DAS

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Andreia Aparecida G. S. Diniz
Adriana Lima dos Santos
Fernanda Ferreira de Moraes
Luana Maria Monteiro Campos

ENSINO SUPERIOR

Andreia Aparecida G. S. Diniz
Adriana Lima dos Santos
Fernanda Ferreira de Moraes
Luana Maria Monteiro Campos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tumaki Aruanã da Silva Cassiano



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
1.1. MENSAGEM DO PREFEITO MUNICIPAL	6
1.2. MENSAGEM DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	7
1.3. MENSAGEM DA COORDENADORA PARA ELABORAÇÃO DO PME	9
1.4. A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10
1.5. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR	11
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	13
2.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	13
2.2. GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO	15
2.3. ECONOMIA DO MUNICÍPIO	16
2.4. INFRAESTRUTURA MATERIAL	19
2.5. SUPERESTRUTURA	35
2.6. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	38
2.7. ORÇAMENTO MUNICIPAL	40
2.8. EDUCAÇÃO	42
3. NÍVEIS DE ENSINO	46
3.1. EDUCAÇÃO BÁSICA	46
3.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR	95
4. MODALIDADES DE ENSINO	110
4.1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	110
4.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	115
4.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	119
5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	125
5.1. DIRETRIZES	125
5.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES	127
6. GESTÃO DEMOCRÁTICA	132
6.1. DIRETRIZES	132



7. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	136
8. METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ	140
META 1	140
META 2	143
META 3	145
META 4	147
META 5	149
META 6	150
META 7	151
META 8	154
META 9	155
META 10	156
META 11	158
META 12	159
META 13	161
META 14	162
META 15	164



1. APRESENTAÇÃO

1.1. MENSAGEM DO PREFEITO MUNICIPAL

Um passo muito necessário no caminho da realização de uma Educação de qualidade em todos os seus níveis foi dado: Tremembé elaborou seu Plano Municipal de Educação, aquele que deverá nortear os destino do município nesta área pelos próximos 10 (dez) anos.

Educação é um direito de cada cidadão e fazer uma Educação de qualidade é um dever de todo governante. Acreditamos ser possível, com parceria dos governos Estadual e Federal e, principalmente, com apoio de toda a Sociedade, avançarmos, e muito, nesta área.

O Plano Municipal deve servir como guia a conduzir a este e aos próximos governos municipais tanto no investimento na Educação Pública como, também, na promoção de educação de qualidade complementar oferecida pela Rede Privada de Ensino.

A Educação Básica, o Ensino Médio, o Ensino Profissionalizante, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Superior são todos caminhos e oportunidades para a melhoria de qualidade de vida de nossos cidadãos e de nossa cidade. E cabe a cada um de nós trabalhar e garantir que haja um esforço constante da parte de todos para que a Educação em Tremembé esteja sempre em evolução, em constante crescimento. Acreditamos que o Plano Municipal de Educação de Tremembé poderá ser um excelente instrumento de gestão e de cidadania.

Parabéns a todos os que se envolveram em seu processo de elaboração. A cada um, nossos agradecimentos.

Marcelo Vaqueli

Prefeito Municipal

Tremembé, junho de 2015.



1.2. MENSAGEM DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

É com imenso orgulho que entregamos ao município de Tremembé o Plano Municipal de Educação; um plano decenal que deverá orientar todos os governos, sociedade em geral e as comunidades escolares pelos próximos dez anos.

O Brasil, em seus Estados e Municípios, já elaborou no passado outros Planos de Educação sendo que, alguns foram parcialmente cumpridos, outros totalmente ignorados. Em comum, a marca de terem sido elaborados sem o apoio e ampla participação da sociedade e, mais grave ainda, cujas implantações não foram devidamente acompanhadas e fiscalizadas pela sociedade.

A Educação é um bem, a melhor herança que cada pai, cada mãe, cada município e cada país tem a deixar às novas gerações. Ela muda paradigmas pessoais e coletivos, constrói novas possibilidades de vida em família e em comunidades e assim, passo a passo, aluno a aluno, muda os destinos das cidades e do país. Não há mudanças duradouras impostas ou imitadas de outrem; porém, há mudanças possíveis e necessárias construídas por cada um. E o caminho de mudança e renovação é Educação. Educação democrática, com equidade e de qualidade!

É de interesse e de responsabilidade de cada cidadão que a Educação pública, financiada com o dinheiro de todos, seja a melhor possível e possa cumprir com dignidade seu papel. E sem a participação, fiscalização e envolvimento de cada cidadão, ela não tem chance de ser assim. Temos mais de 500 anos de história no Brasil para provar a cada um de nós que apenas nos Estados e nas fases da história em que as comunidades se apropriaram da Escola Pública, tivemos uma escola de excelência. Em contrapartida, nas últimas décadas, o que temos assistido é a degradação e enfraquecimento do nosso maior patrimônio público: nossas escolas.

A oportunidade atual de termos um Plano Municipal de Educação compulsoriamente alinhado aos Planos Estadual e Federal, é única, no sentido de que podemos sim, como povo, monitorar, fiscalizar, cobrar e exigir que os poderes Municipal, Estadual e Federal cumpram cada



qual com sua parte e construímos de volta a dignidade de uma Educação de Excelência neste país. Sem a participação ativa de cada um de nós, os Planos serão apenas compêndios teóricos a enfeitar estantes ou abrigados em gavetas esquecidas. Com a nossa ação, podem ser mapas claros nos guiando na reconstrução de uma Educação digna de um país como o Brasil.

O município de Tremembé cumpriu sua parte, tendo, conforme prescrição legal, esta Secretaria Municipal de Educação como a instituição responsável apenas por conduzir e organizar o processo de participação efetiva de todos os segmentos da sociedade. Tremembé elaborou um Plano Municipal objetivo, claro, muito bem pensado em função de suas características físicas, geográficas, estruturais, econômicas e humanas. É um Plano exequível que pode e merece ser cuidadosamente monitorado e continuamente avaliado para que mudanças necessárias ao longo do processo de sua implementação possam ser executadas.

O Plano Municipal de Educação de Tremembé foi elaborado por representantes de toda a Sociedade, e agora, começa a parte de cada cidadão!

Agradecemos a todas as dezoito entidades representantes da Sociedade que se fizeram representar nas comissões e a todos os cidadãos que participaram com ideias, críticas, e sugestões nas dezenas de reuniões e debates que ocorreram no município nos últimos meses.

Agradecemos à equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação que não mediu esforços para que o processo fosse realizado com êxito.

À cada cidadão tremembeense e a todos e cada um que adotaram esta cidade como sua casa, conclamamos que tome a si a responsabilidade de garantir que, ao longo do próximo decênio, o Plano Municipal de Educação de Tremembé se transforme em realidade.

Cristiana Mercadante Esper Berthoud

Secretária Municipal de Educação

Tremembé, junho de 2015.



1.3. MENSAGEM DA COORDENADORA PARA ELABORAÇÃO DO PME

A construção de um Plano Municipal de Educação é uma tarefa que requer a consciência de que para se realizar uma gestão educacional de excelência faz-se necessário elencar prioridades que visem garantir o direito de todas as crianças e jovens à Educação Básica de qualidade.

O Plano Municipal de Educação será um instrumento fundamental e impactante para alcançarmos a melhoria da Educação. Ao estabelecermos metas e estratégias pautadas nas necessidades locais, planejadas com a participação da sociedade, garantindo que as ações no decorrer do decênio em que o Plano estará em vigor sejam monitoradas e avaliadas pela sociedade, promoveremos o incentivo e estímulo necessários ao comprometimento dos governantes com o resultado do desempenho dos alunos.

É importante destacar que o PME, uma grande conquista para a Educação, por se tratar de um plano de Estado que ultrapassa o tempo de um governo, com força de lei, garantirá a continuidade das políticas públicas no município, fortalecendo, ainda, a superação de uma prática comum na educação brasileira, a descontinuidade de boas políticas educacionais.

Estamos todos muito confiantes e engajados para que o Plano Municipal de Educação, seguindo os preceitos da educação como direito, garanta a tão sonhada Educação de Excelência que nossos alunos merecem.

Maria Angelina Oliveira Leite

Coordenadora para Elaboração do PME

Tremembé, junho de 2015.



1.4. A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação chegara a hora de estados e municípios elaborarem seus planos.

O Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, sancionado pela presidente da República em 25 de junho de 2014, em seu Artigo 8º, determinara que os municípios brasileiros teriam o prazo de um ano para a elaboração, de forma autônoma e participativa, dos Planos Municipais de Educação.

Por ser ele um plano decenal com força de lei que define metas e possibilita o planejamento de políticas de médio e longo prazo, o PME tem o importante papel de contribuir efetivamente para o enfrentamento da descontinuidade das políticas públicas.

Aprovado pelo Legislativo e sancionado pelo Prefeito Municipal, sua aplicação deverá ser efetivada na atual e nas próximas gestões, garantindo ainda, a participação e o monitoramento pela sociedade.

O PME servirá de guia para que o município de Tremembé possa indicar metas, definir estratégias, cobrar as responsabilidades (do poder público e comunidade em geral) e garantir os recursos que devem ser aplicados para que alcancemos uma educação democrática, com equidade e de excelência, assegurando assim um direito básico de cidadania.

Por fim, uma premissa indispensável de trabalho é o fato de que o PME tem de ter legitimidade para ter sucesso. Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso, mas um PME submetido ao amplo debate incorpora a riqueza das diferentes visões e vivências que a sociedade tem sobre a realidade que deseja alterar. Somente um Plano Municipal de Educação legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização, através da mobilização da sociedade ao longo dos seus dez anos de vigência.



Assim, temos um plano conciso, democrático, coletivo, que atende a todos os preceitos legais e com plenas condições de orientar os próximos gestores educacionais a dar seqüência no trabalho implementado, onde o aluno é o centro do processo e sua permanência com sucesso na escola o nosso foco.

1.5. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ao iniciar a construção do Plano Municipal de Educação, o município de Tremembé procurou desenvolver ações que pudessem garantir um amplo processo democrático de participação visando proporcionar a garantia de princípios como a transparência e a impessoalidade, a liderança e o trabalho coletivo, a autonomia e a participação, a representatividade e a competência, estando em consonância com as normas definidas no Plano Nacional de Educação.

O processo de elaboração do PME iniciou-se no segundo semestre de 2014, quando representantes da Secretaria Municipal de Educação participaram das reuniões da UNDIME - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – e receberam orientações para iniciar a elaboração ou adequação do PME objetivando um trabalho ágil e organizado. Em 24 de novembro de 2014 foi realizada uma reunião para a definição da equipe técnica - grupo de trabalho da Secretaria de Educação - responsável pela elaboração do diagnóstico educacional do município. A partir dessa data, a Secretária de Educação e equipe técnica passaram a se reunir para analisar os dados levantados que seriam utilizados na elaboração do diagnóstico.

No dia 11 de março de 2015 foi publicada a portaria que designou a Comissão de Preparação das discussões para a atualização do Plano Municipal de Educação, que foi devidamente empossada em uma reunião realizada na Secretaria de Educação no dia 13 de março de 2015, quando foi apresentado aos presentes o diagnóstico realizado pela equipe técnica da Secretaria de Educação. Nessa reunião estavam representantes da sociedade civil e organizada:



poder Legislativo, Secretarias Municipais, OAB, Grêmio Estudantil, Conselhos Municipais, escolas estaduais e particulares, CEEP- Centro de Atendimento de Educação Especial, professores e pais.

Durante a reunião de posse, os representantes de cada segmento optaram por participar de grupos divididos por eixos temáticos. Foram, então, agendadas reuniões de acordo com os eixos temáticos, com o intuito de estabelecer as metas e estratégias para o PME, baseadas em reflexões do grupo de trabalho, assim como nas sugestões enviadas pela população, através do site da Prefeitura Municipal e do Portal da Educação. Os encontros tiveram início em 14 de abril e encerraram em 28 de maio, somando um total de 40 reuniões.

Em 25 de maio de 2015, o Prefeito Municipal, Marcelo Vaqueli, assinou o Decreto nº 4.753 que instituiu a Conferência Municipal de Educação, que teria como tema central o Plano Municipal de Educação. Designou, através da Portaria nº 6.404/2015, a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Educação para conduzir os trabalhos da mesma.

A Conferência Municipal de Educação foi realizada no dia 29 de maio de 2015 proporcionando um amplo debate, com a responsabilidade de traduzir e conciliar os desejos, as necessidades e as capacidades educacionais do município, tendo como pressuposto o respeito mútuo, a responsabilidade e a garantia da participação efetiva dos envolvidos nas decisões tomadas. Os delegados votaram todas as emendas propostas e, ao final, o Documento-Base foi aprovado contendo aquelas aprovadas por maioria simples, conforme previsto em regimento próprio da Conferência, também este analisado e aprovado ao início da mesma. O Documento-Base, em sua versão final, foi então encaminhado oficialmente ao Poder Executivo, que elaborou e enviou um Projeto de Lei para a apreciação da Câmara de Vereadores.



2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

2.1. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

No Brasil colônia, os portugueses cada vez mais se embrenhavam pelo interior de nossas terras em busca de ouro. Dentre essas explorações, Brás Cubas foi indicado para chefiar uma expedição que partiu de Piratininga em direção ao Vale, no sentido de alcançar o Rio Paraíba, pois a via fluvial era a melhor forma para alcançar o objetivo da missão.

Dentre os desbravadores estava Jacques Felix, fundador de Taubaté, que conseguiu reunir em suas terras – Sítio Tremembé – diversos povoados. No sítio de Tremembé viveram pessoas de enorme valor histórico na fundação de algumas cidades do Vale do Paraíba e do interior de São Paulo, dentre elas o Capitão Mor Manuel Costa Cabral.

Tremembé foi fundada em 1660 pelo Capitão Mor Manuel Costa Cabral que possuía parte das terras do sítio. Manuel Costa Cabral ordenou que se construísse em sua propriedade uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, então padroeira da freguesia. Em 1663, a capela recebeu a imagem do Senhor Bom Jesus que logo teve a fama de Santo Milagroso espalhada pela região. Foi então que peregrinos começaram a surgir e muitos romeiros acabaram se estabelecendo ao redor da capela, que com o crescente fluxo de fiéis, fez surgir a necessidade de sucessivas ampliações.

Já em 1672 fora realizada a primeira missa em celebração ao Senhor Bom Jesus de Tremembé. Criou-se, então, a irmandade do Senhor Bom Jesus, que passou a zelar pelas terras que foram doadas ao santo, formando, assim, o pequeno povoado de Tremembé que tinha como padroeiro o Bom Jesus.

Em 1907, três anos após a chegada dos monges trapistas a Tremembé, foi criada a Paróquia do Senhor Bom Jesus de Tremembé (desmembrada da Paróquia de São Francisco das Chagas de Taubaté) e a igreja do Bom Jesus, elevada a Matriz Paroquial, recebeu também o título



de Santuário Arquiepiscopal, concedido por Dom Duarte Leopoldo e Silva (na ocasião, Arcebispo de São Paulo).

Aos 23 de novembro de 1974, o Santuário do Bom Jesus recebeu o título de Basílica Menor, dado pelo Papa Paulo VI. O título expressa uma especial vinculação do templo com a Igreja de Roma, podendo usar as chaves pontifícias em seus emblemas. O título “Menor” não se refere ao tamanho da igreja (apenas as quatro Basílicas Patriarcais Romanas são chamadas Basílicas maiores).

2.1.1. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Lei Provincial nº 1, de 20 de fevereiro de 1866, elevou o povoado a freguesia. Em 19 de agosto de 1890, tornou-se distrito policial, e pelo decreto estadual nº 132, de 3 de março de 1891, foi elevado a distrito de Paz.

Foi elevado a Município pela Lei Estadual nº 458, em 26 de novembro de 1896, promulgada pelo presidente do estado, Manuel Ferraz de Campos Sales, desmembrando-se de Taubaté, graças aos esforços persistentes do Coronel Alexandre Monteiro Patto.

A elevação do município de Tremembé para Estância Turística ocorreu através da Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993, pelo então Governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, durante a gestão do Prefeito Messias Paredão do Nascimento Lima.

2.1.2. ETIMOLOGIA DA PALAVRA TREMEMBÉ

Primitivamente, Tremembé foi ocupada pela tribo dos Guaianazes ou bugres. Os Guaianazes pertencem ao grupo dos Tupis, obviamente o motivo do possível significado do nome da cidade.

Palavra de origem Tupi, Tirime’bem ou “Tere-membé”, significa jorro, curso de água que se abranda, segundo Vitorino Coelho Carvalho, em seu livro – Tremembé. A palavra está diretamente ligada à abundância das águas, fazendo referência aos rios e ao solo da região.



2.2. GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

Tremembé possui uma área de 192,416 km², sendo sua maior extensão de leste a oeste. A cidade está localizada, a 133 km de São Paulo e 309 km do Rio de Janeiro, próximo da BR116, a rodovia Presidente Dutra. Pertence à região de Governo de Taubaté.

Possui coordenadas geográficas de 22º 95' S e 45º 30' W, sendo uma cidade privilegiada, por situar-se no eixo Rio-SP, vizinha de cidades como Taubaté, Pindamonhangaba e Monteiro Lobato. Localiza-se próximo de cidades consideradas polos turísticos, como Campos do Jordão – conhecida como Suíça brasileira – e Santo Antônio do Pinhal, cujo fluxo de turistas de todo o país acarreta uma maior visitação e, conseqüentemente, um grande prestígio ao município.

ÁREA (EM KM2)			
ANO	MUNICÍPIO	REGIÃO DE GOVERNO	ESTADO
2014	191,36	4.237,79	248.223,21

No município verificam-se os seguintes tipos de relevo: Planícies Aluviais e Colinas Pequenas com Espigões Locais (IPT, 1981). O seu território é marcado pela existência de áreas de várzeas onde são cultivadas grandes lavouras de arroz. Outro traço geológico marcante do Município é a grande quantidade de Xisto Betuminoso existente. Existe grande exploração de areia ao longo do rio Paraíba que acarreta alarmante dano ao meio ambiente.

A Formação Tremembé é formada por argilitos verdes e maciços, calcários e dolomitos, ritmitos, folhelhos pirobetominosos e margas. Subordinadamente, ocorrem arenitos grossos a finos intercalados à sequência pelítica, de origem turbidítica. Sua origem é lacustre e nela encontram-se uma quantidade e diversidade de fósseis, dos quais destacam-se: espículas de esponja, insetos, aracnídeos, crustáceos, ostracodes, conchostráceos, gastrópodes, peixes, crocodilos, quelônios, aves, icnofósseis, macrorrestos vegetais e palinomórfos (Garcia & Saad, 1996). A idade atribuída a essa unidade é Oligoceno (Garcia et al., 2007).

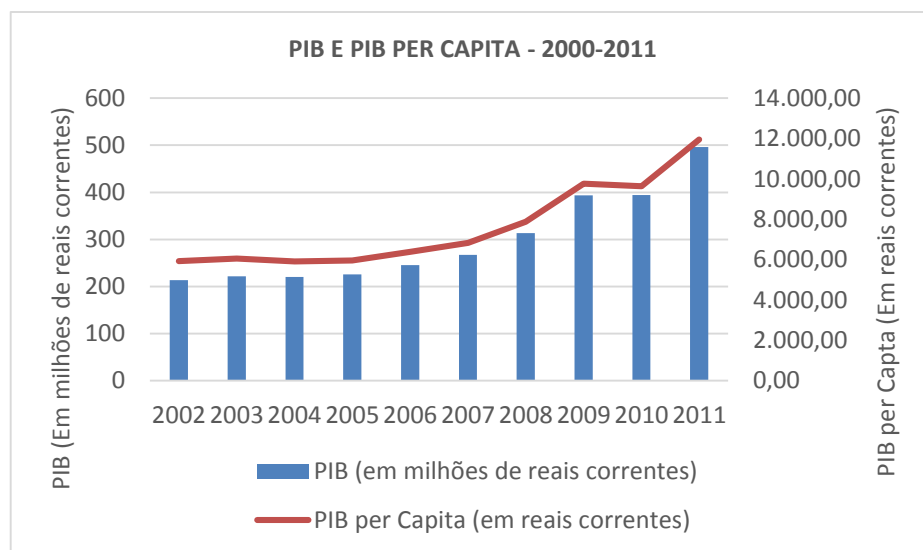
O principal rio da cidade é o Paraíba do Sul.



2.3. ECONOMIA DO MUNICÍPIO

Em relação ao PIB e PIB per capita, os dados abaixo revelam um aumento progressivo nos dez anos de 2002 a 2011 em Tremembé.

Neste período, o PIB do município aumentou 43,1%, enquanto o PIB per capita teve uma elevação de 49,5%



Nos anos de 2002 a 2011, a participação dos setores da economia no total do valor adicionado no município é representado abaixo, categorizado em serviços, agropecuária, indústria e administração pública.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO 2002 A 2011										
Em porcentagem										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Serviços	66,83	68,31	66,95	72,09	73,56	73,87	70,87	66,62	70,96	64,49
Agropecuária	4,44	3,46	2,88	2,66	2,26	3,27	2,42	1,36	3,69	3,67
Indústria	28,73	28,24	30,17	25,25	24,18	22,86	26,71	32,01	25,36	31,84
Administração Pública	18,43	19,8	20,4	23,97	24,61	25,14	25,66	24,51	25,14	21,5



A agropecuária, serviços e administração pública enfrentou uma queda de 2002 até 2011, sendo a indústria a única a crescer de 28,73% no início deste período para 31,84% no final do mesmo.



A tabela abaixo revela a participação dos setores da economia no total dos empregos formais, no período de 2000 a 2012. As categorias estão divididas em números, como segue:

1. Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
 2. Indústria
 3. Serviços
1. Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NO TOTAL DOS EMPREGOS FORMAIS 2000-2012 – Em porcentagem													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	7,1	7,06	6,68	6,28	7,28	8,08	7,2	5,9	5	5,1	4,7	4,1	3,83
2	20,7	19,82	12,98	15,11	17,25	18,46	15,2	15,7	16,3	20,4	20,9	18,4	18,98
3	47,34	45,8	54,05	59,76	54,77	51,25	61,7	62,2	61,2	52,5	51,7	55,4	52,83
4	22,25	24,66	23,67	18,31	19,82	20,34	14,6	15,6	16,6	20,4	20,3	19,8	20,78

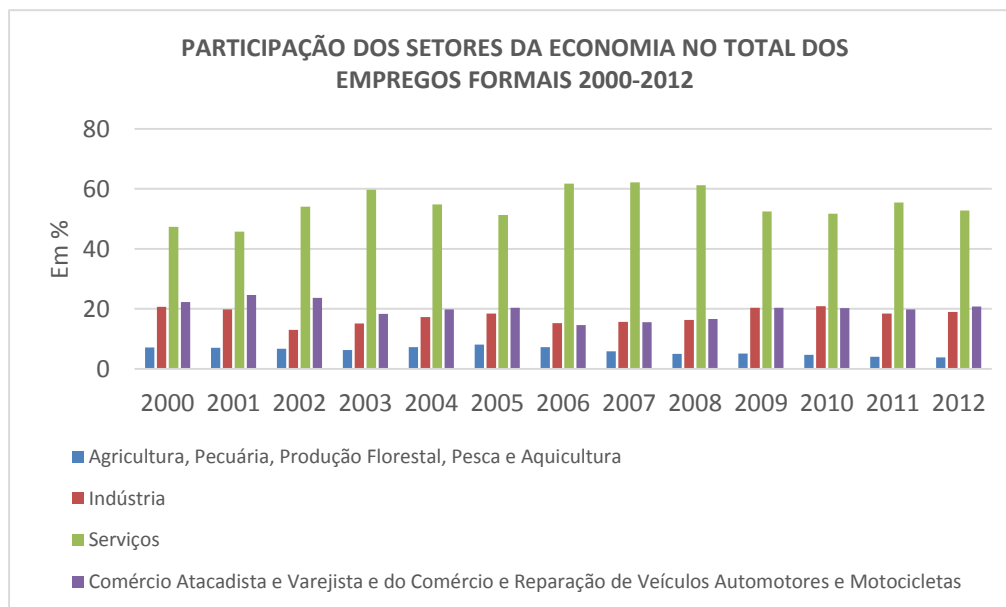


No setor de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, houve um declínio do início ao final do período de 3,27%.

No setor da Indústria, houve um declínio do início ao final do período de 1,72%.

No setor de Serviços, houve um aumento do início ao final do período de 4,59%.

No setor de Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, houve um declínio do início ao final do período de 1,47%.



PIB E PIB PER CAPITA - 2000-2011		
ANO	PIB (em milhões de reais correntes)	PIB per Capita (em reais correntes)
2002	213,74	5.922,50
2003	221,81	6.045,96
2004	220,3	5.905,88
2005	226,04	5.960,56
2006	245,76	6.377,65
2007	267,37	6.831,71



PIB E PIB PER CAPITA - 2000-2011		
2008	313,09	7.882,39
2009	393,3	9.757,79
2010	394,5	9.638,88
2011	495,91	11.957,50

2.4. INFRAESTRUTURA MATERIAL

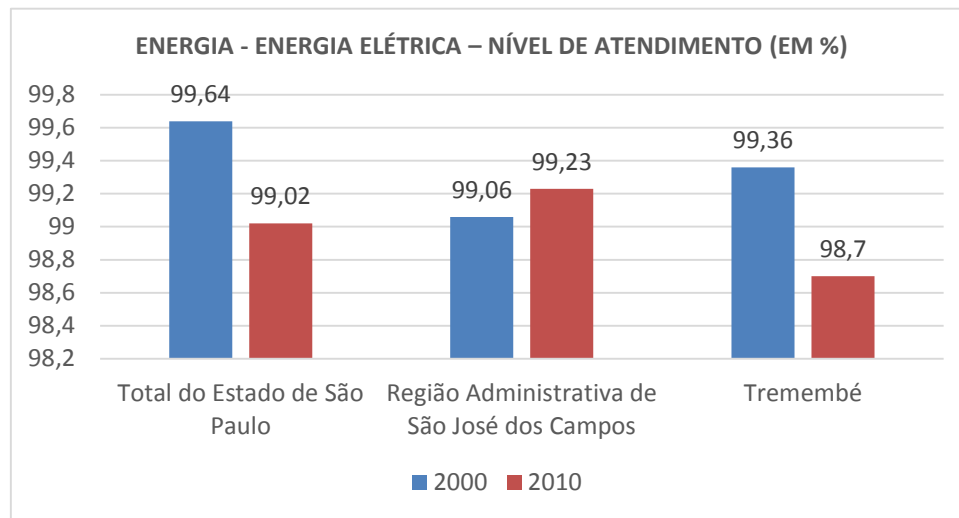
Será caracterizado neste capítulo dados do município de Tremembé no que se refere à infraestrutura material para a população. Informações sobre energia, transportes, comunicações e habitação estão divididos em subcapítulos.

2.4.1. ENERGIA

Controlada pela EDP Energias de Portugal S.A (uma das maiores operadoras europeias no setor energético), a EDP Energias do Brasil S.A. é a empresa provedora de energia no município de Tremembé. A EDP integra o Índice de Sustentabilidade da BM&F Bovespa (ISE), que reúne empresas que adotam boas práticas corporativas no que diz respeito a aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa.

ENERGIA - ENERGIA ELÉTRICA – NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)		
LOCALIDADE	2000	2010
Estado de São Paulo	99,64	99,02
Região Administrativa	99,06	99,23
Tremembé	99,36	98,7

É possível observar uma pequena queda no nível de atendimento da energia elétrica nos anos de 2000 a 2010 no estado de São Paulo de 0,62% e no município de 0,66%. Na região administrativa ocorre um aumento de 0,17% neste período.



2.4.2. TRANSPORTES

O transporte comunitário em Tremembé dá-se por 4 empresas de viação, que realizam linhas para os municípios de Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, São Paulo, Campos do Jordão, Volta Redonda, São José dos Campos, Aparecida, Itajubá, Rio de Janeiro, Sapucaí Mirim, São Bento do Sapucaí, Paraisópolis, Brasópolis, Piranguinho.

2.4.3. COMUNICAÇÕES

A telefonia fixa no município de Tremembé é fornecida pela Telefônica, marca institucional adotada mundialmente, tendo, no Brasil, seus produtos e serviços comercializados sob a marca Vivo.

A cidade de Tremembé é coberta por cinco operadoras de telefonia celular: Claro, Nextel, Oi, Vivo e Tim, contando com cobertura 3G na sua área central.

No ano de 2014, a internet banda larga no município foi disponibilizada via par metálico (Vivo banda larga), fibra ótica (Cabonnet) e via rádio (AF Online, TargetNet, Debian).

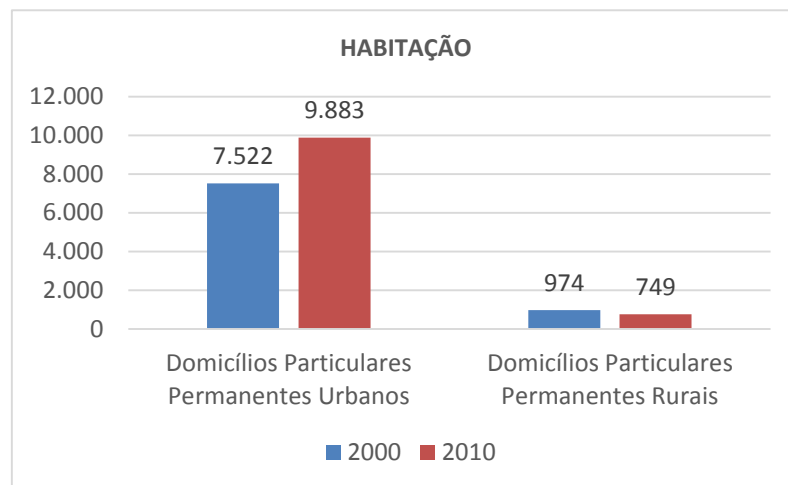


2.4.4. HABITAÇÃO

Segundo dados da Fundação SEADE, no ano de 2000 existiam 8.496 domicílios particulares permanentes, sendo que dez anos depois este número aumenta para 10.632, tendo uma elevação percentual de 25,14% no município de Tremembé

HABITAÇÃO	2000	2010
Domicílios Particulares Permanentes Urbanos	7.522	9.883
Domicílios Particulares Permanentes Rurais	974	749
Total de Domicílios Particulares Permanentes	8.496	10.632

Observa-se também um aumento nos últimos dez anos nos domicílios particulares urbanos de 31,38% no município e uma queda nos domicílios particulares rurais neste período de 30,04%.





2.4.5. INFRAESTRUTURA SOCIAL

Com 43.157 habitantes (IBGE, 2014), o município de Tremembé é definido como uma cidade pequena do Estado de São Paulo e do Brasil.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO - CENSO IBGE 2014						
TOTAL	TREMembÉ		REGIÃO DE GOVERNO		ESTADO	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	22.584	20.573	286.366	293.080	20.766.532	21.906.854
	43.157		579.446		42.673.386	

De 2000 a 2014, Tremembé experimentou uma taxa de crescimento de 23,9%, enquanto o estado de São Paulo obteve 15,2% e o país apontou crescimento de 16,9%.

EVOLUÇÃO POPULACIONAL – CENSO IBGE 2014			
ANO	TREMembÉ	SÃO PAULO	BRASIL
2000	34.823	37.032.403	173.448.346
2007	38.321	39.827.570	189.462.755
2010	40.984	41.262.199	195.497.797
2014	43.157	42.673.386	202.768.562

Com uma densidade demográfica de 225,52 habitantes por quilômetro quadrado, Tremembé caracteriza-se por uma densidade característica de cidade pequena.



INFORMAÇÃO	ANO	TREMEMBÉ	REGIÃO DE GOVERNO	ESTADO
População	2014	43.157	579.446	42.673.386
Densidade Demográfica (hab./km ²)	2014	225,52	136,73	171,91
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2014 (Em % a.a.)	2014	1,33	1,01	0,87
Grau de Urbanização (Em %)	2014	91,43	94,20	96,21
Índice de Envelhecimento (Em %)	2014	60,36	61,96	64,32
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2014	18,64	20,12	19,99
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2014	11,25	12,46	12,85

O grau de urbanização do município (91,43%) é menor quando comparado com a região de governo (94,20%) e com o Estado de São Paulo (96,21%).

O envelhecimento da cidade fica evidente quando comparamos o índice de envelhecimento entre o município (60,36%) com a região de governo (61,96%) e com o Estado de São Paulo (64,32%).

A população com menos de 15 anos no município representa em 2014 18,64% do conjunto dos habitantes, enquanto que na região de Governo representa 20,12% e para o Estado de São Paulo representa 19,99%.

Já a população com 60 anos ou mais de idade representa 11,25% da população, enquanto que na região de Governo representa 12,46% e no Estado de São Paulo representa 12,85% da população. A cidade apresenta um índice de jovens e idosos menor que a região de governo e o Estado como um todo.



Os dados ficam visíveis quando comparamos os percentuais por faixas de idade entre o censo de 2000 e o de 2014 do IBGE:

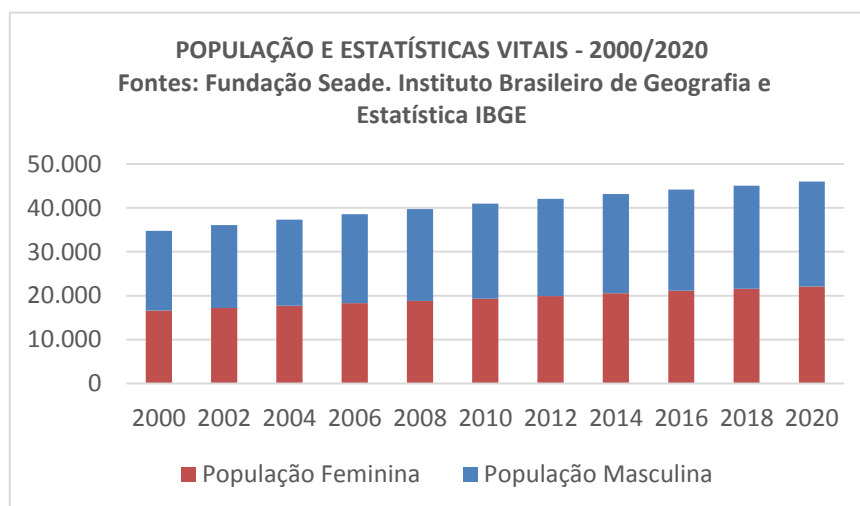
COMPARAÇÃO DOS PERCENTUAIS POR FAIXA DE IDADE ENTRE OS CENSOS DE 2000 E 2014 – IBGE DE TREMEMBÉ				
	0 a 14 anos	15 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a + anos
Censo 2000	2,5%	1,2%	4,2%	13,1%
Censo 2014	3,9%	1,2%	3,5%	8,0%
Diferença	-(1,4%)	(0,0%)	+(0,7%)	+(5,1%)

No que se refere à distribuição dos gêneros, a população tremembeense masculina é ligeiramente maior.

Os homens representam 52% e as mulheres 48% da população (Censo IBGE 2014).

De acordo com a expectativa da Fundação SEADE e dados do IBGE, a população de Tremembé em 2014 é contabilizada em 43.157, sendo que para 2020 o número é de 45.978, possuindo uma taxa de 6,5% de aumento nesta fase.

De acordo com o gráfico, estima-se um crescimento da população feminina comparada à população masculina até o ano de 2020.

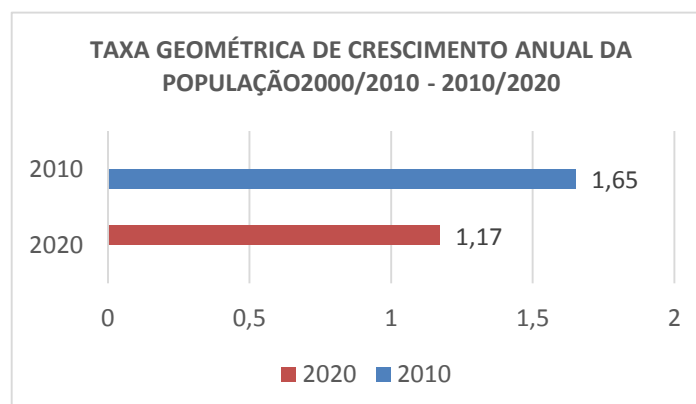




Em 2010, o Censo revela os números da população residente no município por cor ou raça, sendo o maior número de cor branca com 75,2%, seguido pela cor parda com 20,1% e cor preta com 3,9%.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR OU RAÇA		
Fonte: IBGE Censo 2010		
TOTAL	POPULAÇÃO	PORCETAGEM
	40.928	100%
Branca	30.788	75,2%
Preta	8.228	3,9%
Amarela	267	0,7%
Parda	1.615	20,1%
Indígena	30	0,1%

A taxa geométrica de crescimento anual da população do período de 2000 à 2010 é de 1,65%, porém a expectativa do SEADE com base em dados do IBGE é que no período de 2010 à 2020 esta taxa diminua para 1,17%.





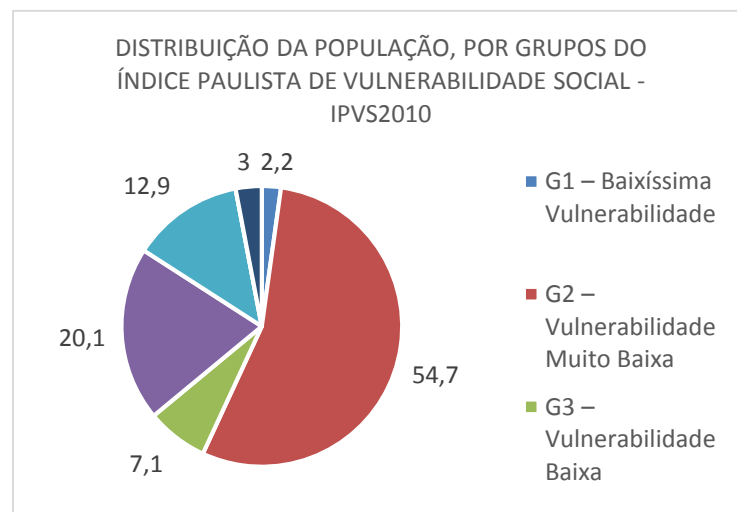
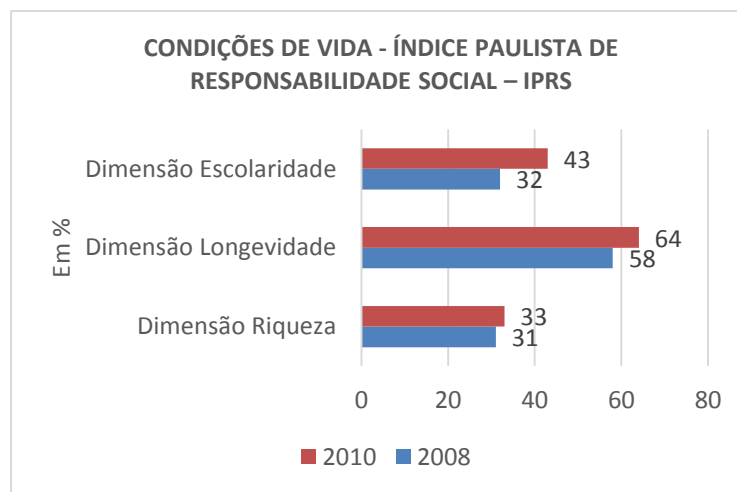
Para 2025 (ano final das ações do PME), a Fundação SEADE projeta a distribuição da população como segue a tabela abaixo:

PROJEÇÃO POPULACIONAL 2025 – TREMEMBÉ - Fonte: SEADE			
FAIXA ETÁRIA - QUINQUENAL	HOMEM	MULHER	TOTAL
00 a 04 anos	1.277	1.218	2.495
05 a 09 anos	1.308	1.247	2.555
10 a 14 anos	1.291	1.233	2.524
15 a 19 anos	1.366	1.348	2.714
20 a 24 anos	2.339	1.639	3.978
25 a 29 anos	2.872	1.966	4.838
30 a 34 anos	2.464	1.922	4.386
35 a 39 anos	2.026	1.894	3.920
40 a 44 anos	1.878	1.807	3.685
45 a 49 anos	1.753	1.723	3.476
50 a 54 anos	1.512	1.398	2.910
55 a 59 anos	1.258	1.369	2.627
60 a 64 anos	1.169	1.352	2.521
65 a 69 anos	943	1.061	2.004
70 a 74 anos	660	861	1.521
75 anos e mais	695	1.103	1.798
Total Geral da População	24.811	23.141	47.952

CONDIÇÕES DE VIDA - ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS		
	2008	2010
Dimensão Riqueza	31	33
Dimensão Longevidade	58	64
Dimensão Escolaridade	32	43



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR GRUPOS DO ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL - IPVS2010	
	2010
Grupo 1 – Baixíssima Vulnerabilidade	2,2
Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa	54,7
Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa	7,1
Grupo 4 – Vulnerabilidade Média	20,1
Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta (Urbanos)	12,9
Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta	-
Grupo 7 – Vulnerabilidade Alta (Rurais)	3
População Residente em Áreas Vulneráveis (Grupos 5, 6 e 7) (% da população exposta)	15,9



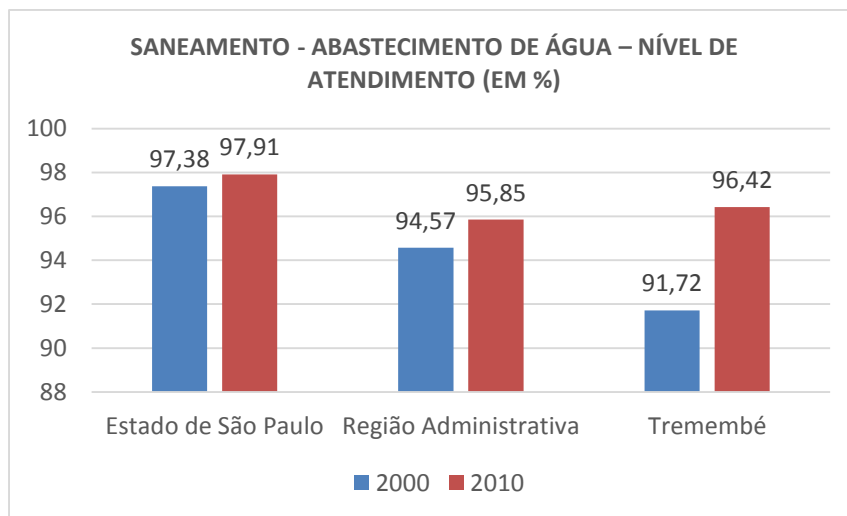


2.4.6. SANEAMENTO

A empresa responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto é a Sabesp, empresa de economia mista responsável por 364 municípios do Estado de São Paulo. É considerada uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida. São 28,2 milhões de pessoas abastecidas com água e 22,1 milhões de pessoas com coleta de esgotos.

SANEAMENTO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA – NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)		
LOCAL	2000	2010
Estado de São Paulo	97,38	97,91
Região Administrativa	94,57	95,85
Tremembé	91,72	96,42

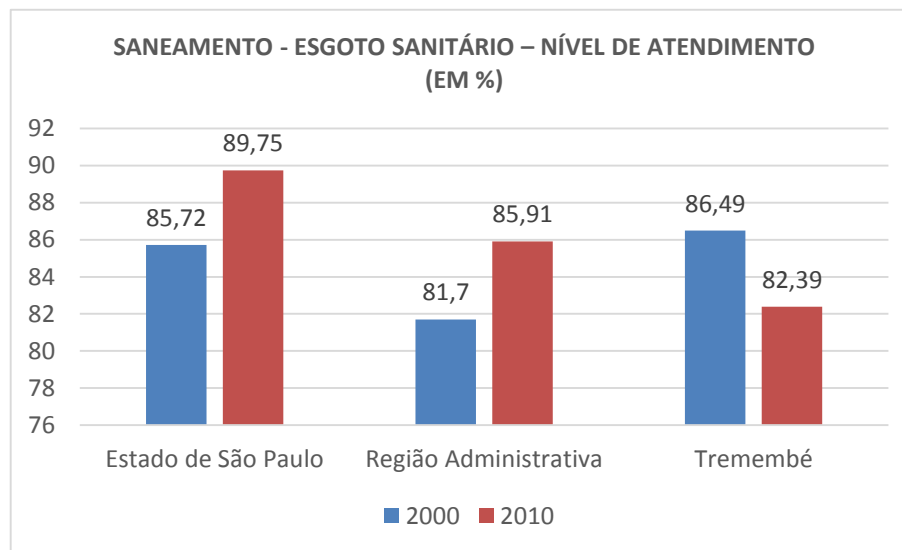
De acordo com a tabela acima, é observado um aumento no abastecimento de água tanto no estado (0,53%), região administrativa (1,28%) e município (4,7%).





Observando a tabela abaixo, percebemos um aumento percentual no tratamento de esgoto sanitário, no período de 2000 a 2010, no estado de 4,03%, na região administrativa de 4,21% e uma diminuição desta taxa no município de 4,1%.

SANEAMENTO - ESGOTO SANITÁRIO – NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)		
LOCAL	2000	2010
Estado de São Paulo	85,72	89,75
Região Administrativa	81,7	85,91
Tremembé	86,49	82,39

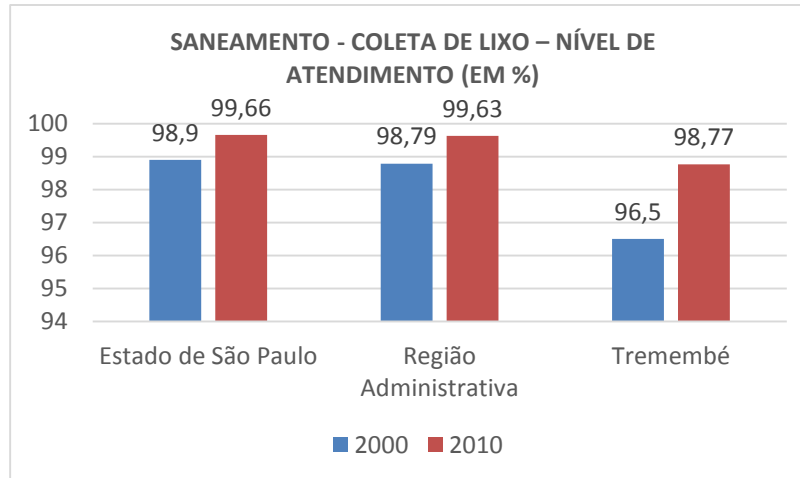


A coleta de lixo no município é realizada pela prefeitura, tendo como destino final a Resicontrol, empresa de aterro, blendagem para coprocessamento e tratamento biológico.

SANEAMENTO - COLETA DE LIXO – NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)		
LOCAL	2000	2010
Estado de São Paulo	98,9	99,66
Região Administrativa	98,79	99,63
Tremembé	96,5	98,77



De acordo com a tabela acima, é observado um aumento na coleta de lixo tanto no estado (0,76%), região administrativa (0,84%) e município (2,27%).



2.4.7. SAÚDE

O município de Tremembé conta com 2 hospitais e 6 postos de saúde. Abaixo, temos a listagem das unidades da Secretaria de Saúde.

A Secretaria de Saúde, no ano de 2015 conta com 5 ações no município, dentre elas:

- Campanha de vacinação contra HPV 1ª dose
- Campanha Nacional contra a Influenza
- Campanha Nacional contra Poliomielite e Multivacinação
- Campanha de vacinação contra HPV 2ª dose
- Vacinação de adolescente com a vacina meningocócica “C” conjugada

Na tabela abaixo, temos definidos os principais aspectos da saúde no município de Tremembé.



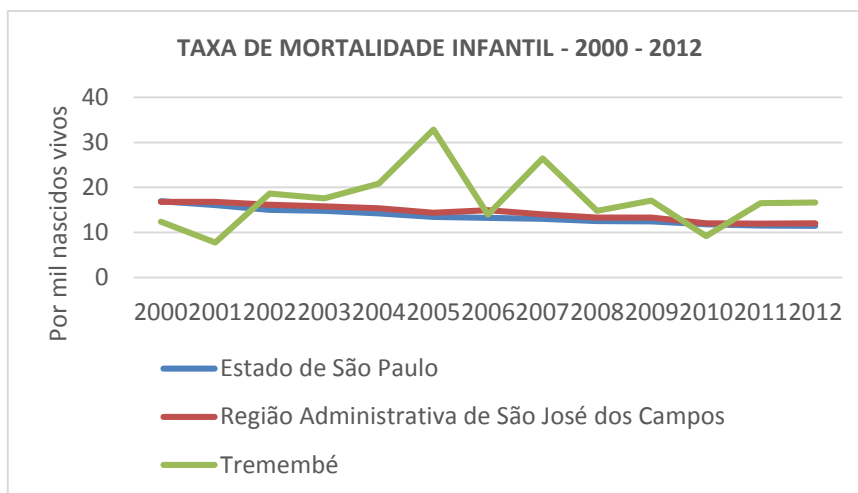
ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2012	12,87	14,06	14,71
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2012	48,66	50,32	51,88
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2013	13,65	13,32	11,47
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2012	16,64	15,15	13,16
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2012	83,22	128,89	121,73
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2012	3.056,37	3.541,03	3.507,81
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2012	7,76	6,56	6,97
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2012	63,06	75,43	76,21
Partos Cesáreos (Em %)	2012	68,76	69,76	61,18
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2012	9,80	9,97	9,36
Gestações Pré-Termo (Em %)	2012	9,43	10,65	11,03

A taxa de mortalidade comparada ao estado e região administrativa do ano de 2000 ao ano de 2012 é definida na tabela abaixo.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estado de São Paulo	16,97	16,07	15,04	14,85	14,25	13,44	13,28	13,07	12,56	12,48	11,86	11,55	11,48
Reg. Adm.e São José dos Campos	16,78	16,79	16,16	15,84	15,36	14,38	14,95	14,05	13,35	13,3	12,02	11,95	12,04
Tremembé	12,41	7,8	18,67	17,58	20,83	32,82	14	26,49	14,8	17,09	9,23	16,54	16,64



Observa-se uma queda de 5.49% no estado e 4.74% na região administrativa. No município existe um aumento neste período de 4.23%



2.4.8. MEIO AMBIENTE

O município de Tremembé possui atualmente 2.418,3 ha ou 15,6% da área municipal de cobertura vegetal preservada, dos quais 6,3 % correspondem a áreas de mata e 9,34 % a áreas de capoeira.

A área de mata corresponde à Floresta Ombrófila Densa (domínio do Ecossistema Mata Atlântica), enquanto que a capoeira corresponde à formação vegetal secundária que se estabelece após a retirada da mata primitiva.

O município ainda abriga a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Pedra Branca, de 183 ha, criada em 1987.

O clima é quente e temperado em Tremembé. De acordo com a Köppen e Geiger, a classificação do clima é Csa. A temperatura média é de 20.1 °C. No mês de Janeiro, o mês mais quente do ano, a temperatura média é de 23.0 °C. Em Julho, a temperatura média é 16.3 °C. É a temperatura média mais baixa de todo o ano. 6.7 °C é a variação das temperaturas médias durante o ano.

No inverno o índice de pluviosidade é maior do que no verão. A pluviosidade média anual é de 1351mm. Julho é o mês mais seco, com 21mm. O maior índice de precipitação ocorre em



Janeiro, com uma média de 238mm. Existe uma diferença de 217 mm entre a precipitação do mês mais seco e do mês mais chuvoso.

2.4.9. ESPAÇOS CULTURAIS

ESTAÇÃO DE TREMEMBÉ

A Estação de Tremembé foi inaugurada em 1914 para atender a linha E.F. Central do Brasil, que fazia baldeação no Vale do Paraíba, e acabou desativada em 1951. O prédio teve toda sua arquitetura conservada e foi construído onde hoje é a área central da cidade, na Praça Geraldo Costa. A praça fica localizada entre outras três praças, onde acontecem os eventos e festas religiosas da cidade. O espaço da Estação, durante os eventos, é utilizado para exposições de artesãos e de trabalhos e atividades de alunos da Rede Municipal. A Estação também é utilizada como espaço para aulas de música, quando voluntárias, e como palco durante a Festa do Senhor Bom Jesus para os shows que são de menor porte (os regionais) na tentativa de cultivar uma relação da arquitetura do prédio com as manifestações culturais e religiosas da cidade.

FESTA DO ARROZ

A Festa do Arroz fortalece e promove a cultura local de cultivo do arroz, que acontece desde 1909 nas várzeas do município. Teve sua primeira edição em 2009, sendo iniciativa de rizicultores da cidade. A festa conta com apoio da Prefeitura, dos comerciantes, entidades religiosas e com diversos patrocínios. São oferecidos mais de 60 pratos entre doces e salgados feitos com arroz. A festa recebe shows regionais, que acontecem na Estação da cidade.

CARNAVAL

Com o objetivo de atingir todas as faixas de idade e atrair as famílias para o carnaval de rua, a iniciativa quer resgatar o carnaval de marchinha, tendo sua primeira edição em 2013. As



marchinhas carregam consigo as características do carnaval das décadas de 1920 a 1960 e se relaciona com a estrutura física da cidade. Todas as atrações do carnaval desfilam em torno das praças e os shows acontecem no prédio da antiga Estação.

FAMUTRE

A FAMUTRE foi fundada em 1986 como fanfarra simples, e quando foi reconhecida como Fanfarra Municipal em 1988 pela “Lei Nº 1.664, de 31 de Outubro de 1988”. Já tinha sido transformada em fanfarra com um pisto.

A FAMUTRE tem como objetivo formar músicos de todas as idades, ministrando aulas de teoria e prática musical em sua sede, visando a profissionalização, a socialização, e o entretenimento através da participação nas aulas e ensaios. Atualmente desenvolve projetos como a FAMUTRE KIDS, que conta com aproximadamente 60 crianças e jovens dentre 6 e 18 anos, a Percussão FAMUTRE, que trabalha somente com instrumentos de percussão rudimentar ou melódicos, além de aulas de musicalização aos alunos do PETI / ESPAÇO AMIGO (geridos pelo Fundo Social de Solidariedade).

Tem como função, quando fora da cidade, representar Tremembé como um polo cultural e turístico nos concursos e eventos dos quais participa.

A FAMUTRE, ao longo de sua trajetória, conquistou diversos títulos, dentre eles;

- 7 vezes Campeã Estadual em sua categoria;
- 4 vezes Campeã Nacional em sua categoria;
- Campeã nas cidades de: Itaquaquecetuba, Jacareí, Taubaté, Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos, São Paulo Capital, Caieiras, e diversas outras cidades do Estado de São Paulo.



Hoje tem como Maestro o Sr. Alexandre Vilela, responsável pela função por aproximadamente 17 anos e como auxiliares: Gabriela Guedes de Souza, Carlos Cristiano da Silva, José Lucas Assis e Marielle Hidalgo Estrada.

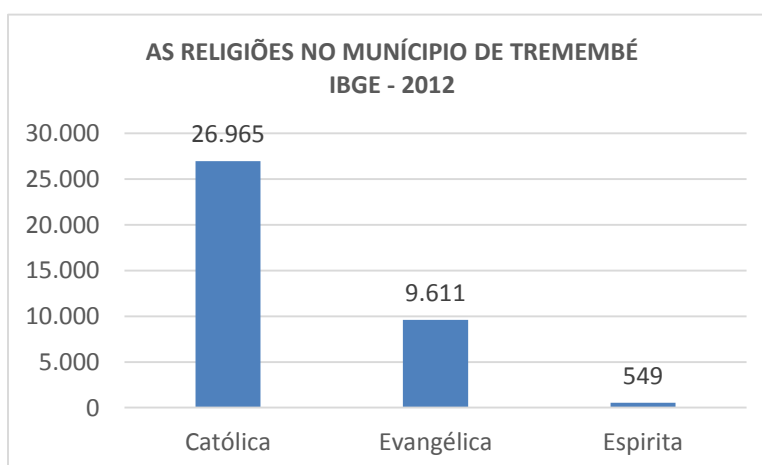
2.5. SUPERESTRUTURA

2.5.1. IDEOLOGIAS

Tremembé conta com 40 fundações privadas e associações sem fins lucrativos, ONGs, e 76 entidades sem fins lucrativos.

2.5.2. RELIGIÕES

As religiões no município de Tremembé destacam-se, segundo o IBGE no ano de 2012, com 26.965 pessoas na religião Católica Apostólica Romana, 9.611 pessoas na religião Evangélica e 549 pessoas na religião Espírita.





2.5.3. IMPRENSA

O município conta com 5 jornais, locais e regionais, que atendem aos interesses dos munícipes, estando listados em ordem alfabética:

- Diário de Taubaté
- Diário dos Municípios
- O Vale
- S.O.S. Bairros
- Vale Tremembé

2.5.4. RÁDIOS

Tremembé não possui rádios, mas aquelas que divulgam os interesses da cidade são 4 emissoras:

- Band Vale FM
- Metropolitana
- Rede Difusora
- Ótima FM

2.5.5. TV

A cobertura de notícias e publicidade do município são realizadas por 2 emissoras televisivas:

- Rede Vanguarda
- TV Band Vale



2.5.6. PARTIDOS POLÍTICOS

Segundo o DivulgaCand, a eleição do ano de 2012 do município de Tremembé contou com 3 candidatos a Prefeito e 158 candidatos a Vereador, sendo existentes 9 vagas para o tal cargo.

Os partidos políticos participantes nesta eleição, em ordem alfabética, foram:

- DEM – Democratas
- PC do B – Partido Comunista do Brasil
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PP – Partido Progressista
- PPS – Partido Popular Socialista
- PR – Partido da República
- PRB – Partido Republicano Brasileiro
- PRP – Partido Republicano Progressista
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSC – Partido da Social Cristão
- PSD – Partido Social Democrático
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PSL – Partido Social Liberal
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTC – Partido Trabalhista Cristão
- PTN – Partido Trabalhista Nacional
- PV – Partido Verde



2.6. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.6.1. ÓRGÃOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Tremembé conta com 07 órgãos estaduais e 18 órgãos municipais.

ÓRGÃOS MUNICIPAIS

- Secretaria de Ação Social
- Secretaria de Administração
- Secretaria de Assuntos Fazendários
- Secretaria de Chefia de Gabinete
- Secretaria de Cultura
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria de Educação
- Secretaria de Esportes
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Jurídico
- Secretaria de Meio Ambiente
- Secretaria de Obras
- Secretaria de Planejamento Urbano
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Turismo
- Departamento de Comunicação
- Casa da Agricultura
- Recursos Humanos

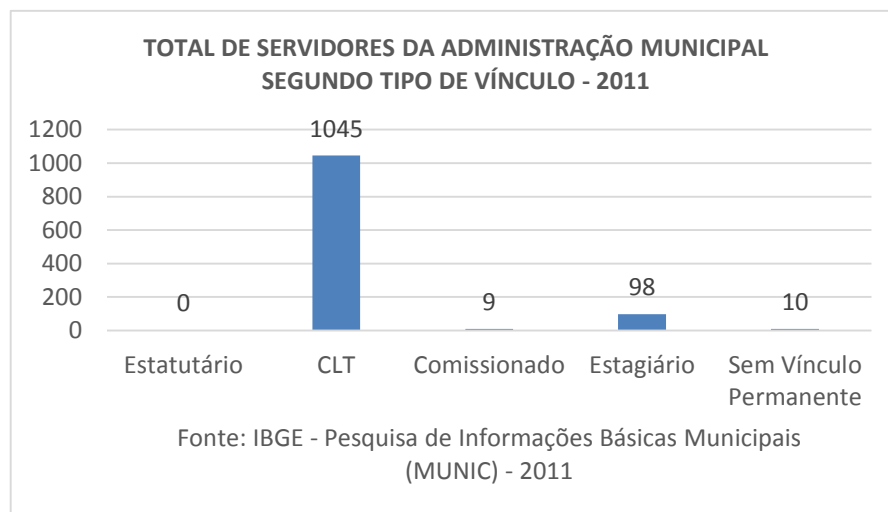


ÓRGÃOS ESTADUAIS

- Banco do Povo
- Poupa Tempo Empreendedor
- ACESSA SP
- Casa da Agricultura
- Detran
- Delegacia
- Fórum

2.6.2. SERVIDORES

A Administração Municipal conta com 1.162 servidores, entre os quais 0,0% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.





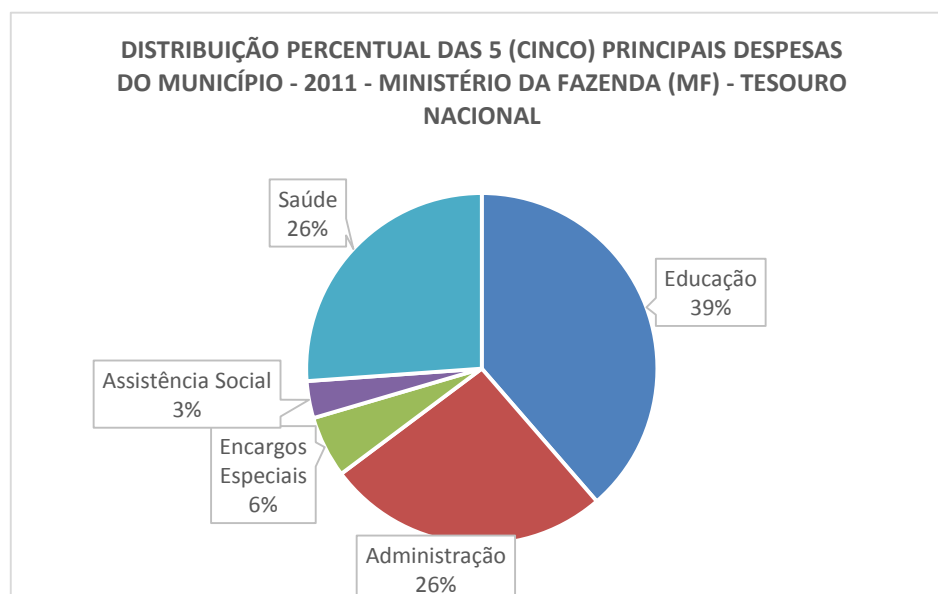
2.7. ORÇAMENTO MUNICIPAL

2.7.1. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

A receita orçamentária do município passou de R\$ 32,7 milhões em 2005 para R\$ 51,0 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 56,0% no período ou 11,76% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 27,64% em 2005 para 27,81% em 2011, e quando se analisam todos os municípios do estado, a proporção aumentou de 39,73% para 37,46%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 23,48% da receita orçamentária em 2005 para 25,34% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 8,16% em 2011.

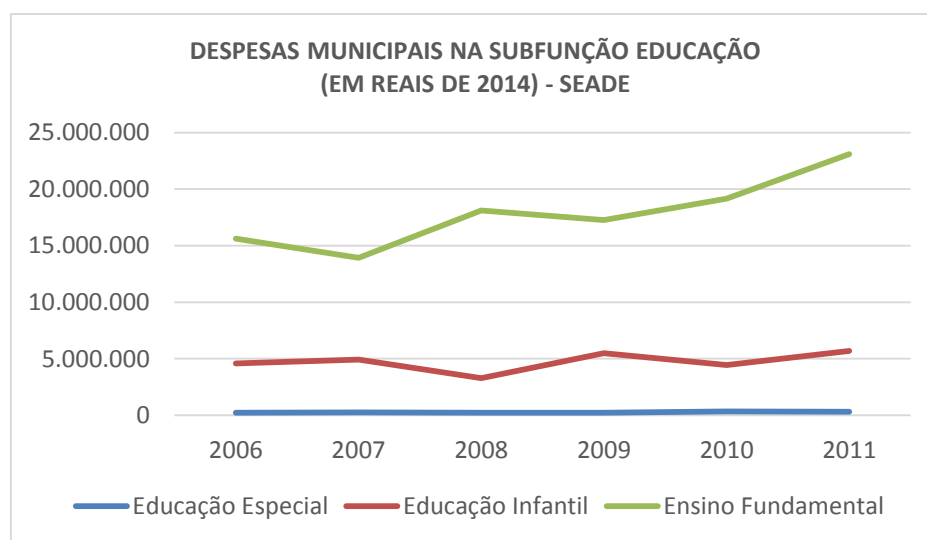


Nas cinco principais despesas do Município de Tremembé, em 2011 as despesas da educação foram de 39% da renda total.



FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS - DESPESAS MUNICIPAIS NA SUBFUNÇÃO EDUCAÇÃO (EM REAIS DE 2014)						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Educação Especial	239.840	244.275	234.944	233.793	349.688	324.389
Educação Infantil	4.585.870	4.917.628	3.288.262	5.489.150	4.448.266	5.692.116
Ensino Fundamental	15.613.684	13.938.091	18.119.190	17.269.433	19.165.112	23.087.938

Comparado com o ano de 2006, a Educação Especial teve um aumento nas despesas municipais de 35,25% no ano de 2011, a Educação Infantil contou com aumento de 24,12% neste período e o Ensino Fundamental crescimento de 47,86%





2.8. EDUCAÇÃO

2.8.1. ESTABELECIMENTOS

O município de Tremembé, no ano de 2015, conta com 32 escolas, sendo 11 unidades da Educação Infantil, 15 do Ensino Fundamental e 6 do Ensino Médio.

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ - 2015				
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR	TOTAL
EDUCAÇÃO INFANTIL	5	0	6	11
ENSINO FUNDAMENTAL	12	0	3	15
ENSINO MÉDIO	0	3	3	6
TOTAL	17	3	12	32

2.8.2. ESTUDANTES

No ano de 2014, 7894 alunos foram atendidos em Tremembé, sendo 5590 atendidos pela Rede Municipal, 1034 pela Rede Estadual e 1270 por escolas particulares.

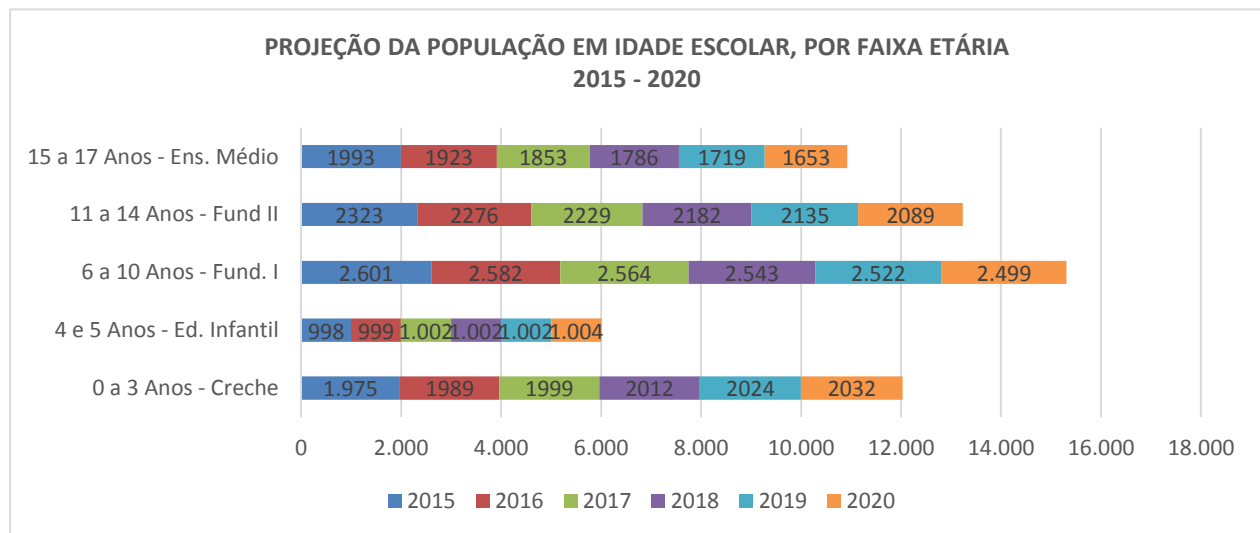
TOTAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PRODESP				
2014				
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR	TOTAL
CRECHE	624	0	53	677
EDUCAÇÃO INFANTIL	714	0	112	826
ENSINO FUNDAMENTAL	4.252	0	897	5.149
ENSINO MÉDIO	0	1.034	208	1.242
TOTAL	5.590	1.034	1270	7.894



A projeção da população em idade escolar de 2015 a 2020, por faixa etária de 0 a 24 anos de idade, é prevista na tabela abaixo, visando o planejamento para o berçário, educação infantil, fundamental I e II, ensino médio e ensino superior.

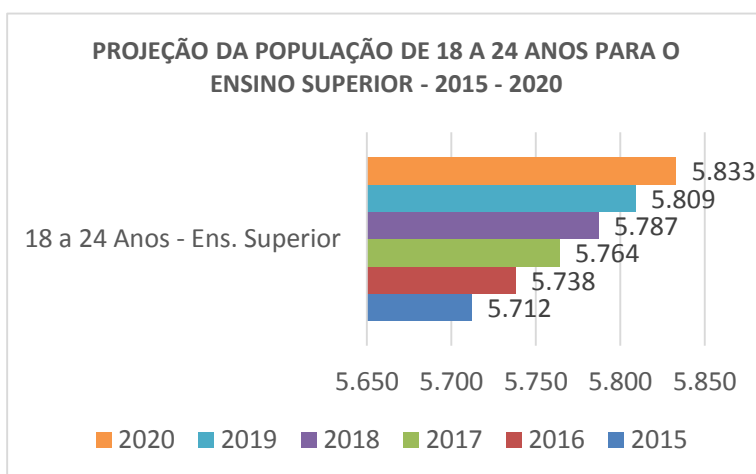
PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR FAIXA ETÁRIA 2015 - 2020						
Idade	2015	2016	2017	2018	2019	2020
0 a 3 Anos	1.975	1989	1999	2012	2024	2032
4 e 5 Anos	998	999	1.002	1.002	1.002	1.004
6 a 10 Anos	2.601	2.582	2.564	2.543	2.522	2.499
11 a 14 Anos	2323	2276	2229	2182	2135	2089
15 a 17 Anos	1993	1923	1853	1786	1719	1653
18 a 24 Anos	5.712	5.738	5.764	5.787	5.809	5.833

Prevê-se um aumento progressivo da população em idade escolar até 2020 nas creches e educação infantil. Já para o ensino fundamental I e II e ensino médio, ocorrerá uma diminuição da demanda populacional até a data prevista.





A categoria do ensino superior será exibida separadamente das demais etapas, por não existir obrigatoriedade no oferecimento do ensino superior e a faixa etária de 18 a 24 anos ser apenas uma margem de cálculo para tal.



Até 2020, a população de 18 a 24 anos de idade no município aumentará significantes 97,9%.

2.8.3. PROFESSORES

No ano de 2015, a educação básica de Tremembé tem um quadro de 464 professores, sendo 191 P1 e 273 P2. Na rede municipal, o total é de 255 professores, na rede estadual 137 e nas escolas particulares o número é de 72 docentes.

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ - 2015				
	MUNICIPAL	ESTADUAL	PARTICULAR	TOTAL
P1	155	0	36	191
P2	100	137	36	273
TOTAL	255	137	72	464



2.8.4. TRANSPORTE ESCOLAR

No ano de 2015, a rede municipal de ensino de Tremembé oferece 404 vagas de transporte para alunos, sendo 320 vagas de veículos de empresas contratadas e 84 de veículos públicos.

TRANSPORTE ESCOLAR – VEÍCULOS E VAGAS - 2015			
	REDE MUNICIPAL	CONTRADA 1	CONTRADA 2
Número de veículos	5	10	3
Número de vagas	84	250	70



3. NÍVEIS DE ENSINO

3.1. EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil passa a ser, conforme regulamentação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, art. 29, a primeira etapa da Educação Básica, creche e pré-escola, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando as ações da família e da comunidade.

O atendimento em creches, para as crianças de zero e três anos de idade, e em pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos de idade, é definido na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado com relação à educação, oferecido em regime de colaboração e organizado em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em decorrência da Lei 11.274/2006 que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de nove anos, a proposta pedagógica, segundo estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças respeitando as especificidades etárias, sem antecipações de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

A preocupação com os recursos humanos também tem fundamental importância. Os educadores devem ser incentivados a participarem de cursos que promovem sua formação contínua, garantindo, assim, um atendimento de forma adequada às crianças por meio de uma ação mais qualificada de todos os profissionais da Educação Infantil.

As instituições de Educação Infantil devem organizar seu Projeto Político Pedagógico definindo metas que se pretendem alcançar na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.



A Avaliação na Educação Infantil deve criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para o desenvolvimento do educando, sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação e a não retenção das crianças.

DIAGNÓSTICO

Atualmente a Rede Municipal de Tremembé é composta por 5 escolas de Educação Infantil e 7 classes (núcleos) instaladas junto com o Ensino Fundamental. A Rede Privada é composta por 5 escolas e 1 entidade filantrópica que atendem a Educação Infantil.

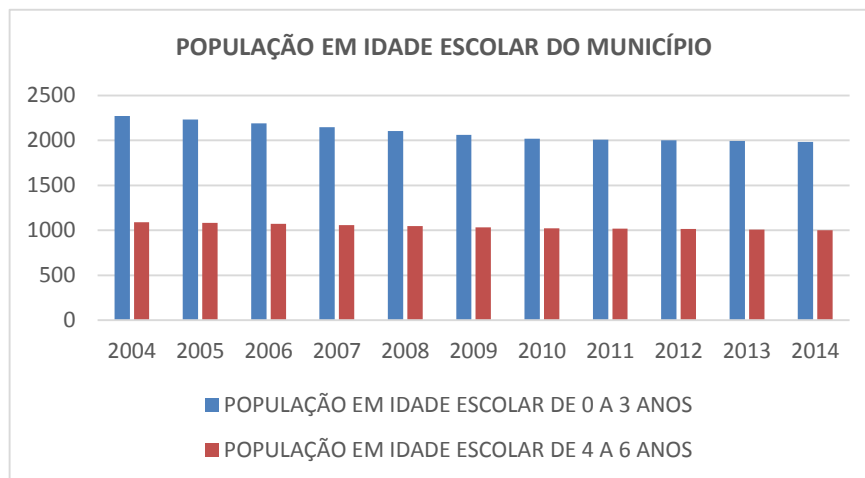
A tabela abaixo refere-se ao número de turmas de Educação Infantil no ano de 2014.

NÚMERO DE CLASSES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO ANO DE 2014 - Secretaria Municipal de Educação		
	REDE MUNICIPAL	REDE PRIVADA
Creches	39	15
Pré-escola	33	14
Total	72	29

A população em idade escolar do município, ao longo dos últimos dez anos, teve uma diminuição em relação à faixa etária de zero a três anos (educação infantil – creche), era de 2.272 em 2004, e caiu para 1985 em 2014. A população de quatro a seis anos de idade (educação infantil – pré-escola) era 1653 em 2004, e caiu para 1514 em 2014, conforme mostra a tabela a seguir:



POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO - SEADE			
	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DE 0 A 3 ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DE 4 A 5 ANOS	TOTAL
2004	2.272	1.092	3.364
2005	2.233	1.083	3.316
2006	2.191	1.074	3.265
2007	2.148	1.060	3.208
2008	2.105	1.049	3.154
2009	2.061	1.035	3.096
2010	2.018	1.023	3.041
2011	2.010	1.020	3.030
2012	2.002	1.015	3.017
2013	1.995	1.009	3.004
2014	1.985	1.003	2.988



A análise dos dados sobre a matrícula da Educação Infantil em Tremembé mostra que a Rede Municipal atende um número maior de alunos, entre creche e pré-escola, em relação à Rede Privada, como mostra a tabela a seguir:



MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - GDAE			
	Rede Municipal	Rede Privada	Total de matrículas
2004	966	0	966
2005	853	178	1.031
2006	802	138	940
2007	575	150	725
2008	570	136	706
2009	866	97	963
2010	945	106	1.051
2011	986	244	1.230
2012	1.067	273	1.340
2013	1.131	260	1.391
2014	1.338	294	1.632

No decorrer de uma década, houve um grande aumento de vagas destinadas a creche, como mostra a tabela:

MATRÍCULAS DE 0 A 3 ANOS - GDAE			
	Rede Municipal	Rede Privada	Total de matrículas
2004	17	0	17
2005	52	46	98
2006	66	44	110
2007	71	42	113
2008	116	43	159
2009	239	24	263
2010	302	37	339
2011	364	114	478
2012	434	139	573
2013	464	118	582
2014	624	139	763

Nos últimos 10 anos houve uma variável na matrícula dos alunos em idade pré-escolar, em decorrência da Lei Federal nº 11.274/2006, que corresponde à implantação do Ensino Fundamental de nove anos. A partir de 2007, as matrículas se referem aos alunos de 4 e 5 anos de idade.



MATRÍCULAS DE 4 A 5 ANOS - GDAE			
	Rede Municipal	Rede Privada	Total de Matrículas
2004	949	—	949
2005	801	132	933
2006	736	94	830
2007	504	108	612
2008	454	93	547
2009	627	73	700
2010	643	69	712
2011	622	130	752
2012	633	134	767
2013	667	142	809
2014	714	155	869

A Rede Municipal de Ensino atende alunos em período integral de 8 a 9 horas diárias.

MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL EM PERÍODO INTEGRAL			
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL
2004	17	93	110
2005	52	21	73
2006	66	---	66
2007	71	---	71
2008	96	---	96
2009	198	109	307
2010	222	131	353
2011	309	168	477
2012	356	151	507
2013	235	149	384
2014	333	168	501



O atendimento no campo no município abrange poucos alunos, pois há necessidade de núcleo em apenas uma escola referente à demanda.

MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
	CRECHE E PRÉ-ESCOLA
2004	19
2005	18
2006	51
2007	17
2008	14
2009	18
2010	15
2011	15
2012	20
2013	16
2014	32

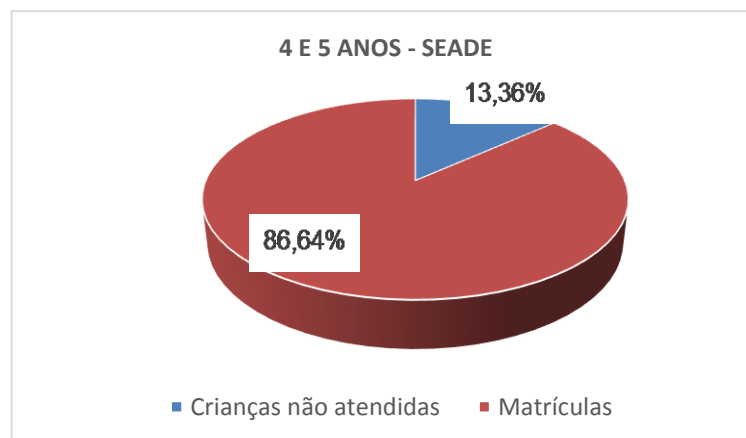
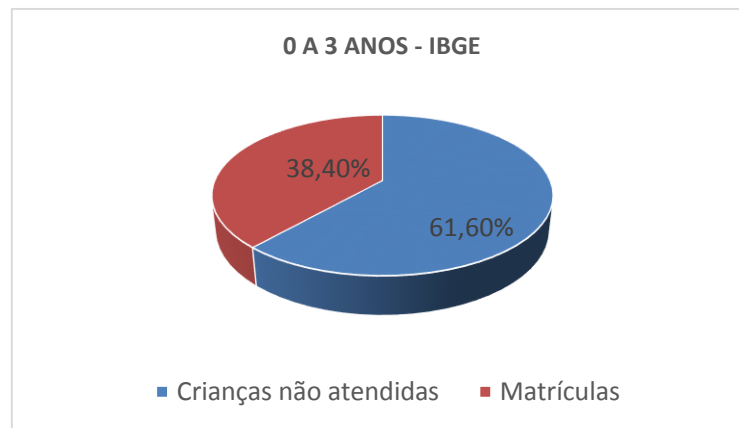
A partir de 2007 na Rede Municipal o Ensino Fundamental recebeu os alunos da pré-escola, atendendo a Legislação Federal nº 11.274/2006, como mostra o quadro.

ALUNOS DA PRÉ-ESCOLA DA REDE - MUNICIPAL - LEGISLAÇÃO FEDERAL Nº 11.274/2006							
2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
551	546	542	537	531	525	518	511



Em 2004, a população em idade escolar de 0 a 3 anos era de 2.272 crianças, sendo efetuadas 17 matrículas. Em relação à idade de 4 a 6 anos, a população era de 1.653 e 949 matrículas.

Em 2014 podemos observar, em porcentagem, a população em idade escolar e o atendimento às crianças no gráfico:



A média de alunos por classe em creche na Rede Municipal é de 14,25 e de 24 na pré-escola. Na Rede Privada a média é de 10 alunos na creche e 15 na pré-escola.



MÉDIA DE ALUNOS POR CLASSE		
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA
Rede Municipal	14,25	24
Rede Privada	10	15

Segundo informações do Ministério da Educação, para que o município de Tremembé atinja a meta estabelecida pelo Governo Federal, terá que ampliar as vagas para creche e pré-escola.

DEMANDA POTENCIAL DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL		
	VAGAS	ANO
Creche	997	2024
Pré-escola	500	2016

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar.

Verificando a taxa de natalidade é possível planejar atendimento à escola na próxima década:

TAXA DE NATALIDADE DO MUNICÍPIO: NASCIDOS VIVOS- REGISTRO NO ANO – POR LUGAR DE RESIDÊNCIA DA MÃE									
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
537	460	502	447	478	467	549	530	550	589

Fonte: IBGE, Estatística do Registro Civil de cada ano citado



3.1.2. ENSINO FUNDAMENTAL

Na etapa da vida que corresponde ao Ensino Fundamental, o estatuto de cidadão vai se definindo gradativamente conforme o educando vai assumindo a condição de um sujeito de direitos. As crianças, quase sempre, percebem o sentido das transformações corporais e culturais, afetivo-emocionais, sociais, pelas quais passam. Tais transformações requerem-lhes reformulação da autoimagem, a que se associa o desenvolvimento cognitivo. Junto a isso, buscam referências para a formação de valores próprios, novas estratégias para lidar com as diferentes exigências que lhes são impostas.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 3/2005, o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos tem duas fases com características próprias, chamadas de: anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade; e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2007 admitiu coexistência do Ensino Fundamental de 8 (oito) anos, em extinção gradual, com o de 9 (nove), que se encontra em processo de implantação e implementação. Há, nesse caso, que se respeitar o disposto nos Pareceres CNE/CEB nº 6/2005 e nº 18/2005, bem como na Resolução CNE/CEB nº 3/2005, que formula uma tabela de equivalência da organização e dos planos curriculares do Ensino Fundamental de 8 (oito) e de 9 (nove) anos, a qual deve ser adotada por todas as escolas. [...]

Respeitadas as marcas singulares antropoculturais que as crianças de diferentes contextos adquirem, os objetivos da formação básica, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, de tal modo que os aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social sejam priorizados na sua formação, complementando a ação da família e da comunidade e, ao mesmo tempo, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo com qualidade social, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;



II – foco central na alfabetização, ao longo dos três primeiros anos, conforme estabelece o Parecer CNE/CEB nº4/2008, de 20 de fevereiro de 2008, da lavra do conselheiro Murílio de Avellar Hingel, que apresenta orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos;

III – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura dos direitos humanos e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

V – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Como medidas de caráter operacional, impõe-se a adoção:

I – de programa de preparação dos profissionais da educação, particularmente dos gestores, técnicos e professores;

II – de trabalho pedagógico desenvolvido por equipes interdisciplinares e multiprofissionais;

III – de programas de incentivo ao compromisso dos profissionais da educação com os estudantes e com sua aprendizagem, de tal modo que se tornem sujeitos nesse processo;

IV – de projetos desenvolvidos em aliança com a comunidade, cujas atividades colaborem para a superação de conflitos nas escolas, orientados por objetivos claros e tangíveis, além de diferentes estratégias de intervenção;

V – de abertura de escolas além do horário regular de aulas, oferecendo aos estudantes local seguro para a prática de atividades esportivo-recreativas e socioculturais, além de reforço escolar;



VI – de espaços físicos da escola adequados aos diversos ambientes destinados às várias atividades, entre elas a de experimentação e práticas botânicas;

VII – de acessibilidade arquitetônica, nos mobiliários, nos recursos didático-pedagógicos, nas comunicações e informações.

Nessa perspectiva, no geral, é tarefa da escola, palco de interações, e, no particular, é responsabilidade do professor, apoiado pelos demais profissionais da educação, criar situações que provoquem nos estudantes a necessidade e o desejo de pesquisar e experimentar situações de aprendizagem como conquista individual e coletiva, a partir do contexto particular e local, em elo com o geral e transnacional.

3.1.2.1. TRAJETÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGATÓRIO NO PAÍS

No Brasil, foi a Constituição de 1934 a primeira a determinar a obrigatoriedade do ensino primário ou fundamental, com a duração de 4 (quatro) anos. A Carta Constitucional promulgada em 1967 amplia para 8 (oito) anos essa obrigatoriedade e, em decorrência, a Lei nº 5.692/71 modifica a estrutura do ensino, unificando o curso primário e o ginásio em um único curso, o chamado 1º grau, com duração de 8 (oito) anos. O ensino de 2º grau – atual Ensino Médio – torna-se profissionalizante.

De acordo com a tradição federativa brasileira, os Estados, a partir de princípios e orientações gerais da esfera federal, se encarregaram de elaborar as propostas curriculares para as escolas de 1º grau pertencentes ao seu sistema de ensino, quais sejam, as estaduais, as municipais e as privadas, localizadas no seu território.

Anos antes da promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), algumas redes escolares passaram a adotar medidas de expansão do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, mediante a incorporação das crianças de 6 (seis) anos de idade, por vezes procedentes das numerosas classes de alfabetização que existiam em vários Estados e



Municípios. Na sua redação original, a LDB se mostra bastante flexível quanto à duração do Ensino Fundamental, estabelecendo como mínima a sua duração de 8 (oito) anos e sinalizando, assim, para a ampliação dessa etapa da Educação Básica.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) estabelece como Meta 1 a universalização do Ensino Fundamental no prazo de 5 (cinco) anos, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, e a sua ampliação para 9 (nove) anos, com início aos 6 (seis) anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos. A Meta 2, definida com base no diagnóstico de que 87% das crianças de 6 (seis) anos já estavam matriculadas em Pré-Escolas, classes de alfabetização ou mesmo no Ensino Fundamental, determina a sua ampliação para 9 (nove) anos, com início aos 6 (seis) anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos. A idéia central das propostas contidas no Plano é que a inclusão definitiva das crianças nessa etapa educacional pode oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, elas prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade.

Em 2005, a Lei nº 11.114 altera a LDB, tornando obrigatória a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental, entretanto, dá margem para que se antecipe a escolaridade de 8 (oito) anos para esses alunos, o que reduziria a idade de conclusão do Ensino Fundamental em 1 (um) ano.

Finalmente, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação da LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, e concedendo aos sistemas de ensino o prazo até 2009 para que procedam às devidas adequações de modo que a partir de 2010 esse Ensino Fundamental de 9 (nove) anos seja assegurado a todos.

Assim determinando, a Lei reflete a tendência de expansão da escolaridade obrigatória na maior parte dos países desenvolvidos do ocidente e da própria América Latina, mediante a



incorporação das crianças menores de 7 (sete) anos ao Ensino Fundamental. Em vários países do continente, em que a faixa de escolarização compulsória se inicia aos 6 (seis) anos de idade, verifica-se, ainda, que a obrigatoriedade também se estende às crianças do último ano da Pré-Escola.

O acesso ao Ensino Fundamental aos 6 (seis) anos permite que todas as crianças brasileiras possam usufruir do direito à educação, beneficiando-se de um ambiente educativo mais voltado à alfabetização e ao letramento, à aquisição de conhecimentos de outras áreas e ao desenvolvimento de diversas formas de expressão, ambiente a que já estavam expostas as crianças dos segmentos de rendas média e alta e que pode aumentar a probabilidade de seu sucesso no processo de escolarização.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), cumprindo as suas funções normativas, tem elaborado Diretrizes e orientações que devem ser observadas pelos sistemas de ensino para a reorganização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Os sistemas de ensino e as escolas não poderão apenas adaptar seu currículo à nova realidade, pois não se trata de incorporar, no primeiro ano de escolaridade, o currículo da Pré-Escola, nem de trabalhar com as crianças de 6 (seis) anos os conteúdos que eram desenvolvidos com as crianças de 7 (sete) anos. Trata-se, portanto, de criar um novo currículo e de um novo projeto político-pedagógico para o Ensino Fundamental que abranja os 9 anos de escolarização, incluindo as crianças de 6 anos.

3.1.2.2. O CURRÍCULO

Cabe primordialmente à instituição escolar a socialização do conhecimento e a recriação da cultura. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010), uma das maneiras de se conceber o currículo é entendê-lo como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as



identidades dos estudantes. O foco nas experiências escolares significa que as orientações e propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

3.1.2.3. A BASE NACIONAL COMUM E A PARTE DIVERSIFICADA: COMPLEMENTARIDADE

O currículo do Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar por uma parte diversificada. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

A articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo.

Voltados à divulgação de valores fundamentais ao interesse social e à preservação da ordem democrática, os conhecimentos que fazem parte da base nacional comum a que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem, asseguram a característica unitária das orientações curriculares nacionais, das propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dos projetos político-pedagógicos das escolas.

Os conteúdos curriculares que compõem a parte diversificada do currículo serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a complementar e enriquecer o currículo, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares diante das diferentes realidades. É assim que, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos conteúdos obrigatórios fixados em âmbito nacional, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 210, multiplicam-se as propostas e orientações curriculares de Estados e Municípios e, no seu bojo, os projetos político-pedagógicos das escolas, revelando a autonomia dos entes federados e das escolas nas



suas respectivas jurisdições e traduzindo a pluralidade de possibilidades na implementação dos currículos escolares diante das exigências do regime federativo.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde, nos movimentos sociais, e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os conteúdos sistematizados que fazem parte do currículo são denominados componentes curriculares, os quais, por sua vez, se articulam às áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.

O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger obrigatoriamente, conforme o artigo 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:

- a) Língua Portuguesa
- b) Língua materna, para populações indígenas
- c) Língua Estrangeira moderna
- d) Arte



e) Educação Física

II – Matemática

III – Ciências da Natureza

IV – Ciências Humanas:

a) História

b) Geografia

V – Ensino Religioso

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, mas às comunidades indígenas é assegurada também “a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Constituição Federal, art. 210, §2º, e art. 32, §3º da LDB).

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (art. 26, §4º da LDB). Ainda conforme o artigo 26 A, alterado pela Lei nº 11.645/2008 (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”), a História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.



A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas na LDB.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental, será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar que poderá optar, entre elas, pela Língua Espanhola, nos termos da Lei nº 11.161/2005. É necessário esclarecer que língua indígena ou outras formas usuais de expressão verbal de certas comunidades não podem ocupar o lugar do ensino de Língua Estrangeira moderna.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Outras leis específicas, que complementam a LDB, determinam ainda que sejam incluídos temas relativos à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97) e à condição e direitos dos idosos, conforme a Lei nº 10.741/2003.



A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas contemporâneos em uma perspectiva integrada, tal como indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Essa abordagem deve ser apoiada por meios adequados. Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Na perspectiva de construção de uma sociedade mais democrática e solidária, novas demandas provenientes de movimentos sociais e de compromissos internacionais firmados pelo país, passam, portanto, a ser contempladas entre os elementos que integram o currículo, como as referentes à promoção dos direitos humanos. Muitas delas tendem a ser incluídas nas propostas curriculares pela adoção da perspectiva multicultural.

3.1.2.4. O IDEB NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ – DESCRIÇÃO E ANÁLISE

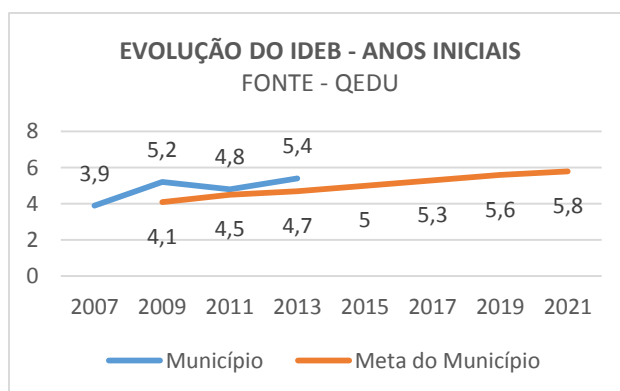
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação, ampliando-se as possibilidades de mobilização da sociedade. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.



As metas são o caminho traçado de evolução individual dos índices para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em busca da qualidade. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um IDEB igual a 6,0 na primeira fase do ensino fundamental. As metas são diferenciadas para todos, e são apresentadas bienalmente de 2007 a 2021. Estados, municípios e escolas deverão melhorar seus índices e contribuir, em conjunto, para que o Brasil chegue à meta 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Mesmo quem já tem um bom índice deve continuar a evoluir. No caso das redes e escolas com maior dificuldade, as metas preveem um esforço mais concentrado, para que elas melhorem mais rapidamente, diminuindo assim a desigualdade entre esferas.

Para tanto, cada escola deve realizar todos os esforços para melhorar seus índices, porque esse será um indicativo seguro e visível para toda a sociedade de que estará cumprindo da melhor forma possível sua função social.

IDEB DA REDE PÚBLICAS –ANOS INICIAIS					
FONTE - QEDU					
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB - TREMEMBÉ	META DO PAÍS	OBSERVAÇÃO
2009	5,84	0,89	5,2	4,1	De cada 100 alunos, 11 não foram aprovados
2011	5,44	0,89	4,8	4,5	De cada 100 alunos, 11 não foram aprovados
2013	6,05	0,89	5,4	4,7	De cada 100 alunos, 11 não foram aprovados





O IDEB de Tremembé observado para as séries iniciais em 2009/2011/2013 apresenta um índice acima da média das escolas públicas do Brasil. O IDEB Municipal de Tremembé, baixou 0,4 pontos em 2 anos, de 2009 para 2011, mas subiu 0,6 de 2011 a 2013. Nesse período as escolas públicas estaduais do município não mais atendiam esse segmento.

IDEB DA REDE PÚBLICAS – ANOS FINAIS					
FONTE - QEDU					
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB - TREMEMBÉ	META DO PAÍS	OBSERVAÇÃO
2009	5,14	0,84	4,3	3,3	De cada 100 alunos, 16 não foram aprovados
2011	5,01	0,79	3,9	3,5	De cada 100 alunos, 21 não foram aprovados
2013	4,70	0,75	3,5	3,9	De cada 100 alunos, 25 não foram aprovados

IDEB DA REDE ESTADUAL — ANOS FINAIS					
FONTE - QEDU					
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB - TREMEMBÉ	META DO PAÍS	OBSERVAÇÃO
2009	4,41	0,87	3,8	3,6	De cada 100 alunos, 13 não foram aprovados
2011	4,83	0,86	4,2	4,7	De cada 100 alunos, 14 não foram aprovados
2013	*	*	*	*	Não atendia esse segmento

IDEB DA REDE MUNICIPAL – ANOS FINAIS					
FONTE - QEDU					
ANO	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB - TREMEMBÉ	META DO PAÍS	OBSERVAÇÃO
2009	5,32	0,84	4,4	3,6	De cada 100 alunos, 16 não foram aprovados
2011	5,03	0,79	3,9	3,8	De cada 100 alunos, 21 não foram aprovados
2013	4,70	0,75	3,5	4,2	De cada 100 alunos, 25 não foram aprovados



O IDEB de Tremembé observado para as séries finais em 2009 e 2011, apresentou um índice acima da média das escolas públicas do Brasil, porém em 2013 apresentou declínio em seu índice, e, atualmente encontra-se abaixo da meta do país. Em 2 anos, de 2009 para 2011, caiu 0,5 pontos e 0,4 pontos de 2011 para 2013.

Tendo em vista que a partir do ano de 2012 a Rede Estadual deixou de atender os anos finais do Ensino Fundamental, os dados apresentados a seguir, com as metas projetadas, se referem apenas às Escolas da Rede Municipal de Tremembé.

4ª SÉRIE /5º ANO											
	Ideb Observado				Metas Projetadas						
Município	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
TREMEMBE	3.9	5.2	4.8	5.4	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8

8ª SÉRIE /9º ANO											
	Ideb Observado				Metas Projetadas						
Município	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
TREMEMBE	3.5	4.4	3.9	3.5	3.6	3.8	4.2	4.5	4.8	5.0	5.3

Os índices demonstram uma melhora no desempenho das séries iniciais e finais do ensino fundamental, de 2007 para 2011, porém no que se refere às séries finais, o desempenho é mais baixo que das séries iniciais, demonstrando assim uma descontinuidade na evolução do processo de aprendizagem das séries iniciais para as finais.

A seguir, apresenta-se o quadro comparativo do desempenho das séries iniciais e finais de todas as escolas do ensino fundamental do município com suas respectivas metas:



RESULTADOS E METAS POR DAS ESCOLAS											
ESCOLAS MUNICIPAIS											
Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas						
	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
AMALIA GARCIA RIBEIRO PATTO PROFA EMEF	4.0	3.9	4.8	6.0	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9
ANNA QUEIROZ DE ALMEIDA E SILVA TIA ANITA EMEIEF	5.6	6.2	-	6.9	5.7	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9	7.1
ANTONIO NALDI EMEF	-	4.8	-	***	-	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
EMILIA DE MOURA MARCONDES PROFA EMEF	3.2	5.2	4.0	5.2	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2
ERNANI GIANNICO PROFESSOR EMEF	4.3	5.3	5.4	5.5	4.5	4.9	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2
FAZENDA BERISAL EMEF	-	3.1	-	***	-	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
JERONYMO DE SOUZA FILHO PROF EMEF	3.3	5.4	4.5	5.0	3.5	3.9	4.2	4.5	4.7	5.0	5.3
JOSE INOCENCIO MONTEIRO EMEF		4.8	3.9	4.2	-	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4
MARIA AMELIA DO PATROCINIO PROFA EMEF	3.9	5.2	-	5.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
MARIA DULCE DAVI DE PAIVA PROFA EMEF	3.8	5.4	4.3	5.3	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7
NAIR MATTOS QUEIROZ PROFA EMEF			4.3	4.2	-	-	4.6	4.8	5.1	5.4	5.7
TEIXEIRA POMBO COMENDADOR EMEF	3.3	5.4	5.6	5.0	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2



8ª SÉRIES /9º ANO											
Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas						
	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
AMALIA GARCIA RIBEIRO PATTO PROFA EMEF	3.1	4.2	4.3	3.9	3.2	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	4.9
EMILIA DE MOURA MARCONDES PROFA EMEF	2.2	4.6	3.4	2.8	2.7	3.1	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9
JERONYMO DE SOUZA FILHO PROF EMEF	3.3	-	3.7	3.3	3.4	3.6	4.0	4.3	4.6	4.8	5.1
JOSE INOCENCIO MONTEIRO EMEF		4.0	3.4	2.8	-	4.2	4.5	4.8	5.0	5.3	5.5
MARIA AMELIA DO PATROCINIO PROFA EMEF	3.8	-	3.4	3.1	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
MARIA DULCE DAVI DE PAIVA PROFA EMEF	4.0	4.0	4.1	3.8	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.7
NAIR MATTOS QUEIROZ PROFA EMEF		4.2	-	3.1	-	4.3	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7
TEIXEIRA POMBO COMENDADOR EMEF	4.0	5.0	5.0	4.5	4.1	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.7

3.1.2.5. DIAGNÓSTICO

A população em idade escolar de 6 a 14 anos tem diminuído tanto em relação às faixas de 6 e 7 a 10 anos (1º ao 5º ano), quanto na faixa de 11 a 14 anos (6º ao 9º ano).

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR – TREMEMBÉ FONTE: SEADE			
ANO	6 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS
2004	561	2.428	2.712
2005	558	2.425	2.711
2006	554	2.420	2.707



POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR – TREMEMBÉ FONTE: SEADE			
ANO	6 ANOS	7 A 10 ANOS	11 A 14 ANOS
2007	551	2.411	2.702
2008	546	2.400	2.693
2009	542	2.389	2.682
2010	537	2.379	2.669
2011	531	2.321	2.597
2012	525	2.266	2.527
2013	518	2.209	2.458
2014	511	2.153	2.391

A faixa de 6 anos diminuiu de 561 em 2004 para 511 em 2014. A faixa de 7 a 10 anos diminuiu de 2.428 crianças para 2.153 em 2014, e a faixa de 11 a 14 anos diminuiu de 2.712 em 2004 para 2.391 em 2014.

A estabilidade da população nestas faixas de idade permite que o Município possa pensar políticas de ampliação da jornada escolar, não significando a ausência de necessidade de construção de novas escolas. Cabe também apontar a necessidade de se ter número de alunos por classe compatível com processos educacionais de qualidade.

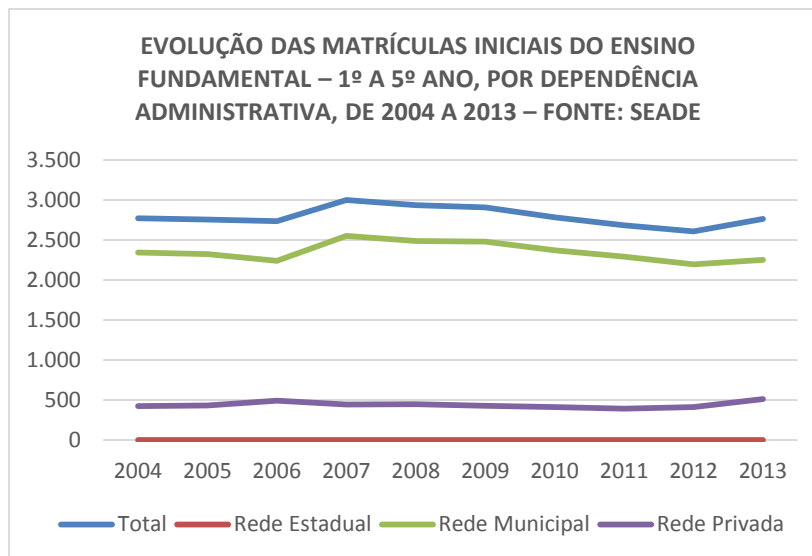
Quando analisamos os dados de matrícula inicial no Ensino Fundamental de Tremembé, da 1ª à 4ª série (até 5º ano a partir de 2009), verificamos um pequeno aumento.



ENSINO FUNDAMENTAL: MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 1ª A 4ª SÉRIE (ATÉ 5ª ANO A PARTIR DE 2009) - SEADE				
ANO	TOTAL	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PRIVADA
2004	2.771	-	2.345	426
2005	2.755	-	2.324	431
2006	2.735	-	2.241	494
2007	2.998	-	2.553	445
2008	2.936	-	2.486	450
2009	2.907	-	2.480	427
2010	2.784	-	2.373	411
2011	2.682	-	2.291	391
2012	2.607	-	2.196	411
2013	2.763	-	2.252	511

* Em decorrência da Lei Federal nº 11.274, de fevereiro de 2006, do ensino fundamental de 9 anos, iniciando-se aos 6 anos de idade, as crianças de 6 anos da rede municipal foram gradativamente para o ensino fundamental, a partir de 2007, sendo transferidas do Infantil IV para o ensino fundamental do município, com mudança total na nomenclatura em 2011.

Em 2004, as matrículas iniciais representavam 92,7% do total de crianças de 6 a 10 anos na cidade. Em 2013, as matrículas iniciais representam 101,32% do total de crianças de 6 a 10 anos, ocorrendo cobertura total e, provavelmente, com matrículas de crianças fora da idade (6 a 10 anos).



Do ponto de vista da evolução das matrículas iniciais por dependência administrativa ao longo dos últimos dez anos, verifica-se que o oferecimento de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano é feito apenas pelo Município e pelas Escolas Privadas, havendo períodos de oscilação, sendo a rede privada manteve maior estabilidade.

A média de alunos por turma no Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano) da Rede Municipal é de 22,1 alunos. Já a Rede Privada apresenta a média mais alta, com 25,3 alunos por turma.

Quando analisamos os dados de matrícula inicial no Ensino Fundamental de Tremembé, da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano a partir de 2011), verificamos uma diminuição ao longo dos últimos 10 anos.

Ensino Fundamental: Matrícula inicial por Dependência Administrativa – 5ª a 8ª Série (6º ao 9º a partir de 2009) Fonte: SEADE				
ANO	TOTAL	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PRIVADA
2004	2.405	388	1.615	402
2005	2.442	338	1.688	416
2006	2.427	301	1.737	389



Ensino Fundamental: Matrícula inicial por Dependência Administrativa – 5ª a 8ª Série (6º ao 9º a partir de 2009) Fonte: SEADE				
ANO	TOTAL	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL	REDE PRIVADA
2007	2.441	206	1.910	325
2008	2.390	187	1.912	291
2009	2.407	155	1.945	307
2010	2.492	129	2.034	329
2011	2.577	86	2.144	347
2012	2.497	52	2.087	358
2013	2.430	-	2.079	351

De um total de 2.405 matrículas iniciais em 2004, envolvendo as redes Municipal, Estadual e Privada, este número subiu para 2.430 em 2013. Em 2004, as matrículas iniciais representavam 88,67% do total de crianças de 11 a 14 anos na cidade. Em 2013, as matrículas iniciais representam 101,63% do total de crianças de 11 a 14 anos, ocorrendo cobertura total, e provavelmente com matrículas de crianças fora da idade escolar de sua série.

Do ponto de vista dos números absolutos, após uma queda nas matrículas iniciais de 2007 a 2008 no número total de matrículas, desta data em diante até 2013, ocorreu uma oscilação, aumentando em 2011, vindo a diminuir no ano de 2013. Na Rede Estadual, houve a queda nas matrículas até o ano de 2012, sendo que no ano de 2013 a Rede deixou de atender esse segmento. Na Rede Municipal ocorreu um aumento até 2011, com uma leve queda até 2013. A Rede Privada tem-se apresentado oscilante desde 2004, ocorrendo pequena queda nas matrículas iniciais em 2013.

A média de alunos por turma no Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano) da Rede Municipal é de 26,1 alunos. Já a Rede Privada apresenta a média de 32,2 alunos por turma.



MÉDIA DE ALUNOS POR TURMA EM 2014 – ENSINO FUNDAMENTAL – 5ª A 8ª SÉRIE (6º AO 9º ANO) - FONTE: INEP	
Municipal	26,1
Estadual	-----
Privada	32,2

A taxa de aprovação no ensino fundamental da 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano) tem apresentado pouca alteração no município desde 2004 até 2013, na Rede Municipal de Ensino. Já no Ensino Privado houve uma diminuição na taxa de aprovação de 2004 (que era de 98,3%) para 93,9% em 2013.

TAXA DE APROVAÇÃO* NO ENSINO FUNDAMENTAL				
1ª A 4ª SÉRIE (1º AO 5º ANO) POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2004 A 2013 - FONTE SEADE				
ANO	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA
2004	90,9	89,6	-	98,3
2005	89,9	88,7	-	96,5
2007	-	80,7	-	97,9
2008	87,6	85,8	-	97,7
2009	89,8	88,8	-	95,9
2010	91,1	90,2	-	96,3
2011	90,4	88,9	-	98,9
2012	91,8	90,9	-	96,8
2013	90,1	89,2	-	93,9

* ALUNO APROVADO – É o aluno que, ao final do ano letivo, preenche os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência previstos, na legislação em vigor. (MEC).



No Ensino Fundamental da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano), a taxa de aprovação é menor que a da 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano). Apresentou 83,5% de aprovação em 2004 e 78,1% em 2013. A Rede Municipal é a que apresenta a menor taxa de aprovação (79,8%), quando comparada com a Rede Estadual (95,8%), e o Ensino Privado (95,5%) em 2012, quando a Rede Estadual ainda atendia este segmento. Em 2013, embora as duas Redes (Municipal e Privada) apresentem queda na taxa de aprovação, a Rede Municipal ainda apresenta os menores índices.

TAXA DE APROVAÇÃO* NO ENSINO FUNDAMENTAL				
5ª A 8ª SÉRIE (6º AO 9º ANO) POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2004 A 2013				
FONTE: SEADE				
ANO	TOTAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA
2004	83,5	81,9	74,9	98,2
2005	85,5	82,1	88,1	97,4
2007	-	71	80,3	95,2
2008	79,3	75,9	86,9	97,5
2009	84,6	83	85,5	94,4
2010	81,7	79,4	88,8	93,7
2011	81	78	85,5	97,7
2012	82,3	79,8	95,8	95,5
2013	78,1	75,8	-	92

* ALUNO APROVADO – É o aluno que, ao final do ano letivo, preenche os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência previstos, na legislação em vigor. (MEC).

A taxa de evasão no Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série/1º ao 5º ano oscilou, tendo seu menor índice em 2012, voltando a subir em 2013, mas, ainda assim, menor que em 2004.



TAXA DE EVASÃO* NO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE/1º AO 5º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2004 A 2013 - SEADE				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2004	0,4	0,5	-	-
2005	0,5	0,6	-	-
2007	-	0,1	-	-
2008	0,3	0,4	-	0,2
2009	0,4	0,4	-	0,5
2010	0,2	0,3	-	-
2011	-	0,1	-	-
2012	0,1	0,1	-	-
2013	0,3	0,4	-	-

***TAXA DE EVASÃO:** Aluno afastado por abandono: é o aluno que deixou de frequentar a escola durante o ano letivo, tendo sua matrícula cancelada.

A taxa de evasão do Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série/6º ao 9º ano também oscilou, mas de forma mais significativa, com a menor taxa no ano de 2012 (0,5%) e maior taxa no ano de 2013 (1,9%).

TAXA DE EVASÃO* NO ENSINO FUNDAMENTAL – 5ª A 8ª SÉRIE/6º AO 9º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2004 A 2013 - SEADE				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2004	1,8	2,1	2,6	-
2005	1,1	1,6	-	-
2007	-	1,2	0,5	0,3
2008	1,6	1,9	1,7	-



TAXA DE EVASÃO* NO ENSINO FUNDAMENTAL – 5ª A 8ª SÉRIE/6º AO 9º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2004 A 2013 - SEADE				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2009	1,1	1,2	2	-
2010	1,6	1,6	6	-
2011	0,6	0,6	2,5	0,3
2012	0,5	0,6	2,1	-
2013	1,9	2,2	-	-

Com relação à taxa de distorção idade/série, ocorreu um aumento significativo no período de 2006 a 2014, nas escolas do Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série (1º ao 5º Ano) de Tremembé. De um total de 8,7% em 2006, subiu para 12% em 2014.

TAXA DE DISTORÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE/ 1º AO 5º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2006 A 2014 - FONTE: INEP				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2006	8,7	10,3	-	1,4
2007	8	9,3	-	0,7
2008	11	12,6	-	1,6
2009	12	13,6	-	2,8
2010	12,2	13,9	-	2,4
2011	11,4	13,1	-	2
2012	11,8	13,7	-	1,5
2013	11,6	13,5	-	2,9
2014	12	14,1	-	2,8



No que se refere ao Ensino Fundamental da 5ª à 8ª série (6º ao 9º ano), ocorreu também um significativo aumento da taxa de distorção idade/série. De 21,4% em 2006, para 31,8% em 2014.

TAXA DE DISTORÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – 5ª A 8ª SÉRIE/ 6º AO 9º ANO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2006 A 2014				
FONTE: INEP				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
2006	21,4	24,6	23,6	5,7
2007	20,6	23,2	21,4	4,6
2008	23,6	26,2	24,6	6,5
2009	27,7	28	23,9	4,9
2010	26,7	30,1	27,1	5,5
2011	29	32,5	30,2	6,9
2012	29,9	33,8	30,8	6,7
2013	30,9	35,2	-	5,4
2014	31,8	36,2	-	7,6

Ao detalharmos a taxa de distorção por ano cursado, verificamos que na medida em que aumentam os anos de estudo, aumenta a distorção idade-série cursada, sobretudo nas Redes do Município. Na taxa de distorção a partir do 3º ano, o índice eleva consideravelmente devido ao Ciclo de Alfabetização Inicial, que garante aprovação automática no 1º e no 2º ano.



TAXA DE DISTORÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS:				
1º AO 5º ANO - ANO: 2014				
FONTE: INEP				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
1º ano	2,2	2,3	-	1,8
2º ano	3,4	3,9	-	1,6
3º ano	14,5	16,6	-	4,8
4º ano	18,6	21	-	6
5º ano	19,4	23,3	-	-

Nos anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos (6º ao 9º ano), verificamos em 2014 um índice maior que o dos anos iniciais na Rede Municipal. A Rede Privada, embora apresente a menor taxa dos anos finais do Fundamental, apresenta um índice maior que o dos anos iniciais.

TAXA DE DISTORÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS:				
6º AO 9º ANO - ANO: 2014				
FONTE: INEP				
Ano	Total	Municipal	Estadual	Privada
6º ano	32,9	37,4	-	6,8
7º ano	33,6	38,8	-	6
8º ano	29,7	35,2	-	3,2
9º ano	30,6	32,8	-	16,4

A taxa de distorção idade-série ressalta o impacto das taxas de reprovação, repetência e evasão, ao longo do processo de escolarização, bem como revela dificuldades de acesso/permanência do aluno na escola.



3.1.3. A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ

DIAGNÓSTICO

Desde o ano de 1992 a Rede Municipal de Ensino de Tremembé conta com salas de Educação Infantil em Período Integral, sendo que no ano de 2005 passou a contar também com salas de Berçário.

A Rede Estadual, que oferece vagas aos munícipes no Ensino Médio, iniciou a oferta de Ensino Integral a partir de 2012 por meio da Escola Estadual Manuel Cabral, na qual, no ano de 2015, todos os alunos matriculados na Unidade Escolar estudam em período Integral.

Com relação às escolas de Ensino Fundamental, a oferta de Ensino Integral teve início em 2013. A Prefeitura de Tremembé, no início do citado ano, por meio da Secretaria Municipal de Educação, realizou a adesão do município ao Programa Mais Educação do Governo Federal e lançou oficialmente o Programa em outubro de 2013. O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Por meio de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribui tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira, estendendo a permanência dos alunos participantes, de 5 para no mínimo 7 horas em diversas atividades dentro e fora da escola sob supervisão da Unidade Escolar.

Dentre essas atividades, o Programa oferece acompanhamento pedagógico, oficinas de esporte, arte e três refeições diárias para os alunos. De maneira inédita no país, o Mais Educação iniciou em todas as escolas de Ensino Fundamental de uma Rede de Ensino ao mesmo tempo, alcançando, assim as 12 (doze) escolas municipais de ensino fundamental. No ano de 2013 foram 1.450 alunos atendidos, em 2014 chegou a atender 1.609 alunos e no ano de 2015 iniciou com aproximadamente 1.454 alunos.



Quando da adesão ao Programa Mais Educação, foi informado ao município que as escolas de Ensino Fundamental receberiam módulos nos quais as crianças realizariam parte das atividades e o município até o momento aguarda o recebimento dos mesmos.

No ano de 2014, as escolas de Educação Infantil do Município de Tremembé atenderam em Período Integral a 550 crianças e as escolas de Ensino Médio atenderam em Período Integral a 318 alunos.

Deste modo, o que se pode observar em 2014 em relação à oferta de Educação em tempo integral no município de Tremembé é:

TOTAL DE ALUNOS NO MUNICÍPIO EM 2014			
SEGMENTO	PERÍODO PARCIAL	PERÍODO INTEGRAL	TOTAL
Educação Infantil	1082	550	1632
Ensino Fundamental	3459	1690	5149
Ensino Médio	716	318	1034
Total	5257	2558	7815

Considerando que os números de 2015 permanecem no início de ano os mesmos de 2014 observamos que atualmente 32% dos estudantes do município de Tremembé permanecem na escola por um período de, no mínimo, 7 (sete) horas.

Com relação à oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas do município foi observado que das 20 (vinte) escolas públicas com as quais o município conta, 15 (quinze) oferecem a possibilidade dos alunos permanecerem um período de, no mínimo, 7 (sete) horas sob a responsabilidade da escola, ou seja, um total de 75%.

3.1.4. ENSINO MÉDIO

Após 19 anos da LDB, os dados e as avaliações oficiais revelam que ainda não foi possível superar a dualidade histórica que tem prevalecido no Ensino Médio, tampouco garantir a universalização, a permanência e a aprendizagem significativa para a maioria de seus estudantes. O Brasil ampliou a oferta do ensino médio de forma expressiva, mas possui ainda número



significativo de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Massificou o acesso, mas não garantiu democraticamente a permanência e, principalmente, um currículo capaz de promover uma aprendizagem que faça sentido para os jovens adolescentes.

Em razão disso, novas perspectivas estão sendo estudadas e implantadas, a fim de sanar tal problemática, tais como o Ensino Médio Inovador, financiado pelo governo federal e Novo Modelo de Educação Integral, que é financiado pelo governo estadual do Estado de São Paulo e que atende às expectativas do programa Ensino Médio Inovador do MEC.

O Ensino Médio Inovador corresponde a uma forma de incentivar as Redes Estaduais de educação a criar iniciativas inovadoras para o Ensino Médio. A intenção é estimular as Redes Estaduais de educação a pensar novas soluções que diversifiquem os currículos com atividades integradoras, a partir dos eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, para melhorar a qualidade da educação oferecida nessa fase de ensino e torná-la mais atraente.

Já o Novo Modelo de Ensino Integral, implantado pelo governo estadual em 2012, visa propiciar aos alunos oportunidades para aprender e desenvolver práticas que irão apoiá-los no planejamento e execução do seu projeto de vida, o que vai muito além das aulas que constam no currículo escolar. Propõe-se não apenas um desenho diferenciado dessas escolas, mas também uma mudança na sua metodologia, modelo pedagógico e modelo de gestão escolar, enquanto instrumento de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades de toda comunidade escolar. O Protagonismo Juvenil é um dos princípios educativos que sustentam o modelo. O Projeto de Vida é simultaneamente o foco para onde devem convergir todas as ações da escola e a metodologia que apoiará o estudante na sua construção; Disciplinas Eletivas é estratégia para ampliação do universo cultural do estudante; acolhimento é a estratégia para sensibilização do estudante em torno do novo projeto escolar, bem como, o ponto de partida para materialização de seu sonho; avaliação, nivelamento, orientação de estudos e atividades experimentais em matemática e ciências são estratégias metodológicas para a realização da excelência acadêmica.



Tremembé foi uma das cidades pioneiras na implantação desse Novo Modelo de Educação integral. O projeto teve início na Escola Estadual Manuel Cabral ainda no ano de 2012, escolhida, por época, como polo e referência da Diretoria de Ensino de Pindamonhangaba para implementação.

Podemos dizer, então, que, embora ainda estejamos um tanto distantes do alcance das metas estabelecidas, já podemos contar com uma perspectiva de melhora em relação a estas metas.

O ENSINO MÉDIO EM TREMEMBÉ – REFLETINDO SOBRE OPORTUNIDADES

O Ensino Médio no Brasil tem se constituído, ao longo da história da educação brasileira, como o nível de maior complexidade na estruturação de políticas públicas de enfrentamento aos desafios estabelecidos pela sociedade moderna, em decorrência de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e a particularidade de atender a adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização, levando-se em consideração que estes conceitos são estabelecidos por uma construção social e como estes sujeitos se veem neste processo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Médio é a etapa final da educação básica. Tal característica de terminalidade significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam “continuar aprendendo”, tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos “fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos”.

O Ensino Médio, portanto, é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas que situem o educando como



sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como cidadão.

Nessa concepção, a Lei nº9.394/96 mudou no cerne a identidade estabelecida para o ensino médio contida na referência anterior, a Lei nº 5.692/71, cujo 2º grau se caracterizava por uma dupla função: preparar para o prosseguimento de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão técnica.

Na perspectiva da nova Lei – Resolução Nº2, de 30 de Janeiro 2012, o ensino médio, como parte da educação escolar, deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Essa vinculação, por sua vez, deve se expandir a toda a prática educativa escolar.

Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos: a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

DIAGNÓSTICO

Atualmente, Tremembé possui cinco escolas que oferecem o Ensino Médio, sendo, dentre elas, duas escolas privadas e três públicas estaduais, conforme descrição abaixo:



ESCOLAS DO MUNICÍPIO QUE OFERECEM ENSINO MÉDIO	
DADOS: PLATAFORMA QEDU	
ESCOLA	SETOR / ESFERA
EE Comendador Teixeira Pombo	Estadual
EE Profa. Amália Garcia Ribeiro Patto	Estadual
EE Manuel Cabral	Estadual
Centro Educacional SESI	Privada
Colégio Adventista Taubaté Tremembé	Privada

Nota-se pelos dados que serão a seguir apresentados, que, embora tenha havido uma oscilação pequena na quantidade de pessoas com idade para cursar o Ensino Médio, o número de vagas oferecidas para esse segmento vem diminuindo, bem como a efetivação da matrícula por parte desse alunado. Embora os números oficiais comprovem que não há vagas suficientes no município em relação a demanda populacional, na realidade Tremembé conta com um número considerável de população nessa idade escolar que reside em condomínios e em áreas limítrofes do município e que, teoricamente, optam por cursarem o segmento em municípios vizinhos, como Taubaté e Pindamonhangaba, não havendo assim número de interessados suficientes para aumentar esse número de vagas oferecidas. Há ainda que se levar em consideração a taxa de evasão/ abandono e a taxa de distorção idade-série, que interferem diretamente nesses dados, e que no município apresenta caráter significativo, como veremos nas tabelas a seguir.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DE 15 A 17 ANOS											
DADOS: PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE											
ANO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
POPULAÇÃO	1.984	1.969	1.955	1.936	1.919	1.898	1.877	1.853	1.881	1.910	1.939



NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO					
DADOS:PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE					
ANO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2004	1.411	---	1.317	---	94
2005	1.280	---	1.195	---	85
2006	1.202	---	1.122	---	80
2007	1.053	---	985	---	68
2008	1.079	---	1.012	---	67
2009	1.083	---	997	---	86
2010	1.211	---	1.085	---	126
2011	1.217	---	1.042	---	175
2012	1.201	---	1.019	---	182
2013	1.252	---	1.081	---	171

Pelo gráfico acima apresentado, podemos observar que entre 2004 e 2007 houve uma queda significativa no número total de matrículas da rede estadual, com aumento gradativo entre 2008 e 2013 (média no intervalo de 3% ao ano). Já na rede privada, o número manteve-se estável entre 2004 e 2009, apresentando aumento gradual no período entre 2010 e 2013.

Ainda com relação ao número de matrículas, podemos observar que é maior o número de efetivação no período matutino e menor, porém significativo, no período noturno. Isso acaba por retratar a realidade considerada pelas escolas ouvidas no processo que são contundentes ao dizer que, em sua maioria, os alunos que frequentam o período matutino são adolescentes que apenas estudam, enquanto a maioria que estuda no período noturno, já adentrou o mercado de trabalho.



NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO POR PERÍODO			
DADOS:PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE			
ANO	TOTAL	DIURNO	NOTURNO
2004	1.411	---	---
2005	1.280	---	---
2006	1.202	---	---
2007	1.053	841	212
2008	1.079	928	151
2009	1.083	894	189
2010	1.211	982	229
2011	1.217	1.037	180
2012	1.201	986	215
2013	1.252	939	313

A participação da Rede Estadual de ensino no total de matrículas no Ensino Médio é muito superior à da rede privada de ensino, embora esta tenha obtido um aumento de 105% aproximadamente no período compreendido entre 2004 e 2013.

PARTICIPAÇÃO DA REDE ESTADUAL E PRIVADA NO TOTAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (EM %)				
DADOS:PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE				
ANO	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2004	---	93,34	---	6,66
2005	---	93,36	---	6,64
2006	---	93,34	---	6,66
2007	---	93,54	---	6,46
2008	---	93,79	---	6,21
2009	---	92,06	---	7,94
2010	---	89,60	---	10,40
2011	---	85,62	---	14,38
2012	---	84,85	---	15,15
2013	---	86,34	---	13,66

Com relação à taxa de aprovação nesta etapa escolar, Tremembé apresenta índices relativamente bons. A Rede Estadual ainda aprova menos alunos que a Rede Privada, mas levando em conta a demanda atendida e os índices de reprovação no Ensino Fundamental, podemos considerar a taxa de aprovação do município como elevada. Já na Rede Privada, podemos perceber que esta taxa de aprovação, ainda que oscilante, diminuiu nos últimos dez anos.



TAXA DE APROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (EM %)					
DADOS: PORTAL SIMEDUCAÇÃO/SEADE					
ANO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2004	72,1	---	70,2	---	96,0
2005	72,3	---	70,7	---	94,0
2006	---	---	---	---	---
2007	---	---	71,0	---	96,9
2008	73,7	---	72,2	---	96,9
2009	72,4	---	70,7	---	92,9
2010	79,2	---	77,5	---	93,8
2011	79,9	---	76,9	---	98,8
2012	85,0	---	83,3	---	94,5
2013	---	---	---	---	---

TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO (EM %)					
DADOS: PORTAL SIMEDUCAÇÃO/SEADE					
ANO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2004	22,0	---	23,4	---	4,0
2005	27,2	---	28,8	---	4,8
2006	---	---	---	---	---
2007	---	---	19,8	---	3,1
2008	19,7	---	20,9	---	1,5
2009	20,1	---	21,2	---	7,1
2010	10,5	---	11,0	---	6,2
2011	15,2	---	17,4	---	1,2
2012	7,0	---	7,3	---	5,5
2013	---	---	---	---	---

Um dos quesitos que influenciam muito na medição da qualidade do ensino do município como um todo é a considerável taxa de abandono que possui. A porcentagem de alunos evadidos, embora tenha obtido pico máximo em 2010, vem crescendo, de uma maneira geral, significativamente nos últimos anos. Este fato pode ser associado ao fator social, visto que, como já relatado anteriormente, muitos alunos adentram o mercado de trabalho ainda nesta idade para contribuir com a renda familiar. Com a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo, parte do alunado deixa de frequentar a escola.



TAXA DE ABANDONO ENSINO MÉDIO (EM %)					
DADOS: PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE					
ANO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2004	5,9	---	6,4	---	---
2005	0,5	---	0,4	---	1,2
2006	---	---	---	---	---
2007	---	---	9,2	---	---
2008	6,6	---	6,9	---	1,5
2009	7,4	---	8,0	---	---
2010	10,3	---	11,5	---	---
2011	4,9	---	5,7	---	---
2012	8,0	---	9,4	---	---
2013	---	---	---	---	---

Outro fator que influencia diretamente nos índices de qualidade da educação é a taxa de distorção idade-série. No município ela se apresenta consideravelmente alta, apresentando média de 22,5% nos anos contabilizados pelos órgãos oficiais.

DISTRORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO (EM %)					
DADOS: PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE					
ANO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2011	20,5	---	22,8	---	6,3
2012	20,2	---	23,0	---	4,9
2013	19,9	---	22,5	---	3,5

Com relação à duração média do turno escolar do Ensino Médio, observa-se um aumento médio de 0,93% no período noturno e certa estabilidade no período diurno da rede estadual, conforme tabela abaixo. No ensino privado, por sua vez, houve um aumento médio de 0,7% no período diurno.

DURAÇÃO MÉDIA DO TURNO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO (EM HORAS CENTESIMAIS)						
DADOS: PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE						
ANO	PERÍODO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
2007	Diurno	5,29	---	5,33	---	4,83
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2008	Diurno	5,30	---	5,33	---	4,83
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2009	Diurno	5,30	---	5,33	---	4,99



DURAÇÃO MÉDIA DO TURNO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO (EM HORAS CENTESIMAIS)						
DADOS: PORTALSIMEDUCAÇÃO/SEADE						
ANO	PERÍODO	TOTAL	PÚBLICA	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2010	Diurno	5,36	---	5,33	---	5,52
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2011	Diurno	5,36	---	5,34	---	5,46
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2012	Diurno	5,35	---	5,32	---	5,48
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---
2013	Diurno	6,13	---	6,26	---	5,53
	Noturno	4,0	---	4,0	---	---

O ENEM NO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ – DESCRIÇÃO E ANÁLISE

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma prova elaborada pelo Ministério da Educação para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o Ensino Médio. O Enem é composto por quatro provas de múltipla escolha, com 45 questões cada, e uma redação.

A prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias apresenta questões sobre as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. A de Ciências da Natureza e suas Tecnologias cobra conhecimentos de Química, Física e Biologia. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias envolve questões de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação e Comunicação. Já a prova de Matemática e suas Tecnologias possui questões de Matemática (Geometria e Álgebra). Tem ainda a redação, que procura testar cinco competências: demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita; selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos; demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação; elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.



Para cada uma delas, existem cinco níveis possíveis que um candidato pode atingir, cada um valendo 200 pontos. Por exemplo, na primeira competência o aluno pode receber zero se o domínio da língua padrão estiver ausente, 200 se for baixo, 400 para mediano, 600 com nível bom, 800 se tiver muito bom e 1000 com domínio considerado excelente. O processo se repete para as outras competências. Ao final, somam-se as cinco notas e divide-se o total por cinco até chegar a uma média que vai de 0 a 1000 pontos.

É importante lembrar que existem quatro critérios que zeram a nota de um candidato do Enem: texto em branco, com até sete linhas, com intenção clara do autor em anular a redação ou cuja argumentação não respeite os direitos humanos e fuga ao tema proposto.

Em 2012, o MEC modificou a correção da redação do Enem e aumentou o número de avaliadores, para deixar o sistema mais rigoroso e evitar pedidos de revisão de nota na Justiça.

A pontuação das demais questões do Enem é feita por uma metodologia chamada Teoria da Resposta ao Item (TRI), que envolve psicologia, estatística e informática, e garante que todas as provas do Enem tenham o mesmo grau de dificuldade e possam ser comparadas.

A contagem é diferente das avaliações clássicas, que somam os acertos. Na TRI, o item (a questão) mede níveis de conhecimentos diferentes. Há perguntas fáceis, medianas e difíceis, com pontuações diferentes. Além disso, esses itens têm de conseguir separar quem sabe o conteúdo de quem tenta acertar na sorte. Pessoas que acertam o mesmo número de questões não têm notas iguais, porque acertaram e erraram questões diferentes.

O Enem tem uma série de funções, dentre elas ser usado como um vestibular nacional de uma série de universidades públicas. Com a nota do Enem, o estudante pode se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema criado pelo governo para selecionar alunos para as instituições públicas de ensino superior. O candidato pode escolher dois cursos de graduação, de diversas instituições brasileiras, de todos os Estados brasileiros. A cada dia o sistema gera as notas de corte das carreiras e assim o estudante pode ter ideia se sua pontuação é suficiente para ser aprovado no curso pretendido.

Os estudantes também utilizam o Enem para conseguir uma bolsa de estudos em uma universidade particular por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Este programa



do governo federal oferece bolsas de estudo parciais, de 50%, e integrais, a estudantes de baixa renda. Para participar, o estudante precisa obter, no mínimo, 400 pontos no Enem.

Outro programa de acesso ao ensino superior que exige o Enem é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que concede bolsas restituíveis a estudantes que não tem condições de pagar as mensalidades da graduação. O Fies funciona como um empréstimo: aluno completa o curso com bolsa, e depois de formado paga a dívida ao governo, com juros mais baixos, de 3,4% ao ano.

O Enem também é necessário para os estudantes de graduação que queiram fazer um intercâmbio no exterior pelo programa Ciência sem Fronteiras. É meta do governo federal levar 75 mil estudantes para fazer parte do curso em instituições estrangeiras de excelência. A bolsa inclui todos os gastos e é voltada prioritariamente para áreas de engenharia, tecnologia, biologia e ambiental. Para concorrer a uma vaga, é preciso ter feito 650 pontos no Enem.

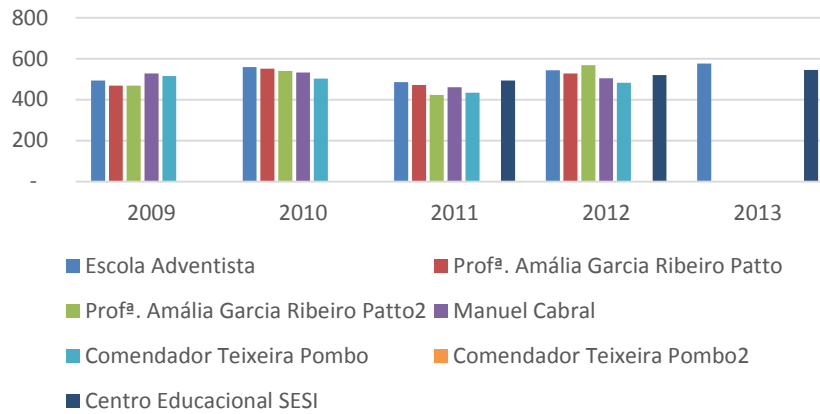
Com o Enem, o candidato também consegue emitir o Certificado de Conclusão do Ensino Médio. Para isso, é necessário tirar 450 pontos nas provas objetivas e 500 na redação estando apto assim a receber o diploma de Ensino Médio.

ENEM EM TREMEMBÉ - MÉDIAS ANUAIS POR EIXOS TEMÁTICOS

CIÊNCIAS HUMANAS – PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL					
FONTE - QEDU					
ESCOLAS	2009	2010	2011	2012	2013
Escola Adventista	493	560	486	544	576
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	468	552	471	528	-----
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	469	541	423	569	-----
Manuel Cabral	528	533	461	504	-----
Comendador Teixeira Pombo	516	503	434	483	-----
Comendador Teixeira Pombo	369	487	-----	-----	-----
Centro Educacional SESI	-----	-----	494	520	545



CIÊNCIAS HUMANAS – PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL FONTE - QEDU



MATEMÁTICA - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL

FONTE - QEDU

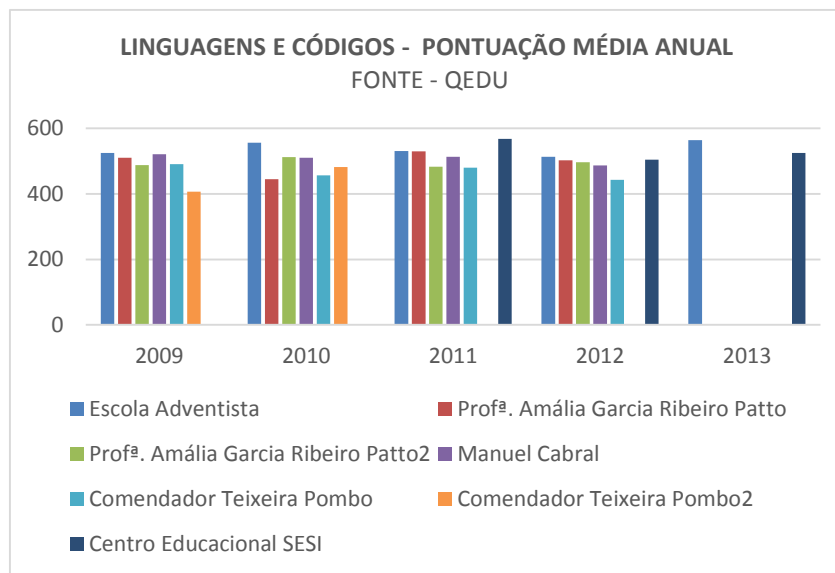
ESCOLAS	2009	2010	2011	2012	2013
Escola Adventista	471	581	559	570	585
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	517	374	506	514	-----
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	469	503	417	519	-----
Manuel Cabral	533	499	500	504	-----
Comendador Teixeira Pombo	537	472	494	438	-----
Comendador Teixeira Pombo	507	423	-----	-----	-----
Centro Educacional SESI	-----	-----	579	567	506

MATEMÁTICA - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL FONTE - QEDU





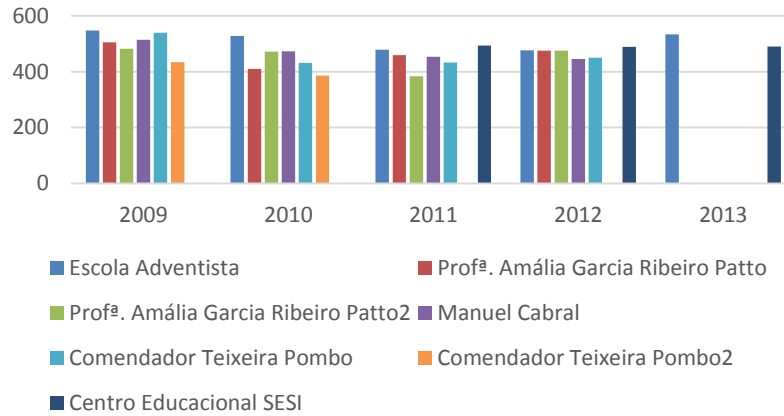
LINGUAGENS E CÓDIGOS - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL					
FONTE - QEDU					
ESCOLAS	2009	2010	2011	2012	2013
Escola Adventista	525	556	531	513	564
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	511	445	530	503	-----
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	488	512	483	497	-----
Manuel Cabral	521	511	513	487	-----
Comendador Teixeira Pombo	491	457	480	443	-----
Comendador Teixeira Pombo	407	482	-----	-----	-----
Centro Educacional SESI	-----	-----	568	505	525



CIÊNCIAS DA NATUREZA - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL					
FONTE - QEDU					
ESCOLAS	2009	2010	2011	2012	2013
Escola Adventista	548	528	479	477	534
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	505	410	459	475	-----
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	482	472	384	475	-----
Manuel Cabral	514	473	454	446	-----
Comendador Teixeira Pombo	539	432	433	450	-----
Comendador Teixeira Pombo	434	386	-----	-----	-----
Centro Educacional SESI	-----	-----	494	489	490



CIÊNCIAS DA NATUREZA - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL
FONTE - QEDU



REDAÇÃO - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL

FONTE - QEDU

ESCOLAS	2009	2010	2011	2012	2013
Escola Adventista	625	588	646	547	609
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	625	625	543	503	-----
Profª. Amália Garcia Ribeiro Patto	556	632	460	500	-----
Manuel Cabral	617	589	525	466	-----
Comendador Teixeira Pombo	553	570	558	435	-----
Comendador Teixeira Pombo	550	600	-----	-----	-----
Centro Educacional SESI	-----	-----	568	496	558

REDAÇÃO - PONTUAÇÃO MÉDIA ANUAL
FONTE - QEDU





3.2. EDUCAÇÃO SUPERIOR

3.2.1. O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA

O Ensino Superior é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, Institutos superiores e centros de educação tecnológica. O cidadão pode optar por três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos entre *lato sensu* (especialização e MBA) e *strictu sensu* (mestrado e doutorado).

Além da forma presencial, em que o aluno deve frequentar pelo menos 75% das aulas e avaliações, ainda é possível forma-se por ensino à distância (EAD), não sendo necessária a presença do alunos dentro de uma sala de aula. Existem também cursos semipresenciais, com aulas em sala e também à distância.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), órgão do Ministério da Educação (MEC), é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida para garantir a qualidade dos cursos superiores do país.

HISTÓRICO

A história do Ensino Superior no Brasil é algo muito recente. Ao contrário das Américas Espanhola e Inglesa, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial, o Brasil teve que esperar o final do século XIX para ver surgir as primeiras instituições culturais e científicas deste nível, quando da vinda da Família Imperial ao país. Já a primeira universidade surgiu somente em 1912.

Portugal tinha apenas dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: suas prioridades eram a fiscalização e a defesa. Durante trezentos anos, as únicas iniciativas na área de educação vieram dos jesuítas, mais voltados para a catequese religiosa. Os altos funcionários da Igreja e da Coroa e os filhos dos grandes latifundiários tinham que ir à Europa para obter formação universitária, e o destino era principalmente Coimbra. Iniciativas isoladas, como o curso



superior de Engenharia Militar no Rio de Janeiro, que surgiu no final do século XVII, não podem ser consideradas como o ingresso do Brasil no ensino superior já que, para todos os efeitos, era um estabelecimento português.

Somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na Escola Politécnica; o Decreto de 23/2/1808, que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica e o Decreto de 12/10/1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes.

Por esse passado, o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. O fato dos cursos que surgiram terem se voltado ao ensino prático - engenharia militar e medicina - e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão marcadas em nosso sistema.

Mesmo no século XIX, a partir da Proclamação da Independência, há um crescimento de escolas superiores no país, mas sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil surgiram, como o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II, o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia entre outras. Mas nenhuma saiu do papel.

A República chega ao Brasil, mas a Constituição de 1891 omite-se em relação ao compromisso do governo com a universidade. Em 1912, mais por forças locais, surge a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, mas que durou apenas três anos. Somente em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reunia



os cursos superiores da cidade, a saber: a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito - que surgira a partir da fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. O decreto que oficializa a universidade é o de nº 14.343, de 7 de setembro de 1920.

O que unia estes cursos era simplesmente a Reitoria e o Conselho Universitário. Este modelo de universidade, onde há uma reunião de cursos isolados que têm como ligação entre si a Reitoria, e não mecanismos acadêmicos ou administrativos, é a base de muitas das universidades brasileiras hoje em dia, que se constituem de instituições agregadas e não integradas. Exceção à regra surgiu após a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, tendo como maior exemplo a USP - Universidade de São Paulo.

A USP reuniu os cursos superiores existentes no estado, tendo como enlace não a Reitoria ou mecanismos administrativos, mas a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, que seria a instituição de saber fundamental em todas as áreas do conhecimento humano e compensaria o isolamento das faculdades preexistentes, que existiam independentes tanto física quanto academicamente. A Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras viria integrar em uma base comum os ensinamentos de diversas áreas do saber, sendo a porta de entrada em qualquer dos outros cursos profissionalizantes. Além disso, a proposta da USP baseava-se em três vertentes, características da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão.

Nas décadas de 50 a 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961.

Mas a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos 70. Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu



que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha.

Esse aumento expressivo, sem adequado planejamento, resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, uma queda da qualidade de ensino e a imagem "mercantilista" e negativa da iniciativa privada, que persiste até hoje, ao contrário do que prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1968 (Lei nº 5.540/68).

Na iniciativa privada, a tendência é a de transformação dos institutos isolados em universidades, que mantêm um estilo de funcionamento onde os cursos se mantêm separados, sem integração acadêmica. O modelo brasileiro de universidades que reúne institutos isolados via uma Reitoria continua a se perpetuar no país.

3.2.2. DIAGNÓSTICO

No município de Tremembé foi iniciada a primeira turma de Pedagogia e Administração à distância, pela Fundação Hermínio Ometto, no ano de 2003. Até 2014 foram graduados 411 alunos e atualmente estão cursando 30 alunos em 2 turmas de Pedagogia. As aulas são ministradas por 02 tutores na EMEF Profª Maria Dulce David de Paiva.

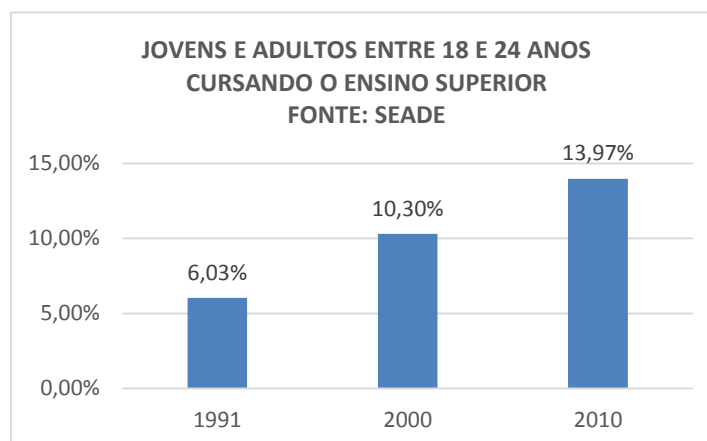
Devido à existência somente deste Polo EAD o diagnóstico foi baseado na região do Vale do Paraíba, com grande concentração de instituições de ensino superior. Entre as públicas, estão: FATEC (Cruzeiro, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e São José dos Campos), ITA (em São José dos Campos), UERJ (em Resende), UFF (em Volta Redonda), Unesp (campus em São José dos Campos - Odontologia e Engenharia Ambiental e campus em Guaratinguetá), Unifesp (campus em São José dos Campos), USP (campus em Lorena) e UNITAU (Taubaté e Ubatuba).



Na região também estão situadas o Instituto Nacional de Pós-graduação (INPG), um campus da UNIP, a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP, em São José dos Campos), unidades da Anhanguera Educacional (Taubaté, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Jacareí, Polo presencial em Roseira), um campus da UNISAL (em Lorena), a FATEA também em Lorena, a FARO (Faculdade de Roseira), a FAPI (Faculdade de Pindamonhangaba), UNESA e Faculdades Dom Bosco em Resende, polos do CEDERJ, polos da ETEP Faculdades (São José dos Campos e Taubaté), Faculdade Bilac, a FACIC (Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro), UBM (Universidade de Barra Mansa), UNIFOA, Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e a FASF (Faculdade Sul Fluminense) em Volta Redonda.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 13,97% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 10,30% e, em 1991, 6,03%.

JOVENS E ADULTOS ENTRE 18 A 24 ANOS CURSANDO ENSINO SUPERIOR- FONTE: SEADE	
1991	6,03%
2000	10,30%
2010	13,97%

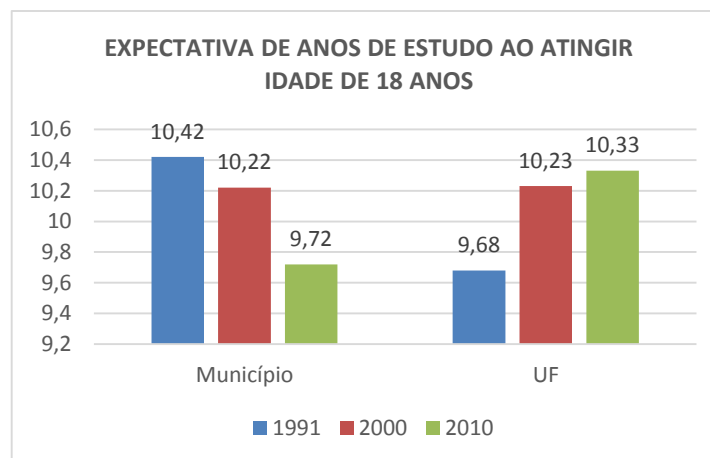




EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,22 anos para 9,72 anos no município, enquanto na UF passou de 10,23 anos para 10,33 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 10,42 anos no município e de 9,68 anos na UF.

EXPECTATIVA DE ANOS DE ESTUDO AO ATINGIR IDADE DE 18 ANOS			
	1991	2000	2010
Município	10,42	10,22	9,72
UF	9,68	10,23	10,33





POPULAÇÃO ADULTA

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR DE 18 A 19 ANOS				
FONTE: SEADE				
LOCALIDADE	2011	2012	2013	2014
Tremembé	1.355	1.388	1.420	1.455

Também compõe o IDHM Educação, um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 50,47% para 63,65% no município e de 39,76% para 54,92% na UF. Em 1991, os percentuais eram de 36,02% no município e 30,09% na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 4,78% eram analfabetos, 60,95% tinham o ensino fundamental completo, 43,03% possuíam o ensino médio completo e 14,43%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

O número de estudantes matriculados no ensino superior no Vale do Paraíba registrou aumento de 2,6% com mais de 67 mil alunos. O crescimento na região, impulsionado pela oferta de novos cursos associado a programas de financiamento estudantil como o Fies, superou a média estadual. O curso mais procurado é o de engenharia de produção e construção civil.

Os dados são do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) e consideram como parâmetro o ano de 2012 nas 39 cidades da região metropolitana do Vale do Paraíba.

A maioria dos estudantes na região está matriculada na rede privada - 47.286 alunos, mas a rede pública apresentou crescimento maior que a rede particular em 2012. Nos últimos quatro anos, o crescimento nos cursos de engenharia da produção e construção foi de 33,7% e os cursos



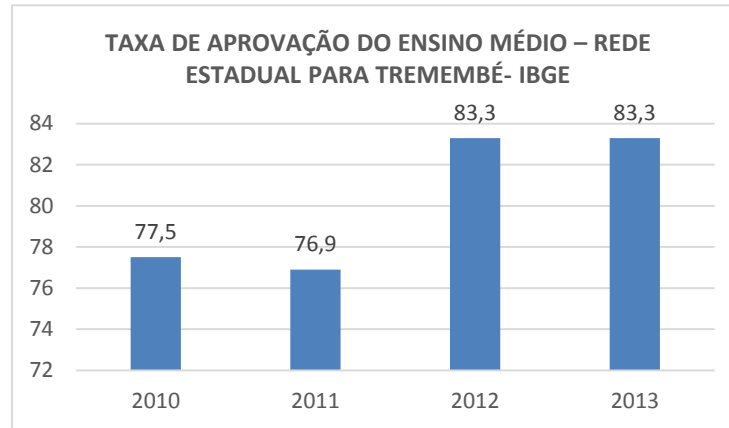
na área de saúde e bem estar social ficaram na segunda colocação, com 14,3% de alta no mesmo período.

Segundo dados do sindicato, a região oferece 417 opções de cursos superiores presenciais, sendo 41 a mais do que o número contabilizado dois anos antes, em 2010. Além disso, as duas maiores universidades da região, a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) e a UNITAU oferecem crédito por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Na UNITAU, por exemplo, foram 244 adesões ao Fies em 2012 e 1.101 em 2014.

CIDADES

CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO - FONTE: SEADE					
LOCALIDADE	VARIÁVEL	2010	2011	2012	2013
Região Administrativa de São José dos Campos	Concluintes do Ensino Médio	24.731	24.580	26.575	-
Região Administrativa de São José dos Campos	Concluintes do Ensino Médio – Rede Pública	19.994	20.030	21.756	-
Tremembé	Concluintes do Ensino Médio	244	280	321	-
Tremembé	Concluintes do Ensino Médio – Rede Pública	227	235	261	-

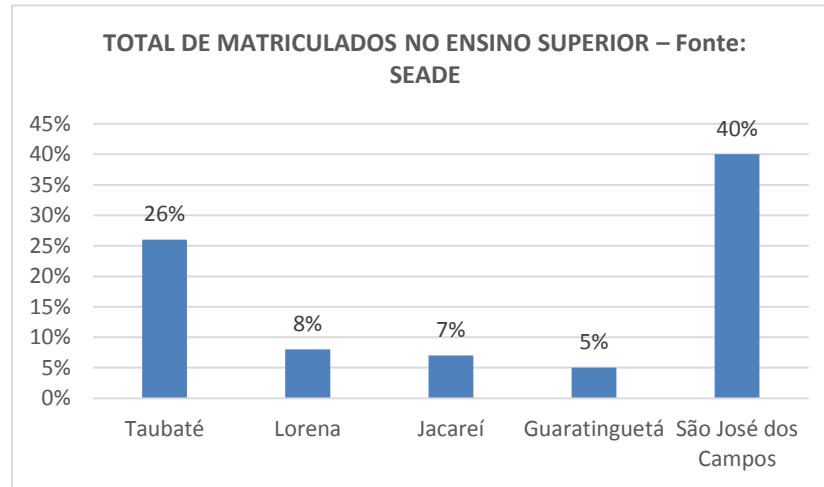
TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO – REDE ESTADUAL PARA TREMEMBÉ- IBGE			
2010	2011	2012	2013
77,5	76,9	83,3	83,3



MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL - REDE FEDERAL - FONTE: SEADE					
Região Administrativa de São José dos Campos	Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Federal	849	1.226	1.706	1.668
Tremembé	Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Federal	-	-	-	-

A maioria dos universitários do Vale do Paraíba é de São José dos Campos, com 40% do total de matriculados no ensino superior em 2012. Taubaté tem 26% do total, Lorena tem 8%, Jacareí 7% e Guaratinguetá 5%.

TOTAL DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR – FONTE: SEADE	
Taubaté	26%
Lorena	8%
Jacareí	7%
Guaratinguetá	5%
São José dos Campos	40%



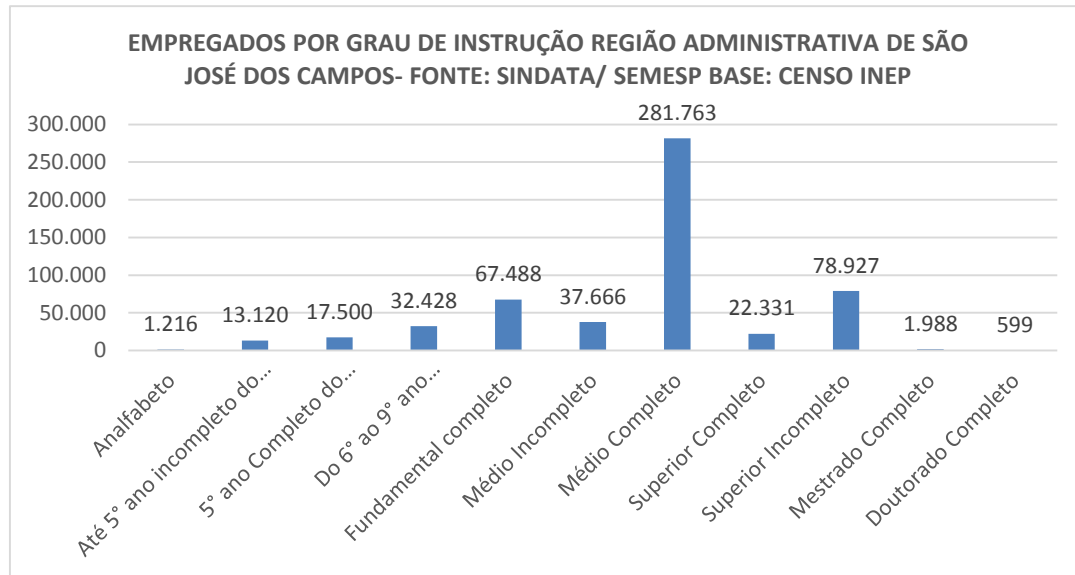
CONCLUINTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO			
LOCALIDADE	VARIÁVEL	2012	2013
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial – Total	10.522	9.227
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Federal	139	164
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Estadual	903	1.088
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Municipal	2.233	1.818
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Privada	7.247	6.157



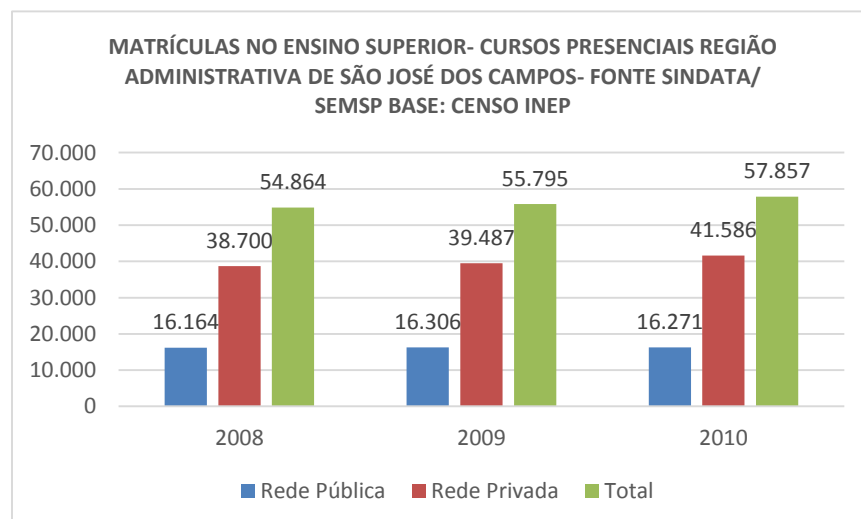
MATRÍCULAS NO CURSO DE GRADUAÇÃO			
FONTE: SEADE			
LOCALIDADE	VARIÁVEL	2012	2013
Reg. Gov. Taubaté	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Total	20.364	21.170
Reg. Gov. Taubaté	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Federal	110	159
Reg. Gov. Taubaté	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Estadual	881	992
Reg. Gov. Taubaté	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Municipal	10.092	10.332
Reg. Gov. Taubaté	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Privada	9.281	9.687
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Total	67.109	73.038
Reg. Metrop. Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Federal	1.706	1.668
Reg. Metrop. Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Estadual	8.025	8.713
Reg. Metrop. Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Municipal	10.092	10.332
Reg. Metrop. Vale do Paraíba e Litoral Norte	Educação - Matrículas nos Cursos de Graduação Presencial – Rede Privada	47.286	52.325



O número de matrículas nos cursos presenciais das IES da região Administrativa de São José dos Campos cresceu 3,7% em 2010. Foram 57.857 matrículas (41.586 no setor privado e 16.271 no público) enquanto que, no ano anterior, havia 55.795 alunos matriculados (39.487 na rede privada e 16.308 na pública).

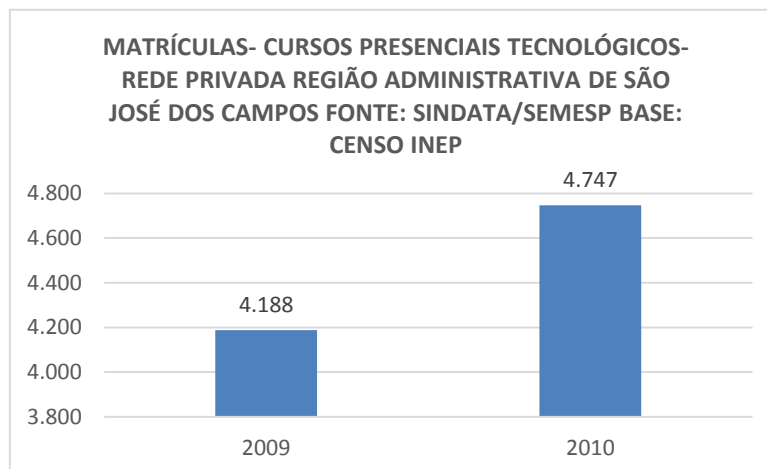
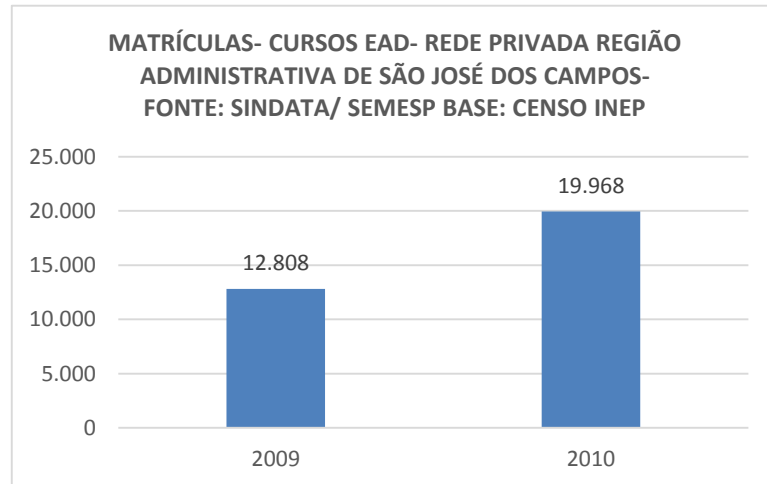


Entre a população economicamente ativa, o número de trabalhadores com nível superior completo é de 78.927, ou 14,2% do total. O maior contingente de trabalhadores da região de São José dos Campos é formado por pessoas com ensino médio completo: 281.763, ou 50,8% do total.





MATRÍCULAS NOS CURSOS DE ENSINO À DISTÂNCIA (EAD) E TECNOLÓGICO NAS IES PRIVADAS



O crescimento do total de matrículas nos cursos de ensino superior à distância (EAD) das IES privadas da região foi 59%: foram 19.968 alunos matriculados em 2010, contra 12.808 alunos no ano anterior. Nos cursos tecnológicos de nível superior da rede privada o aumento foi menor, registrando 13,3%, o que corresponde a 4.747 matrículas feitas em 2010, contra 4.188 em 2009.



CURSOS MAIS PROCURADOS NAS IES PRIVADAS- PRESENCIAIS			
CURSO	MATRÍCULAS	CONCLUINTES	INGRESSANTES
Administração	8.788	1.398	2.801
Direito	3.720	568	1.289
Pedagogia	2.175	589	901
Engenharia de Produção	1.971	204	649
Enfermagem	1.850	336	498
Ciências Contábeis	1.735	277	552
Engenharia Elétrica	1.307	155	321
Engenharia de controle de automação	1.267	185	447
Gestão de pessoal/ Recursos humanos	1.103	227	581
Fisioterapia	953	187	310

CURSOS MAIS PROCURADOS NAS IES PRIVADAS - EAD E TECNOLÓGICOS			
EAD		TECNOLÓGICOS	
CURSOS	MATRÍCULAS	CURSOS	MATRÍCULAS
Pedagogia	7.380	Gestão de pessoal/recursos humanos	1.103
Administração	2.701	Gestão logística	538
Tecnologia da Informação	1.483	Mercadologia	376
Mercadologia (marketing)	1.152	Análise e desenvolvimento de sistemas	362
Competências Gerais	944	Tecnologia mecânica	302



Os tradicionais cursos presenciais de Administração (8.788 matrículas), Direito (3.720) e Pedagogia (2.175) foram os mais procurados pelos estudantes nas IES provadas da região. No entanto, o curso tecnológico de Gestão de pessoal/recursos humanos (9º lugar) também se destacou entre os favoritos. Na modalidade de ensino à distância (EAD), o curso de Pedagogia liderou a procura, com um total de 7.380 matrículas registradas.

3.2.3. DIRETRIZES

- Ampliar a oferta de vagas públicas no ensino superior, diversificando os cursos, de maneira a minimizar a diferença entre vagas públicas e privadas, na direção de um ensino superior de qualidade e que atenda às necessidades regionais;
- As Universidades devem exercer as funções que lhes foram atribuídas pela Constituição: o ensino, a pesquisa e a extensão, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais.



4. MODALIDADES DE ENSINO

4.1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

4.1.1. HISTÓRICO

As primeiras campanhas do governo brasileiro com relação à Educação de Jovens e Adultos – EJA começaram no fim da década de 1940. Surgiu 20 anos depois uma nova visão do analfabetismo que culminou em uma pedagogia de alfabetização de adultos, referenciada no educador Paulo Freire. Tais orientações de Freire foram incorporadas, ainda que mal sucedidas, nos programas oficiais de alfabetização de adultos, mediante a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF que, mesmo recebendo uma volumosa dotação de recursos provindos da loteria esportiva e de deduções do Imposto de Renda a partir da década de 1970, tornou-se desacreditado nos meios políticos e educacionais. Sendo extinto em 1985, contribuiu para agravar os efeitos dos déficits do atendimento no Ensino Fundamental, ao longo dos anos, resultando num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou puderam concluir este nível de ensino. Por esta razão, a erradicação do analfabetismo, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, é um desafio que demanda a integração das ações do poder público e a mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.



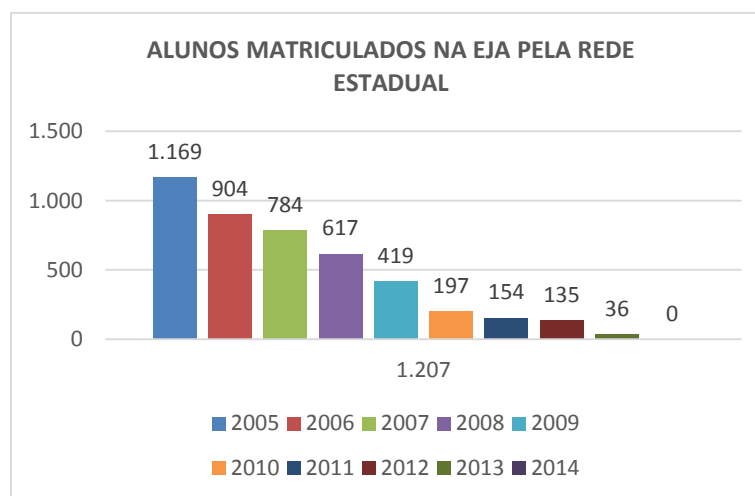
4.1.2. OFERTA

No que refere a oferta/idade, a idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Pela Constituição, a oferta da EJA, no nível Fundamental, é responsabilidade do Estado e deve ser oferecida gratuitamente a todos os que a ela não tiveram acesso ou puderam concluir na idade própria.

A matrícula é feita pelo processo de classificação mediante a análise de documentação de escolaridade anterior, ou independente desta, por avaliação de conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares, do grau de maturidade, desenvolvimento e experiência.

4.1.3. DIAGNÓSTICO

No município de Tremembé, a EJA é ofertada por meio da Rede Estadual, Particular e nas penitenciárias. Essa modalidade, dentro do quadro educacional, é que apresenta maior declínio. Na Rede Estadual a queda é de 97%, considerando os dados de matrículas de 2005 a 2013. Em 2014 não houve procura pelo curso.



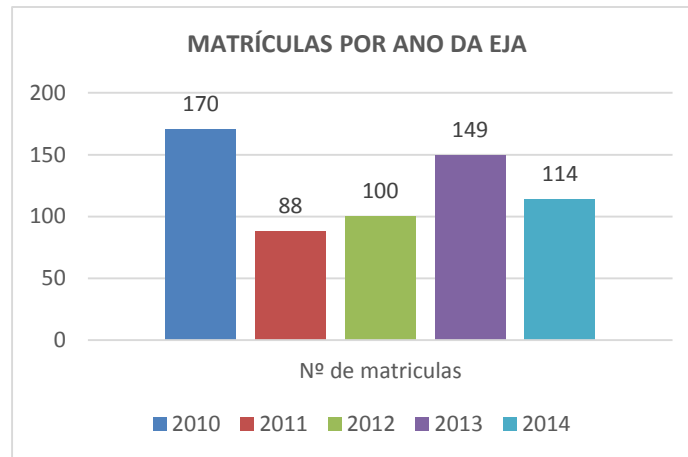


Esses dados foram registrados por pesquisas no senso do GDAE- Gestão Dinâmica de Atendimento Escolar. Essa queda deve-se à diminuição da demanda, à evasão do curso, à baixa procura e ao aumento na inserção ao mercado de trabalho. O Enceeja, que constitui-se em um exame para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros, é um outro grande fator nessa queda de matrícula.

As escolas do estado que atendiam a EJA em Tremembé eram três, EE Prof.^a Amália Garcia Ribeiro Patto, EE Manuel Cabral e EE Comendador Teixeira Pombo, porém, devido à baixa procura por matrículas, a Diretoria de Ensino de Pindamonhangaba definiu, para 2015, a EE Prof.^a Amália Garcia Ribeiro Patto como polo, a fim de atender aos poucos inscritos. Nesse ano funciona atendendo 95 alunos, sendo 46 do termo I, 31 do termo 2 e 18 do termo 3, idade entre 18 e 50 anos de idade.

Já na rede particular, a escola que atende a EJA em Tremembé é Centro Educacional SESI. A metodologia utilizada é específica do Sesi-SP. O programa valoriza a experiência de vida dos jovens e adultos, promovendo situações desafiadoras, com o objetivo de formar leitores e produtores autônomos de textos, ampliar as competências matemáticas, promover o resgate da autoestima e propiciar sua participação efetiva na sociedade. Não há necessidade de comprovação de escolaridade anterior. A idade mínima para ingresso é de 14 anos. A avaliação do estudante ocorre durante o processo de ensino e de aprendizagem. O estudante que atingir os objetivos recebe o certificado de conclusão desta etapa. Atualmente o SESI oferece cerca de 150 vagas por ano.

Segundo os dados fornecidos pela secretaria do SESI, o número de matrículas revelam que há uma variação anual que mantem uma média considerável.



Nota-se que a o pico de alunos matriculados no SESI foi no de 2010, porém apesar de uma pequena queda durante os anos seguintes. No ano de 2015 não foi efetuada nenhuma matrícula, pois os alunos do ano anterior se encontram em curso.

EJA REDE PARTICULAR					
Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de matrículas	170	88	100	149	114
Ensino Fundamental	101	49	61	82	68
Ensino Médio	69	39	39	67	46

No que se refere a oferta pelo município, no ano de 2014 houve uma parceria da Prefeitura Municipal com uma ONG, Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Pindamonhangaba, por meio do projeto PAI- Programa de Alfabetização e inclusão e IBAC/EJA- Projeto Alfabetiza São Paulo. A ONG atendeu 4 salas em 3 escolas, EMEF Nicolau Couto Ruiz, EMEF Centro Educacional Antônio de Mattos Barros e EMEF Maria Amélia do Patrocínio. Foram atendidos 54 alunos, sendo 36 para o Fundamental I e 18 para o Fundamental II. Esse baixo número de matrícula é em razão da baixa procura nas comunidades. Essa parceria, segundo



informação da ONG responsável, não se repetiu no ano de vigente de 2015 pela não renovação do convênio entre a Secretaria de Educação do Estado com o IBAC/EJA.

Em Tremembé a EJA é oferecida também nas 5 penitenciárias localizadas no município. Esse serviço é oferecido por meio do PEP-Programa Educação nas Prisões, um Programa implantado por lei federal e organizado pela Secretaria de Estado e que foi implantado em Tremembé em 2013. No ano de 2013 houve procura por matrícula, mas a evasão foi grande por muitos não acreditarem no novo projeto. Já em 2014, a procura aumentou e tiveram 1.762 alunos que concluíram o curso.

4.1.4. DIRETRIZES

A Constituição Federal, em seu artigo 208, Inciso I, garante o acesso ao Ensino Fundamental gratuito, inclusive àqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria. Esse dispositivo constitucional determina, portanto, o dever do Estado de promover a educação de jovens e adultos, a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases definiu que a educação de jovens e adultos deve atender aos interesses e às necessidades de indivíduos que já tinham uma determinada experiência de vida, participam do mundo do trabalho e dispõem, portanto, de uma formação bastante diferenciada das crianças e adolescentes aos quais se destina o ensino regular. É por isso que a educação de jovens e adultos é também compreendida como educação contínua e permanente. Assim, serão atendidos jovens e adultos, trabalhadores ou não, que nunca estiveram na escola ou que dela foram excluídos, tanto pelas condições sócio econômicas, como pelas inúmeras repetências, sendo respeitadas as necessidades sociais e as condições físicas e humanas da escola.

Neste processo, as parcerias (União, Estado, Universidades, comunidade, empresas, etc.) têm papel fundamental, pois, articuladas, enriquecem os programas de Educação de Jovens e Adultos, aumentando sua eficácia, tornando-os mais atrativos.



O poder público deve garantir professores capacitados para atuarem na Educação de Jovens (EJA), com acompanhamento de coordenação pedagógica em todas as classes e a utilização de metodologias diversificadas, como forma de combater a evasão e a repetência. Bem como, recuperar, sistematizar, debater e divulgar experiências exitosas da EJA, objetivando construir propostas alternativas.

Deve assegurar também às classes da EJA material didático adequado e específico para as diversas faixas etárias e necessidades dos sujeitos. O resgate da dívida educacional para com essa clientela (jovens e adultos) não deve se restringir à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.

A concretização das diretrizes, objetivos e metas para a Educação de Jovens e Adultos requer a garantia e programação de recursos públicos necessários.

4.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Escolas profissionalizantes são aquelas que preparam para o mercado de trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em vigência até hoje, define: a educação básica garante a formação do cidadão enquanto o ensino profissionalizante é uma formação complementar.

O ensino profissionalizante existe para atender a demanda profissional de grande parte da população jovem do país, em consequência de muitos estudantes não ingressarem nas universidades.

Os cursos técnicos estão voltados para as áreas da saúde, informática, administração, agricultura, comércio, educação, meio ambiente, turismo, dentre outras.

Nos últimos anos o Brasil teve um crescimento importante no setor, com taxas anuais de aproximadamente 14%, comparando-se aos anos anteriores.



Com isso, vemos um número maior de jovens preocupados com suas carreiras profissionais, aumentando a escolaridade da população jovem do país, e diminuindo a evasão escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos profissionalizantes se dividem em três níveis distintos: básico, técnico e tecnológico.

O nível básico, que pode ser oferecido por qualquer unidade escolar, é articulado para atender pessoas com nível de instrução mais baixo.

O nível técnico já exige autorização das secretarias estaduais de educação e atendem estudantes do nível médio, ou seja, o aluno cursa um nível de ensino médio e sai qualificado profissionalmente.

Já os cursos tecnológicos são realizados por faculdades, instituições ligadas ao ensino superior e aparecem como nível de graduação ou especializações (pós-graduações).

As diretrizes para educação profissional visam ampliação do acesso dos jovens na Educação Profissional, intensificando ações afirmativas que privilegiem a diversidade étnica e cultural da cidade.

Em consonância com a LDB, que atende ao mandato constitucional do inciso XXIV do art. 22, na perspectiva do parecer CNE/CEB nº 11/2012, as diretrizes municipais devem ser de acordo com a legislação vigente, e serem desenvolvidas por meio de programas e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, concomitantemente ou não ao ensino médio, e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A educação tecnológica e formação profissional pode ser contemplada nos projetos educacionais que tenham uma visão profissional e empreendedora, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio, intensificando a educação a serviço da formação profissional. Assim, pode estar articulada com as demais formas de educação, com o trabalho, com a ciência e a



tecnologia, pois estas integram uma sociedade dinâmica, e a um mercado diversificado que atendam a uma demanda globalizada.

4.2.1. HISTÓRICO

A Rede Federal Profissional e Tecnológica foi criada em 1909 pelo então presidente Nilo Peçanha. Naquele ano foram abertas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices subordinadas, naqueles idos, ao Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio. A Constituição de 1937 trata pela primeira vez do ensino técnico e profissional e transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais.

Em 1941 a Lei Capanema reformou todo o ensino nacional e passou a considerar o ensino profissional como de nível médio. No ano seguinte, os Liceus Industriais passaram a ser as Escolas Industriais e Técnicas.

Dezessete anos mais tarde, em 1959, Juscelino Kubitschek transformou as Escolas Industriais e Técnicas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.

Em 1971, aprovada a segunda versão da Lei de Diretrizes e Bases, LDB, todo o currículo do então segundo grau, hoje ensino médio, se tornou técnico-profissional. Só na terceira LDB, de 1996, ensino básico e profissional foram desvinculados. No capítulo III da Lei, que trata exclusivamente da Educação Profissional, está dito: Parágrafo único – O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

4.2.2. DIAGNÓSTICO

No município de Tremembé não existem escolas técnicas profissionalizantes e a demanda desse serviço é atendida, basicamente, em parceria pelo Fundo Social da Solidariedade. Esse



trabalho acontece por meio de várias esferas: municipal, estadual, federal e empresas privadas, oferecendo uma média de 670 vagas divididas em 20 cursos diferentes.

O Fundo Social realiza cursos profissionalizantes para a comunidade nas áreas de panificação e beleza, oferecendo 240 vagas e com 100% de frequência e conclusão. Por meio dos Programas estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem oferece 179 vagas para famílias e jovens. Ainda na mesma parceria atuam no município o Centro Paula Souza e o Senai.

O Centro Paula Souza, uma autarquia do Governo Federal, oferece 30 vagas para o curso de administração de empresa, porém o polo se situa no município vizinho de Pindamonhangaba, que fica a 20 km de Tremembé, e atende maior parte do público jovem do município. Já o Senai, instituição privada, oferece 276 para cursos em diversas áreas como alimentícia, elétrica, contábil, vendas e outras.

ANO	CURSOS OFERECIDOS
2013	Assistente administrativo
	Logística inspetor de qualidade almoxarife
	Assistente de departamento
	Informática
2014	Assistente de contabilidade
	Manipulador de alimento
	Inspetor de qualidade
	Eletricista Instalador
	Auxiliar de eletricista
	Assistente de Contabilidade
	Recepcionista
	Técnica de vendas confeiteiro
	Salgadeiro
	Administração de empresas
	Informática
	Beleza
	Moda
Panificação	



ANO	CURSOS OFERECIDOS
2015	Assistente administrativo
	Beleza
	Moda
	Panificação
	Informática

Dentro do aspecto de preparação para o mundo profissional no âmbito da escola a Rede Municipal, com apoio do Programa Federal Mais Educação, oferece aos alunos com idade entre 12 e 17 anos oficinas com visão empreendedora, a fim de criar uma perspectiva profissional. São oferecidos cursos de marcenaria, informática, serigrafia, mídias entre outros. Os alunos recebem certificados com carga horária.

4.3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Brasil optou pela construção de um sistema educacional inclusivo ao assinar a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais e mais recentemente a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2007, que se transformou no Decreto Presidencial nº 6.949/09.

Nessa opção pela implementação de escolas inclusivas, a educação das crianças e jovens com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) se insere em uma perspectiva onde o respeito à igualdade e a valorização da diversidade se contrapõem a uma escola segregativa. Nesse cenário, passa-se a buscar serviços e recursos educativos especiais, organizados para apoiar, suplementar e complementar a educação especial inserida no ensino regular.

Hoje, no Brasil, temos muitas Leis, Decretos e Diretrizes Nacionais que embasam legal e teoricamente a inclusão de crianças deficientes ou com Transtorno do Espectro do Autismo. O



Governo Federal e o MEC delegaram aos estados e municípios a responsabilidade de garantir que escolas de ensino regular sejam reestruturadas, que nenhum aluno seja discriminado, que elaborem projeto pedagógico inclusivo e implementem propostas e atividades diversificadas.

Diante dessa perspectiva nacional, o que o município de Tremembé pretende é oferecer uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva que respeite essas Leis, Decretos e Diretrizes Nacionais, buscando a oferta da igualdade de oportunidades, a garantia dos direitos desse público e o desenvolvimento do potencial desses indivíduos. Uma educação inclusiva que não seja somente a matrícula no ensino regular de alunos que tenham “deficiência”, mas sim que ofereça essa oportunidade de convívio, respeito e desenvolvimento.

O que se propõe é uma escola que propicie a participação de todos os alunos e da comunidade escolar de forma flexível, democrática e acolhedora; e que apresente um sistema educacional organizado e estruturado para atender às necessidades específicas, interesses e habilidades dos alunos. Ela exige dos profissionais, alunos e da comunidade escolar um currículo que contemple um desenvolvimento pleno, que apresente diversidade de estratégias metodológicas, de conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais pensados de forma consciente e abrangente.

4.3.1. DIAGNÓSTICO

4.3.1.1. REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DEMANDA

Na Rede Municipal de Ensino podemos observar a demanda de alunos com deficiência com laudo no quadro a seguir:



CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA	2012	2013	2014	2015
Deficiência Auditiva	7	7	8	8
Deficiência Visual	6	8	11	11
Deficiência Intelectual	45	48	57	57
Deficiência Física	5	5	4	6
Transtorno do Espectro do Autismo	5	5	9	15
Síndrome de Down	2	2	2	3
Deficiência Múltipla	5	5	5	5
Paralisia Cerebral	7	9	10	9
Altas Habilidades	1	1	2	2
Síndrome de Benedict	1	1	1	1
Síndrome de Turner	1	1	1	1
Síndrome de Moebius	0	0	2	2
Síndrome do X-frágil	1	1	1	0
Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor	7	7	5	5
TOTAL	93	100	118	125

Observa-se um aumento de número de alunos com deficiência da Rede Municipal nos últimos anos.

RECURSOS E APOIO OFERECIDOS

Para o atendimento dessa demanda de alunos a Rede Municipal de Ensino conta com Salas de Recursos Multifuncionais:



SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS	2012	2013	2014	2015
Escolas com recursos próprios	0	2	3	4
Escolas com recursos próprios e do MEC	5	6	7	6
Escolas em que não há	12	9	8	7

A Rede Municipal de Ensino conta também com Profissionais de Apoio da Educação Especial:

PROFISSIONAIS DE APOIO	2012	2013	2014	2015
Professores Especialistas	8	12	14	16
Auxiliares de Desenvolvimento Infantil	0*	53	57	49
Intérpretes de Libras	3	8	7	5

* No ano de 2013 havia cerca de 20 estagiários que atuavam como tutores de alunos com deficiência ou autismo

Dos quadro de profissionais de Apoio da Educação Especial, os professores são efetivos. Dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil um é efetivo e quarenta e oito contratados anualmente por meio de processo seletivo. Dos Interpretes de Libras, um é professor efetivo com especialização na área e quatro professores que prestam serviço sem vínculo empregatício.

4.3.1.2. REDE ESTADUAL DE ENSINO

DEMANDA

Quadro de alunos com deficiência, matriculados na Rede Estadual de Ensino em Tremembé (Ensino Médio):

CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA	2013	2014	2015
Deficiência Auditiva	0	2	2
Deficiência Intelectual	2	4	6
Deficiência Física	1	2	3



CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA	2013	2014	2015
Paralisia Cerebral	0	0	1
Autista	0	0	1
Síndrome do X-frágil	0	0	1
TOTAL	3	8	14

RECURSOS E APOIO OFERECIDOS

As escolas públicas da Rede Estadual de Ensino em Tremembé dispõem de Intérprete de Libras, um por aluno, para acompanhamento dos mesmos em todos os espaços e atividades escolares.

Essas escolas não dispõem de nenhum recurso diferenciado para alunos com Deficiência Intelectual, Autismo, Paralisia Cerebral e Síndrome do X-frágil.

ACESSIBILIDADE NA INFRAESTRUTURA

As escolas públicas da Rede Estadual de Ensino em Tremembé contam com banheiro acessível para deficiente físico e acessibilidade para ingressar no prédio, tendo acesso a quase todas as áreas de interesse em suas Unidades Escolares.

Com relação a acessibilidade da estrutura física das escolas podemos observar o seguinte quadro:

ESTRUTURA FÍSICA	2012	2013	2014	2015
Totalmente acessíveis a deficientes físicos	2	3	3	5
Parcialmente acessíveis a deficientes físicos	10	12	13	12
Inacessíveis a deficientes físicos	5	2	1	0
Possuem banheiro completo para pessoa com deficiência	4	4	4	5
Possuem banheiro incompleto para pessoa com deficiência	6	6	6	5
Não possui banheiro para pessoa com deficiência	7	7	7	7



4.3.1.3. REDE PRIVADA DE ENSINO

DEMANDA

Quadro de alunos com deficiência matriculados na Rede Privada de Ensino em Tremembé:

CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA	2014	2015
Deficiência Visual (Baixa visão)	2	2
Deficiência Física	1	1
Síndrome de Down	1	0
Transtorno do Espectro do Autismo	1	1
Deficiência Auditiva	6	6
TOTAL	11	10

RECURSOS E APOIO OFERECIDOS

As escolas da Rede Privada de Ensino em Tremembé não dispõem de nenhum recurso diferenciado para alunos com Deficiência Intelectual, Autismo, Paralisia Cerebral e Síndrome do X-frágil.

ACESSIBILIDADE NA INFRAESTRUTURA

As escolas da Rede Privada de Ensino em Tremembé possuem acesso frontal ao prédio para deficiente físico e acesso em algumas de suas áreas.

Nenhuma das escolas da Rede Privada de ensino possui banheiro para deficientes físicos.



5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

5.1. DIRETRIZES

O artigo 3º da LDB prevê a valorização do profissional da educação escolar. O significado de escola aqui traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética e ambiental.

Tanto a valorização profissional do professor quanto a da educação escolar são exigências de programas, de formação inicial e continuada, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos.

Conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 1/2006, precisa-se levar em conta a relevância dos domínios indispensáveis ao exercício da docência, que assim se expressa:

- O conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- A pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- A participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Além desses domínios, o professor precisa, particularmente, saber orientar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento. Deve transpor os saberes específicos de suas áreas de conhecimento e das relações entre essas áreas, na perspectiva da complexidade; conhecer e compreender as etapas de desenvolvimento dos estudantes com os quais está lidando. O professor da Educação Infantil e dos anos iniciais, do Ensino Fundamental é, ou deveria



ser, um especialista em infância, bem como os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio devem ser especialistas em adolescência e juventude.

Sabe-se, no entanto, que a formação inicial e continuada do professor tem de ser assumida como compromisso integrante do projeto social, político e ético, local e nacional.

Hoje, exige-se do professor mais do que um conjunto de habilidades cognitivas, sobretudo se ainda for considerar a lógica própria do mundo digital e das mídias em geral, o que pressupõe aprender a lidar com os nativos digitais. Além disso, lhe é exigido, como pré-requisito para o exercício da docência, a capacidade de trabalhar cooperativamente em equipe, e de compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa. Isso, sem dúvida, lhe exige utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos. Desse ponto de vista, o conjunto de atividades docentes vem ampliando o seu raio de atuação, pois, além do domínio do conhecimento específico, são solicitadas atividades pluridisciplinares que antecedem a regência e a sucedem ou a permeiam. As atividades de integração com a comunidade são as que mais desafiam.

Ao selecionar e organizar o conhecimento específico que o habilite para atuar em uma ou mais etapas da Educação Básica, é fundamental que se considere que o egresso dos cursos de formação de professores deverá ter a oportunidade de reconhecer o conhecimento como base para formação integral do estudante.

O trabalho docente é concebido como “tarefa de cuidar e educar as crianças e jovens que, juntos, encontram-se na idade de zero (0) a (17) dezessete anos”.

Se o projeto político pedagógico, constituído coletivamente, está assegurado por lei, resultante da mobilização de muitos educadores, torna-se necessário dar continuidade a essa mobilização no intuito de promover a sua viabilização prática pelos docentes.



Para tanto, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, têm um papel importantíssimo no sentido de incluir, em seus currículos, a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

5.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES

5.2.1. DIAGNÓSTICO

Desde dezembro de 1996, a LDB, em seu Art.62, determina que "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental a oferecida em nível médio na modalidade Normal.". No caso específico dos professores, a formação mínima exigida por lei é a modalidade normal do ensino médio, para o trabalho pedagógico na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. A formação desejável, e que será exigida a curto para médio prazos, para todos os níveis e modalidades, se fará na educação superior, em cursos de licenciatura plena.

Nota-se pelos dados que serão a seguir apresentados, que no município de Tremembé, o número total de professores com formação em curso superior oscilou durante o período que teve como referência os anos de 2007 a 2013, percebendo-se uma pequena queda de 0,8% levando em consideração o período analisado.



PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO SUPERIOR – TREMEMBÉ-SP						
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO						
Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
	2007	85,8%	297	5,8%	20	80,1%
2008	83,5%	325	0%	0	83,5%	325
2009	79,1%	325	0%	0	79,1%	325
2010	85,3%	342	0%	0	85,3%	342
2011	86,3%	339	17,6%	69	68,7%	270
2012	88,9%	343	13%	50	75,9%	293
2013	85%	363	8,7%	37	76,3%	326

Na Rede Pública de Ensino percebe-se uma queda de 3,4%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO SUPERIOR NA REDE PÚBLICA – TREMEMBÉ-SP						
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO						
Ano	Com superior		Com licenciatura		Sem licenciatura	
	2007	89,4%	252	83,7%	236	5,7%
2008	86,5%	270	86,5%	270	0%	0
2009	81,7%	276	81,7%	276	0%	0
2010	87,3%	289	87,3%	289	0%	0
2011	86%	289	67,3%	226	18,8%	63
2012	89,7%	296	76,7%	253	13%	43
2013	86,3%	314	77,7%	283	8,5%	31



Na rede Privada percebe-se um aumento de 7,3%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO SUPERIOR NA REDE PRIVADA – TREMEMBÉ-SP						
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO						
Ano	Com superior		Com licenciatura		Sem licenciatura	
2007	71,2%	47	65,2%	43	6,1%	4
2008	70,9%	56	70,9%	56	0%	0
2009	65,8%	50	65,8%	50	0%	0
2010	75,3%	55	75,3%	55	0%	0
2011	87,7%	50	77,2%	44	10,5%	6
2012	84,5%	49	70,7%	41	13,8%	8
2013	78,5%	51	69,2%	45	9,2%	6

Analisando apenas Professores da Educação Básica por escolaridade, percebemos uma pequena queda de 0,6%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESCOLARIDADE – TREMEMBÉ-SP								
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	13,4%	43	1,6%	5	85%	272
2008	0%	0	15,9%	57	1,7%	6	82,5%	296
2009	0%	0	21,3%	76	2%	7	76,8%	274
2010	0%	0	13%	43	3,3%	11	83,7%	277
2011	0%	0	9,9%	36	4,1%	15	85,9%	311
2012	0%	0	7,8%	24	5,2%	16	87%	267
2013	78,5%	51	69,2%	45	6,1%	24	84,4%	331



Para os professores da Educação Infantil o aumento percebido foi de 21,1%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESCOLARIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL – TREMEMBÉ-SP								
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	35,4%	17	6,3%	3	58,3%	28
2008	0%	0	30,6%	22	6,9%	5	62,5%	45
2009	0%	0	44,8%	39	4,6%	4	50,6%	44
2010	0%	0	23%	20	1,1%	1	75,9%	66
2011	0%	0	16,7%	16	8,3%	8	75%	72
2012	0%	0	8,1%	7	11,6%	10	80,2%	69
2013	0%	0	10,8%	11	9,8%	10	79,4%	81

Para os Professores do Ensino Fundamental houve uma queda de 1,9%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESCOLARIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL – TREMEMBÉ-SP								
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	10,8%	28	0,8%	2	88,5%	230
2008	0%	0	13,3%	36	0,7%	2	85,9%	232
2009	0%	0	16,1%	41	1,2%	3	82,7%	210
2010	0%	0	11%	25	4,4%	10	84,6%	192
2011	0%	0	8,6%	22	2,4%	6	89%	227
2012	0%	0	9,5%	18	2,6%	5	87,8%	166
2013	0%	0	10,5%	25	2,9%	7	86,6%	206



Para os Professores do Ensino Médio a queda foi de 4,4%.

PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESCOLARIDADE DO ENSINO MÉDIO – TREMEMBÉ-SP								
FONTE: MEC/INEP/DEED/CENSO ESCOLAR / PREPARAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO								
Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio - Normal/Magistério		Ensino Médio		Ensino Superior	
2007	0%	0	0%	0	0%	0	100%	77
2008	0%	0	0%	0	1,2%	1	98,8%	84
2009	0%	0	0%	0	3,3%	3	96,7%	87
2010	0%	0	0%	0	1,4%	1	98,6%	72
2011	0%	0	1,1%	1	1,1%	1	97,9%	92
2012	0%	0	0%	0	1,3%	1	98,7%	76
2013	0%	0	2,2%	2	2,2%	2	95,6%	86

5.2.2. PLANO DE CARREIRA DOCENTE

DIAGNÓSTICO

A Lei Complementar nº 076 de 16 de dezembro de 2002 (com suas modificações) dispõe sobre a organização administrativa, plano de cargos e salários e evolução funcional dos servidores públicos municipais da Estância Turística de Tremembé, que por sua vez no Título III, Capítulo I, Seção I, trata do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, das disposições preliminares e seus objetivos.

Atualmente o salário base para professores iniciantes no município de Tremembé com jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais é de R\$ 2155,83, ou seja, 46,62% a mais do que o piso nacional que em 2015 passou a ser de R\$ 1917,78 por 40 horas semanais.



6. GESTÃO DEMOCRÁTICA

6.1. DIRETRIZES

Cabe aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, segundo art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases, a incumbência de:

- 1º - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- 2º- administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- 3º - assegurar o cumprimento dos anos, dias e horas mínimas letivos estabelecidos;
- 4º - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- 5º - prover meios para a remuneração dos estudantes de menos rendimento;
- 6º - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- 7º - informar os pais sobre a freqüência e o rendimento dos alunos;
- 8º - notificar ao Conselho Tutelar do Município a realização dos menores que apresentam quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei.

Os gestores do ato educativo sentem-se por um lado, pouco amparados frente a desarticulação de programas e projetos e por outro, sentem-se desafiados, à medida que se tornam conscientes de que necessitam preparar-se continuamente para atuar no mundo escolar e na sociedade. Para se obter o sucesso profissional, os agentes educacionais necessitam de formação continuada e clareza quanto à concepção de organização da escola.

A medida é desafiadora, porque pressupõe a aproximação entre o que o texto da lei estabelece e o que se sabe fazer. Assim, este é um aspecto instituidor do desafiante jogo entre a teoria e a prática, ideal e realidade, avaliação institucional e avaliação da aprendizagem e todas as exigências que caracterizam esses componentes da vida educacional escolar.



A valorização das diferenças e da pluralidade representa a valorização das pessoas.

A participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação, particularmente a respeito à diversidade e à diferença, são desafios para todos os envolvidos no processo educativo. Sempre houve a dificuldade em se lidar com a pluralidade e a diferença, sentindo-se mais confortável com a uniformidade e a padronização.

O que constitui o grande desafio é a abertura de espaços para a diversidade, para a diferença e para o cruzamento de culturas. A escola precisa, assim, “acolher, criticar e colocar em contato, diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas.”

O exercício do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas deve viabilizar a constituição de relações que estimulem diferentes manifestações culturais e diferentes óticas. Ou seja, a escola deve empenhar-se para se constituir ao mesmo tempo, em um espaço da diversidade e da pluralidade, inscrita na diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, cuja meta seja a de se fundamentar num outro princípio educativo e emancipador, assim expresso: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (LDB, artigo 3], inciso II).

Segundo Paulo Freire, precisa-se entender a educação não apenas como ensino, mas no sentido de humanizar. A escola demonstra ter se esquecido disso, tanto nas relações que exerce com a criança, quanto com a pessoa adolescente, jovem e adulta.

Há de se propor a inversão da preocupação com a qualidade do ensino pela preocupação com a qualidade social das aprendizagens como diretriz articuladora para as etapas que compõem a Educação Básica.

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício aos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade.



A gestão escolar deve promover o “encontro pedagogicamente pensado e organizado de gerações, de idade diferentes” (Arroyo, p.158) inscritos num contexto diverso e plural, mas que se pretende uno, em sua singularidade própria e inacabada. Portanto, a gestão democrática é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos, no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte.

De todas as mudanças formalizadas com base na LDB, uma das exigências, para o exercício da gestão escolar, consiste na obrigatoriedade de que os candidatos a essa função sejam dotados de experiência docente.

Para que a gestão escolar cumpra o papel que cabe à Escola, os gestores devem proceder a uma revisão de sua organização administrativo-pedagógica, a partir do tipo de cidadão que se propõe formar, o que exige compromisso social com a redução das desigualdades entre o ponto do estudante e o ponto de chegada a uma sociedade de classes.

DIAGNÓSTICO

A gestão democrática da educação deve estar atrelada a mecanismos legais e institucionais e à atitudes que possibilitem a participação da sociedade no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. A política da universalização do ensino deve estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.



EXISTÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS MUNICÍPIOS

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) / Preparação: Todos Pela Educação

Ano	Conselho do FUNDEB	Conselho Escolar	Conselho Alimentar Escolar	Conselho de Transporte Escolar
2011	Sim	Sim	Sim	Não

EXISTÊNCIA DE CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic.) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Ano	Possui Conselho Municipal de Educação?	O Conselho Municipal de Educação realizou reunião nos últimos 12 meses?
2006	Sim	
2009	Sim	Sim
2011	Sim	Sim

CARÁTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Fonte: IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação

Ano	Deliberativo	Fiscalizador	Normativo	Consultivo
2006	Não	Sim	Sim	Sim
2009	Não	Sim	Não	Sim
2011	Não	Sim	Não	Sim



7. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

No Brasil, a responsabilidade pelo financiamento da educação básica é de responsabilidade dos entes federados, em regime de colaboração, sendo fontes que financiam a educação básica municipal: os recursos vinculados, os próprios/livres os recursos por transferência.

Os recursos vinculados são as receitas da prefeitura que devem ser destinadas à educação que são organizadas em duas contas: FUNDEB de cada município e da conta do FUNDEB do estado.

Os recursos próprios/livres são as receitas da prefeitura que devem ser destinadas a educação, organizadas em duas contas:

- **Conta 5%** - resultado da destinação de 5% das receitas que estão presentes no FUNDEB.
- **Conta 25%** - resultado da destinação de 25% das receitas que não estão presentes no FUNDEB.

A soma do mínimo de 25% dos impostos subtraído a retenção para o FUNDEB, resulta na aplicação efetiva de recursos próprios/livres.

As transferências são divididas em três eixos:

1. PERMANENTES

Salário educação- é uma contribuição social à educação resultante da destinação de 2,5% do recolhimento de INSS patronal. Este recurso é distribuído anualmente, em 12 parcelas, pelo FNDE diretamente aos municípios e aos Estados em conta específica de acordo com o número de matrículas.



2. AUTOMÁTICAS

PNAE- O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma transferência que o governo federal faz, em caráter suplementar, através do FNDE, aos estados e municípios para auxiliar no custeio da alimentação escolar dos alunos matriculados na educação básica das escolas públicas. O recurso é distribuído em parcelas de acordo com o número de alunos na Rede e o tipo de matrícula, relacionado no Censo do ano anterior.

PNATE- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar é uma transferência federal, em caráter suplementar, através do FNDE para o custeio das despesas com o transporte dos residentes no meio rural e matriculado nas escolas públicas de educação básica. O recurso é transferido diretamente para conta específica do município com base no Fator de Necessidade de Recurso.

PDDE- Uma transferência que o FNDE faz diretamente às escolas públicas de educação para a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

3. VOLUNTÁRIAS

Arrecadações provenientes de convênios que o município poderá firmar com os governos federal e estadual que deverão ser executados de acordo com as regras estabelecidas nos Termos de Convênio ou Cooperação.

As tabelas a seguir demonstram aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação.



INDICADORES LEGAIS - FONTE: SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) – (mínimo de 25% para estados, DF e municípios)	19,65%	25,98%	25,94%
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	74,26%	61,52%	74,37%
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	20,32%	38,47%	20,73%
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 5%)	5,42%	0,01%	4,90%

INDICADORES DE DISPÊNDIO COM PESSOAL - FONTE: SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Percentual das despesas com pessoal e encargos sociais da área da educação em relação à despesa total com MDE	97,93%	98,21%	95,59%
Percentual das despesas com professores em relação à despesas total com MDE	62,27%	48,77%	61,24%
Percentual das despesas com profissionais não docentes em relação à despesa total com MDE	3,36%	17,80%	10,23%

INDICADORES DE DISPÊNDIO FINANCEIRO - FONTE: SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados na educação infantil	18,41%	18,02%	8,66%
Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados no ensino fundamental	76,17%	87,32%	79,18%
Percentual das despesas com educação infantil em relação à despesa total com educação	13,57%	17,94%	15,91%
Percentual das despesas com ensino fundamental em relação à despesa total com educação	73,36%	71,62%	73,10%
Percentual de despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE	95,55%	96,61%	97,06%
Percentual de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE	4,45%	3,38%	2,93%



INDICADORES DE GASTO POR ALUNO FONTE: SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Gasto educacional por aluno da educação infantil	R\$ 2.997,63	R\$ 4.564,16	R\$ 4.047,43
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental	R\$ 3.565,40	R\$ 4.545,44	R\$ 4.890,53
Gasto educacional por aluno da educação de jovens e adultos	-	-	-
Gasto educacional por aluno da educação básica	R\$ 3.462,99	R\$ 4.549,18	R\$ 4.726,31
Gasto educacional por aluno	R\$ 3.462,99	R\$ 4.549,18	R\$ 4.726,31
Despesa com professores por aluno da educação básica	R\$ 2.480,63	R\$ 2.477,17	R\$ 3.306,04
Despesas com profissionais não docentes da área educacional por aluno da educação básica	R\$ 134,01	R\$ 904,20	R\$ 552,37

INDICADORES DE DISPÊNDIO FINANCEIRO FONTE: SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Percentual de despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE	95,55%	96,61%	97,06%
Percentual de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE	4,45%	3,38%	2,93%



8. METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ

META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

- 1.1.** Colaborar com a União e com o Estado nos programas de expansão de educação infantil da rede pública, definindo as metas a partir de levantamento de demanda, atendendo às peculiaridades locais e segundo Padrão Nacional de Qualidade e Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil;
- 1.2.** Garantir na rede pública a presença de profissionais de apoio nas salas de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, buscando respeitar as recomendações de número de alunos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica;
- 1.3.** Estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 1.4.** Realizar, periodicamente, em regime de colaboração com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;



- 1.5.** Publicar, a cada ano, a demanda manifesta por educação infantil, permitindo o monitoramento da sociedade civil;
- 1.6.** Manter e ampliar parceria com programas nacional e estadual de construção e reestruturação de escolas em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;
- 1.7.** Implantar, até no máximo o quarto ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;
- 1.8.** Articular, dentro das possibilidades financeiras do município e tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;
- 1.9.** Garantir o atendimento das populações do campo na educação infantil, preferencialmente, na respectiva comunidade, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças;
- 1.10.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 1.11.** Garantir os períodos de férias escolares e recesso, para que as crianças possam fortalecer seus laços familiares;



1.12. Expandir a oferta de programas sistematizados, de comprovada efetividade na promoção de resultados e impactos, de apoio às famílias, na educação infantil, com foco no desenvolvimento integral das crianças;

1.13. Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.14. Incentivar parcerias com projetos e instituições que promovam atividades de enriquecimento curricular na educação infantil e viabilizar o conteúdo de língua estrangeira no ensino de 4 a 5 anos com professores da área.



META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

- 2.1** Pactuar entre União, Estado, Distrito Federal e Município a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 2.2** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência, do desenvolvimento global e aproveitamento escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 2.3** Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;
- 2.4** Ofertar, preferencialmente, ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo nas próprias comunidades;
- 2.5** Propiciar a realização de atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, em parcerias com outras secretarias, ONGs e iniciativa privada, fomentando ações socioeducativas em espaços públicos;
- 2.6** Implantar, até no máximo o quarto ano de vigência deste PME, avaliação do ensino fundamental, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de



qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.



META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100% (cem por cento).

ESTRATÉGIAS

- 3.1.** Colaborar com as escolas Privadas e Estaduais do município no alinhamento do ensino médio de acordo com as diretrizes do programa nacional de renovação desta modalidade de ensino, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;
- 3.2.** Estimular a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 3.3.** Estimular a participação das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- 3.4.** Fortalecer a parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude no acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como em situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias;
- 3.5.** Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, por meio de órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;



- 3.6.** Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 3.7.** Redimensionar, até o quarto de ano de vigência deste PME, a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas, de forma a atender a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos;
- 3.8.** Aderir ou implantar políticas efetivas de prevenção à evasão escolar;
- 3.9.** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 3.10.** Implantar, até no máximo o quarto ano de vigência deste PME, avaliação do ensino médio, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.



META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

ESTRATÉGIAS

- 4.1.** Contabilizar anualmente, para fins do repasse do FUNDEB, a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular;
- 4.2.** Priorizar o acesso à educação infantil e atendimento educacional especializado a crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação assegurando a educação especial inclusiva nessa etapa da educação básica;
- 4.3.** Promover, em regime de colaboração com os Governos Estadual e Federal, a implementação e manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- 4.4.** Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado ofertado em salas de recursos multifuncionais, a todos estudantes público alvo da educação especial, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;



- 4.5.** Manter a adesão à programas nacionais de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica de todas as escolas, oferta de transporte acessível, material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva;
- 4.6.** Manter a oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, disseminando a LIBRAS na comunidade escolar e oferecendo Intérpretes de LIBRAS em todas as etapas de ensino;
- 4.7.** Garantir, em regime de colaboração com os Governos Estadual e Federal, equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes público alvo da educação especial, composta por professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, e professores bilíngues;
- 4.8.** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC na escola), de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino;
- 4.9.** Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 4.10.** Aderir, quando disponibilizado, indicadores nacionais específicos de avaliação de qualidade da Educação Especial;
- 4.11.** Assegurar a equidade na participação dos alunos público alvo da educação especial nas avaliações de desempenho de indicadores nacionais por meio de recursos que se façam necessários, tais como recursos de tecnologia assistiva, pessoa leitora ou intérprete de LIBRAS.



META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS

- 5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola e com apoio pedagógico específico;
- 5.2. Aplicar instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, bem como instituir instrumentos de avaliação e monitoramento;
- 5.3. Fomentar a adoção de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.4. Estimular a formação continuada de professores para a alfabetização com conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;
- 5.5. Assegurar na legislação municipal critérios para atribuição de aula que garantam a qualidade dos professores alfabetizadores.



META 6

Garantir a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

ESTRATÉGIAS

- 6.1.** Estabelecer política pública municipal que normatize a educação em tempo integral do município;
- 6.2.** Garantir a continuidade de programas sistematizados de educação em tempo integral;
- 6.3.** Aderir à programas de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral;
- 6.4.** Implantar, em regime de colaboração, programa de reestruturação das escolas públicas de modo que cada escola conte com salas amplas, adequadas, quadra poliesportiva coberta, espaços cobertos para atividades culturais, áreas externas atrativas, um laboratório de informática e ciências, uma sala de leitura ou, preferencialmente, biblioteca e ampliação de refeitórios e banheiros, se necessário;
- 6.5.** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos;
- 6.6.** Criar nas escolas municipais, de acordo com as possibilidades financeiras do município e tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, o cargo de educador responsável pelas atividades de tempo integral nas Unidades Escolares que a ofereçam;
- 6.7.** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares.



META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a elevar as médias do IDEB das escolas do município.

ESTRATÉGIAS

- 7.1.** Implantar processo de avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se o cumprimento de planejamento estratégico, melhoria da qualidade educacional, formação continuada dos profissionais da educação e aprimoramento da gestão democrática;
- 7.2.** Aderir e executar o Plano de Ações Articuladas do Governo Federal dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;
- 7.3.** Aderir aos programas nacionais de avaliação da educação básica, acompanhar e divulgar os resultados dessas avaliações e apoiar o uso desses resultados pelas escolas para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;
- 7.4.** Superar as metas do IDEB projetadas pelo Governo Federal para as escolas públicas do município garantindo, até o último ano de vigência deste PME, a equidade da aprendizagem e a redução das diferenças entre as médias dos índices dessas escolas;
- 7.5.** Garantir a progressão contínua das médias atingidas no IDEB de todas as escolas da rede pública;



- 7.6.** Estabelecer políticas de incentivo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, dos alunos, da equipe gestora e da comunidade escolar;
- 7.7.** Implementar tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras para a educação básica que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes;
- 7.8.** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante manutenção da frota e/ou terceirização de transporte, de acordo com especificações definidas pelo INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades do município, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 7.9.** Universalizar, até o final da vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e adequar a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização efetiva das tecnologias da informação e da comunicação;
- 7.10.** Aderir e manter, em regime de colaboração, programas de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas públicas e garantir a qualidade da infraestrutura das escolas, dos recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes;
- 7.11.** Garantir a manutenção da disciplina Tertúlia Dialógica Literária ou correlata, na rede municipal, como meio de promover a formação de leitores e a capacitação de professores;
- 7.12.** Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores e agentes da comunidade para atuar como mediadores de leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;



- 7.13.** Mobilizar a comunidade escolar e setores da sociedade civil, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 7.14.** Promover trimestralmente nas escolas públicas de Ensino Fundamental a realização de simulados padronizados nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, oportunizando com isso o monitoramento das habilidades e competências dos alunos;
- 7.15.** Revisar periodicamente as diretrizes curriculares municipais pedagógicas para a educação básica alinhando-as com parâmetros curriculares nacionais comuns e os indicadores nacionais de avaliação institucional para cada ano do ensino fundamental e médio;
- 7.16.** Garantir nas escolas públicas de Ensino Fundamental a utilização de estratégia sistematizada de trabalho em grupos interativos com atuação de voluntários;
- 7.17.** Aperfeiçoar constantemente os mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos da educação básica;
- 7.18.** Garantir a continuidade de programas sistematizados, de comprovada efetividade na promoção de resultados e impactos, de orientação e apoio às famílias, que promovam a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos e fortaleçam as relações entre escolas e famílias;
- 7.19.** Aderir a programas ofertados pelo Ministério da Educação que visem o desenvolvimento da prática desportiva, a fim de democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre os estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.



META 8

Elevar a escolaridade média da população de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar 12 (doze) anos de ensino até o último ano de vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS

16.1. Manter e ampliar, sob a responsabilidade das mantenedoras, programas de educação de jovens e adultos para os que estejam fora da escola, com defasagem idade-série e para todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização;

16.2. Aderir, sob responsabilidade das mantenedoras, programas que venham a ser disponibilizados pelo MEC, destinados à correção de fluxo;

16.3. Aderir, em regime de colaboração, à oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social;

16.4. Promover acesso gratuito a exames de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio;

16.5. Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas por meio de várias formas de comunicação dentro da comunidade.



META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98,1% (noventa e oito inteiros e um décimo por cento) e diminuir o analfabetismo funcional até o último ano de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

- 9.1. Implantar na rede municipal de ensino, em parceria com organizações não governamentais e empresas privadas do município e da região, programas de alfabetização de jovens e adultos, assegurando a oferta gratuita a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 9.2. Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas;
- 9.3. Promover acesso gratuito a exames de certificação de conclusão do ensino fundamental;
- 9.4. Inserir o município em programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização em consonância com projetos do setor de assistência social já existente no município;
- 9.5. Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos e promover o acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.



META 10

Adotar política pública educacional de integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, em regime de colaboração entre entes federados e privados.

ESTRATÉGIAS

10.1. Implantar a educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal e Estadual de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

10.2. Promover continuamente a expansão e melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

10.3. Incentivar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação à distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

10.4. Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

10.5. Articular a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público-alvo e as demandas do município.



10.6. Viabilizar, de acordo com as condições do município, a educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;



META 11

Elevar a taxa de matrícula na educação superior da população do município.

ESTRATÉGIAS

- 11.1.** Incentivar a ampla divulgação de vagas oferecidas pela graduação na modalidade de ensino à distância no município;
- 11.2.** Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;
- 11.3.** Incentivar a implantação de novos cursos e polos universitários de acordo com as características do público-alvo e as demandas do município.
- 11.4.** Incentivar a ampla divulgação de cursos de graduação e pós-graduação existentes na região.



META 12

Valorizar os profissionais da educação básica das redes públicas.

ESTRATÉGIAS

- 12.1.** Garantir a todos os profissionais de educação básica formação continuada, considerando as necessidades, demandas e contextualizações da rede pública;
- 12.2.** Executar planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Governo Federal;
- 12.3.** Aderir à política nacional de formação continuada de professores da educação básica;
- 12.4.** Manter e ampliar programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e criar mecanismos que possibilitem o acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e Braille, disponibilizados para professores da rede pública de educação básica;
- 12.5.** Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando, gratuitamente, materiais didáticos e pedagógicos suplementares;
- 12.6.** Criar mecanismos legais visando a participação dos professores da rede municipal em cursos de extensão e pós-graduação na área específica de atuação;
- 12.7.** Participar de fórum permanente, a ser criado pelo Ministério da Educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;



12.8. Aderir a programas de assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério.



META 13

Assegurar a reestruturação, no prazo máximo de 2 (dois) anos, do Plano de Carreira Municipal.

ESTRATÉGIAS

- 13.1.** Criar mecanismos para que, dentro das possibilidades financeiras do município e tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, os professores e profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- 13.2.** Implantar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após estágio probatório;
- 13.3.** Aderir a programas ofertados pelo Ministério da Educação que orientem a realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica;
- 13.4.** Garantir a realização de censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério, a ser criado pelo MEC;
- 13.5.** Estimular a existência de comissões de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação do Plano de Carreira.



META 14

Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação básica, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS

14.1. Adequar legislação municipal, respeitando leis nacionais e estaduais, para que considere, conjuntamente, critérios técnicos de mérito e desempenho quando da nomeação de diretores de escolas municipais, bem como a participação da comunidade;

14.2. Aderir a programas de apoio e formação aos conselheiros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar e aos representantes educacionais em outros conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo, dentro das possibilidades orçamentárias do município, recursos financeiros, espaço físico adequado, espaço em site oficial para divulgação de suas ações e controle de presença em reuniões, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar;

14.3. Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

14.4. Assegurar a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, garantindo espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares;

14.5. Manter a constituição de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar, garantindo condições de funcionamento autônomo;



- 14.6.** Incitar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação e desenvolvimento de projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar, regimentos escolares e na avaliação de docentes e gestores escolares;
- 14.7.** Favorecer processos cabíveis de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
- 14.8.** Aderir aos programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como participar de prova nacional específica, quando aplicada.



META 15

Ampliar o investimento público em educação pública.

ESTRATÉGIAS

15.1. Aderir a fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis e modalidades da educação básica, com vista a atender as demandas educacionais e padrões nacionais e internacionais de qualidade de ensino;

15.2. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados na educação, em especial com a efetivação de audiências públicas e a otimização dos portais eletrônicos;

15.3. Viabilizar as pesquisas propostas pelo INEP e os estudos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades;

15.4. Acatar, após sua implementação plena, o CAQ-Custo Aluno Qualidade, como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica e criar mecanismos para, dentro das possibilidades financeiras do Município e tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, acompanhar continuamente os seus ajustes, em regime de colaboração com os Governos Federal e Estadual.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CEPAN – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. **Municípios Paulistas**. Disponível em < <http://www.cepam.org/>>. Acesso em 9 de abr. 2015.

CLIMATE-DATA. **Clima: Tremembé**. Disponível em: <<http://pt.climate-data.org/location/34848/>>. Acesso em 26 de mar. De 2015

CONVIVA – Conviva Educação. **Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <<http://convivaeducacao.org.br/>>. Acesso em 17 de abr. 2015.

DE OLHO NOS PLANOS. **Planos de Educação**. Disponível em: <www.deolhonoplanos.org.br>. Acesso em 07 de abr. 2015

DIVULGACAND. Divulgação de Registro de Candidaturas. **Tremembé-2012**. Disponível em : <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=SP#>>. Acesso em 02 de abr. de 2015.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=3554805>>. Acesso em 24 de mar. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE – **Metas do PNE**. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em 30 de mar. 2015.

PNE – **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <pne.mec.gov.br>. Acesso em 17 de abr. 2015.

RAMPANELLI, Angela Maria; SAADI, Antonio Roberto; ARAUJO NETOII, Eugênio de; CASADOI, Fabio da Costa; ETCHEBEHEREI, Mario Lincoln de Carlos - **Recursos Naturais da Bacia Sedimentar de Taubaté Como Fator de Desenvolvimento Socioeconômico: Um Estudo Aplicado aos Municípios de Taubaté e Tremembé, Estado de São Paulo** - Geociênc. (São Paulo) vol.30 no.3 São Paulo, 2011.

REDECIM – Cédula de Inovação do Município. **Cidades**. Disponível em <www.redecim.com.br>. Acesso em 2 de abr. 2015.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>>. Acesso em 30 de mar. 2015.